RAFAEL ÂNGELO FORTUNATO
FRANCISCO PONTES DE MIRANDA
DÉBORA MURY ALVES CHUEIRI
(organizadores)

TERRITORIALIDADES SOCIOAMBIENTAIS

Perspectivas e Desafios no Estado do Rio de Janeiro

EDITORA

TERRITORIALIDADES SOCIOAMBIENTAIS

Perspectivas e Desafios no Estado do Rio de Janeiro

TERRITORIALIDADES SOCIOAMBIENTAIS

Perspectivas e Desafios no Estado do Rio de Janeiro

RAFAEL ÂNGELO FORTUNATO
FRANCISCO PONTES DE MIRANDA FERREIRA
DÉBORA MURY ALVES CHUEIRI
(organizadores)

BOA VISTA/RR
2025

Editora IOLE

Todos os direitos reservados.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

EXPEDIENTE

Revisão
Elói Martins Senhoras
Balbina Líbia de Souza Santos

Capa
Alokike Gael Chloe Hounkonnou
Elói Martins Senhoras

Projeto Gráfico e Diagramação
Elói Martins Senhoras
Balbina Líbia de Souza Santos

Conselho Editorial
Abigail Pascoal dos Santos
Charles Pennaforte
Claudete de Castro Silva Vitte
Elói Martins Senhoras
Fabiano de Araújo Moreira
Julio Burdman
Marcos Antônio Fávaro Martins
Rozane Pereira Ignácio
Patrícia Nasser de Carvalho
Simone Rodrigues Batista Mendes
Vitor Stuart Gabriel de Pieri

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

Fo1 FORTUNATO, Rafael Ângelo; FERREIRA, Francisco Pontes de Miranda; CHUEIRI, Débora Mury Alves (organizadores).

Territorialidades Socioambientais: Perspectivas e Desafios no Estado do Rio de Janeiro. Boa Vista: Editora IOLE, 2025, 207 p.

Série: Ciências Ambientais. Editor: Elói Martins Senhoras.

ISBN: 978-65-985169-9-4
https://doi.org/10.5281/zenodo.16776970

1 - Estudos de Caso. 2 - Meio Ambiente. 3 - Territorialidade. 4 - Rio de Janeiro.
I - Título. II - Fortunato, Rafael Ângelo. III - Ciências Ambientais. IV - Série

CDD–900

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos autores

EDITORIAL

A editora IOLE tem o objetivo de divulgar a produção de trabalhos intelectuais que tenham qualidade e relevância social, científica ou didática em distintas áreas do conhecimento e direcionadas para um amplo público de leitores com diferentes interesses.

As publicações da editora IOLE têm o intuito de trazerem contribuições para o avanço da reflexão e das práxis em diferentes áreas do pensamento e para a consolidação de uma comunidade de autores comprometida com a pluralidade do pensamento e com uma crescente institucionalização dos debates.

O conteúdo produzido e divulgado neste livro é de inteira responsabilidade dos autores em termos de forma, correção e confiabilidade, não representando discurso oficial da editora IOLE, a qual é responsável exclusivamente pela editoração, publicação e divulgação da obra.

Concebido para ser um material com alta capitalização para seu potencial público leitor, o presente livro da editora IOLE é publicado nos formatos impresso e eletrônico a fim de propiciar a democratização do conhecimento por meio do livre acesso e divulgação das obras.

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

(Editor Chefe)

Copyright © Editora IOLE
2025

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO | 09

CAPÍTULO 1 |
A(tua) Meriti, Nossa Meriti e as
Territorialidades Socioambientais no Formigueiro das Américas 27

CAPÍTULO 2 |
Territorialidades Socioambientais no Parque Estadual da Costa do Sol 49

CAPÍTULO 3 |
Recicla Ilha: Forjando Territorialidades Socioambientais
Através da Coleta Seletiva na Ilha Grande - Rio de Janeiro 69

CAPÍTULO 4 |
Construção de Territorialidades Socioambientais em Santa Rita (Teresópolis-RJ):
Reflexões Sobre os Mutirões Agroecológicos e Trocas de Sementes 87

SUMÁRIO

CAPÍTULO 5 |
Complexidade e Territorialidades Socioambientais:
Reflexões Sobre Gestão da Água nas Favelas de Teresópolis/RJ 103

CAPÍTULO 6 |
Territorialidades Socioambientais na Agroecologia:
Resistências no Espaço Público 119

CAPÍTULO 7 |
Aldeia Maracanã Rexiste: Novas Territorialidades na Cidade Maravilhosa 135

CAPÍTULO 8 |
A Rocinha Ecoa: Territorialidades Socioambientais e Participação Popular 159

CAPÍTULO 9 |
Territorialidades Socioambientais e Turismo no Estado do Rio de Janeiro 179

SOBRE OS AUTORES | 197

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

A construção do termo "territorialidades socioambientais" apresenta o início de uma história de união, desafios e muita dedicação por parte do grupo de pesquisa Colab (Colaborativo) Territorialidades Socioambientais, coordenado pelo Professor Dr. Rafael Ângelo Fortunato. Além, de ser um grupo científico composto por pesquisadoras e pesquisadores que vêm discutindo caminhos para compreender as complexidades socioambientais, o Colab é também um espaço de troca e união. É um ambiente em que o conforto se encontra nas discussões acadêmicas e no respeito aos diferentes pontos de vista, sobre a temática das territorialidades socioambientais.

Logo, este livro representa o esforço contínuo de nós, pesquisadores, em aprimorar a definição de territorialidades socioambientais e compartilhá-la com você, leitor(a). Nosso objetivo é expandir essa definição de forma conceitual e aplicada. Ao longo das páginas apresentaremos histórias de lideranças de movimentos movidos por crenças e paixões pela preservação de seus territórios. Desejamos a todos uma leitura calorosa e acolhedora.

Destacamos que, Territorialidades socioambientais é considerado um eixo integrador do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente (PPGMA) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e foi teoricamente e metodologicamente trabalhado na tese de um dos integrantes do grupo de pesquisa, Francisco Pontes de Miranda Ferreira, defendida em agosto de 2023 (FERREIRA, 2023)[1]. Estamos, portanto, trabalhando na construção de um novo

[1] FERREIRA, F. P. M. **Territorialidades socioambientais em Teresópolis – RJ**: movimentos sociais e transformações territoriais (Tese de Doutorado em Meio Ambiente). Rio de Janeiro: UERJ, 2023.

conceito e de acordo com Bachelard[2] (1996, p. 76), "a conceitualização científica precisa de uma série de conceitos em vias de aperfeiçoamento para chegar a dinâmica que pretendemos, para formar um eixo de pensamentos inventivos".

Por tanto, consideramos que Território e territorialidade são conceitos transdisciplinares que dialogam com saberes da geografia, antropologia, sociologia, economia, agronomia e direito, dentre outras. As pesquisas que incorporam esses conceitos enfatizam o processo de apropriação, dominação e produção do território e as relações de poder e, nesse processo, evidenciamos a dominação, a resistência e as interações que destacam os agentes do capital, o estado e os movimentos sociais.

Território pode ser material (espaço físico) – uma delimitação na superfície que integra natureza e interferências humanas e, ao mesmo tempo, é uma construção social, histórica, econômica, política, cultural e simbólica. O próprio desejo humano cria territórios como uma área geográfica que resulta de estratégias para afetar, influenciar, controlar pessoas, fenômenos e relações (SOARES JR.; SANTOS, 2018)[3].

O conceito de território geralmente aproxima-se de outros conceitos como fronteira, identidade, soberania, coerência espacial, poder. A territorialidade, por sua vez, contém estratégias geopolíticas. O espaço onde as territorialidades acontecem é o território. A territorialidade é uma construção social, em que ocorrem interações e disputas. No entanto, precisamos ultrapassar as visões simplificadas e acrescentarmos fenômenos históricos e as

---

[2] BACHELARD, G. **A formação do espírito científico**: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 1996.

[3] SOARES JR., A. Q.; SANTOS, M. A. "A Territorialidade e o Território na obra de Robert David Sack". **Geografia**, vol. 27, 2018.

desigualdades sociais que transcendem o próprio território. Espaço e território são organizados por fluxos de energia e de informação, poder e conhecimento. O território antecede a territorialidade que, por sua vez, provocam no território uma diversidade de escalas espaciais e de períodos históricos. O território é, antes de tudo, um conceito e uma prática, mas, também, um recurso econômico e político. Trata-se de um espeço em que diversos grupos sociais se relacionam muitas vezes de forma competitiva (ELDEN, 2013)[4]. Território vai além de sua conceituação geográfica, e inclui aspectos políticos e jurídicos, sendo um espeço controlado por algum tipo de poder. Nossa noção de território, utilizada na cultura Ocidental, teve sua origem na Grécia Antiga, na Polis. A Polis era um sítio e uma comunidade local onde pessoas vivem e se relacionam, onde práticas sociais e políticas de manifestam (ELDEN, 2013).

Delaney (2010)[5] nos acrescenta o conceito de "nomosfera" ao território, em que nomos representa as leis e os costumes e a esfera é o domínio em que uma atividade acontece. A "nomosfera" é a materialização dos significados atribuídos ao território como: ideologias, valores, poder persuasivo, projetos sociais que criam confinamentos e constrangimentos no arranjo social e territorial. Ocorre, portanto, uma interface entre o legal e espacial. A influência das normas sociais e das leis manifesta-se no território de forma muito evidente, disfarçada ou oculta. Assim, os diversos sistemas legais influenciam as organizações espaciais.

O território é construído a partir da apropriação do espaço geográfico, onde se expressam relações de poder das quais resultam territórios desiguais e áreas de conflitos. Trata-se de sua dimensão

---

[4] ELDEN, S. **The birth of Territory**. London: The University of Chicago Press, 2013.

[5] DELANEY, D. **The spacial, the legal and the pragmatics of World-Making**: nomospheric investigations in New York: Routledge, 2010.

política que tem uma natureza econômica e simbólica. Podemos então afirmar que o território não é algo fixo e sim um recurso estratégico em permanente movimento e transformação. Formado por inter-relações entre espaço e sociedade e assim ocorrem forças de opressão e de resistência (HAESBAERT, 2016)[6].

> A exclusão social que tende a dissolver os laços territoriais acaba em vários momentos tendo efeito contrário: as dificuldades cotidianas pela sobrevivência material levam muitos grupos a se aglutinarem em torno de ideologias e mesmo de espaços mais fechados visando assegurar a manutenção de sua identidade cultural, último refúgio na luta por preservar o mínimo de dignidade (HAESBAERT, 2016, p. 92).

Por meio do socioambientalismo é possível pensar em uma forma de criar territorialidades marcadas pelo associativismo e pela inclusão social conectada com a preservação do ambiente natural. Nesse contexto, é constatado a importância dos saberes locais para a manutenção das áreas de preservação e para construção do bem viver (ACOSTA, 2019[7]; FORTUNATO, 2020[8]).

As territorialidades socioambientais são criadas quando grupos organizados expressam uma cultura e um modo de pensar pautado pela agenda socioambiental. Nesse movimento, criam-se redes de sentidos e significados que influenciam pessoas e

---

[6] HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2016.

[7] ACOSTA, A. **O Bem Viver**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

[8] FORTUNATO, R. A. **Hospitalidade e solidariedade nos territórios do bem viver**. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2020.

estabelecem relações de poder contra hegemônicos. As redes se manifestam em todos os momentos em que pessoas se unem compartilhando linguagens, símbolos, significados e valores, imprimindo suas marcas nos espaços vividos e se apoiando mutuamente para construírem novas territorialidades nos espaços cotidianos.

Trabalha-se com o conceito de territorialidades para analisar como a sociedade civil se organiza e busca espaço político que podem resultar em importantes transformações no território. Vamos procurar compreender como a organização política, por parte de movimentos sociais, podem forjar territorialidades socioambientais em resposta às territorialidades já existentes e as injustiças socioambientais presentes nos mais diversos territórios.

A relação entre a formação de territorialidades socioambientais e a ecologia política pode ser compreendida ao explorar como os movimentos sociais, através do ganho de capital político, influenciam e são influenciados pelas disputas de poder em torno dos recursos naturais e do meio ambiente. A ecologia política, um campo interdisciplinar que combina preocupações ecológicas com análises políticas, oferece um arcabouço teórico valioso para entender essas dinâmicas. Essa examina como as relações de poder afetam o uso, a distribuição e a gestão dos recursos naturais, destacando as desigualdades sociais e ambientais resultantes. Autores como Robbins (2004), Peet, Robbins e Watts (2011)[9], e Martinez-Alier (2002) têm contribuído significativamente para este campo, argumentando que as questões ambientais não podem ser separadas de contextos políticos, econômicos e sociais mais amplos. Martinez-Alier (2002), por exemplo, introduz o conceito de "ecologismo dos pobres", destacando como comunidades

[9] PEET, R.; WATTS, M. **Liberation Ecologies**: environmental movements, development, social movements. London: Routledge, 1996.

marginalizadas frequentemente lideram a resistência contra a degradação ambiental, desempenhando um papel crucial na formação do que estamos chamando de territorialidades socioambientais.

Ao aplicar os conceitos da ecologia política à análise das territorialidades socioambientais, é possível entender como os movimentos sociais, ao acumular capital político, desafiam as estruturas de poder existentes e promovem novas formas de gestão e relação com o meio ambiente. Esses movimentos não apenas lutam contra a injustiça ambiental, mas também propõem e implementam alternativas que refletem uma visão de mundo que valoriza a sustentabilidade, a equidade e a justiça social. Assim, a ecologia política fornece uma lente através da qual podemos analisar a complexidade das interações entre sociedade e natureza, reconhecendo a importância dos movimentos sociais na transformação das territorialidades socioambientais.

Integrando o trabalho de Little (2006[10], 2002[11]) com o conceito de territorialidades socioambientais, podemos explorar como as comunidades locais, através de suas práticas culturais e de subsistência, estabelecem relações particulares com o meio ambiente que desafiam os modelos hegemônicos de exploração dos recursos naturais. Little contribui significativamente para a ecologia política ao evidenciar como essas dinâmicas territoriais se inscrevem em contextos mais amplos de lutas por reconhecimento, justiça social e sustentabilidade. Os estudos dos conflitos podem colaborar muito para a ecologia política, com suas metodologias e teorias sobre

---

[10] LITTLE, P. E. "Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico". **Horizontes Antropológicos**, vol. 12, 2006.

[11] LITTLE, P. E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: Por uma antropologia da territorialidade. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

conflitos, e a perspectiva etnográfica e histórica da ecologia política contribuem para os estudos dos conflitos.

A relação entre o ganho de capital político pelos movimentos sociais e a forja de territorialidades socioambientais pode ser profundamente analisada através da lente teórica de Bourdieu (1986)[12]. O autor desenvolveu uma teoria da prática baseada na noção de que o espaço social é constituído por campos de poder, onde os agentes lutam pelo acúmulo e pela mobilização de diferentes tipos de capital (econômico, cultural, social e simbólico) para melhorar sua posição e exercer influência. O conceito de "capital político" pode ser integrado a essa teoria como uma forma de capital específico, crucial para os movimentos sociais na construção de territorialidades socioambientais. O "capital político", nesse contexto, refere-se à capacidade dos movimentos sociais de influenciar decisões políticas, moldar a opinião pública e mobilizar recursos em prol de conquistas socioambientais que representem melhorias na qualidade de vida e nas condições ambientais. Esse capital é acumulado através da construção de redes de solidariedade, da visibilidade mediática, do reconhecimento legal e da legitimidade social. Os movimentos sociais, ao adquirirem capital político, conseguem contestar e redefinir as dinâmicas de poder dentro dos campos sociais, desafiando as estruturas existentes de dominação e exploração.

Bourdieu (1989) argumenta que o campo político é um espaço de lutas onde o capital político funciona como uma "moeda de poder". A aplicação desse conceito aos movimentos sociais envolvidos na criação de territorialidades socioambientais sugere que esses movimentos atuam dentro do campo político, buscando acumular e mobilizar capital político para promover mudanças socioambientais. Ao acumular e mobilizar capital político, esses

[12] BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Editora Difel, 1989.

movimentos desafiam as estruturas de poder existentes, promovendo a transformação socioambiental. Este processo não apenas reconfigura as relações de poder dentro dos campos sociais, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

Integrar a antropologia, especialmente por meio de uma perspectiva etnográfica, ao estudo das territorialidades socioambientais oferece uma abordagem profunda e rica para compreender como os movimentos sociais constroem e negociam essas territorialidades. A etnografia, com sua ênfase na imersão e na observação participante, permite uma compreensão detalhada das práticas, discursos e relações que moldam as interações entre comunidades, seus ambientes e as dinâmicas de poder envolvidas. A etnografia permite explorar as nuances das experiências vividas e das estratégias empregadas pelos movimentos sociais na construção de territorialidades que refletem seus valores socioambientais. Esta abordagem metodológica destaca as práticas cotidianas através das quais as comunidades engajam com seu ambiente, resistem a imposições externas e promovem alternativas sustentáveis.

Escobar (2015)[13] utiliza uma abordagem etnográfica para explorar como as comunidades indígenas e afrodescendentes na Colômbia constroem territorialidades que resistem às lógicas neoliberais e promovem modos de vida sustentáveis. Sua obra destaca a importância de compreendermos as territorialidades como espaços de resistência e criação cultural. Os movimentos sociais desempenham um papel crucial na construção de territorialidades socioambientais, mobilizando conhecimento local e práticas culturais para contestar e redefinir as relações com o meio ambiente. A etnografia, ao documentar essas práticas, fornece *insights* valiosos

[13] ESCOBAR, A. **Territórios de diferença**: A ontologia política dos ‘direitos ao território’. São Paulo: Editora da UNESP, 2015.

sobre como as comunidades organizam suas ações e articulam suas demandas por justiça ambiental e social.

Tsing (2005)[14], por sua vez, em sua obra "*Friction*" (2005), realiza uma etnografia global das interações entre movimentos indígenas, corporações e movimentos ambientalistas, demonstrando como as territorialidades são formadas no contexto de conflitos e colaborações globais. Sua pesquisa destaca a complexidade das ações socioambientais e a importância de entender as conexões globais e locais.

A perspectiva etnográfica, ao fornecer uma compreensão detalhada das dinâmicas locais e das formas como as comunidades se engajam na construção de territorialidades socioambientais, é essencial para abordar os desafios contemporâneos da crise ambiental. Ela permite uma visão mais integrada e contextualizada das buscas por justiça ambiental, destacando a importância das práticas culturais, do conhecimento local e das redes de solidariedade na promoção de alternativas sustentáveis e na resistência a modelos de desenvolvimento predatórios.

As lideranças de comunidades, como as dos seringueiros do Acre (ALMEIDA 2004)[15] ou das comunidades urbanas, rurais ou litorâneas que nossos pesquisadores se debruçam, exercem o papel do que chamamos de "intelectuais orgânicos" (GRAMSCI, 1967)[16], que buscam melhorias da sua qualidade de vida a partir das potencialidades e dos saberes encontrados em seus próprios

---

[14] TSING, A. L. **Friction**: An Ethnography of Global Connection. Princeton: Princeton University Press, 2005.

[15] ALMEIDA, M. W. B. "Direitos à Floresta e Ambientalismo: seringueiros e suas lutas". **Anais do 19º do Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: ANPOCS, 2004.

[16] GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1967.

territórios, buscam, portanto, um desenvolvimento endógeno (ZAOUL, 2010)[17].

As pesquisas que incorporam esses conceitos enfatizam o processo de apropriação, dominação e (re) produção do território e as relações de poder. Estes fatores fazem parte da formação dos territórios e das territorialidades e, nesse processo, evidenciamos a dominação, a resistência e as interações onde se destacam os agentes do capital, o Estado e os movimentos sociais.

A etnografia dos conflitos socioambientais é uma forma de aumentar a visibilidade de grupos sociais que possuem menos "voz política" (LITTLE, 2006). Os conflitos envolvem atores sociais e recursos ambientais vividos no território e ocorre assim uma dinâmica do conflito, com diversas polarizações, táticas, alianças, coalizões que formam um processo a ser identificado e analisado. Acontece, portanto, um processo de identificação de privações, injustiças e desigualdades que conduzem ao confronto e à busca por reconhecimento (HONNETH, 2003)[18].

Ressaltamos, portanto, os diversos arranjos sociais e institucionais construídos por uma sociedade apartada e ambientalmente insustentável em que novos significados surgem em resposta à padronização imposta pelo poder econômico e político e essa reflexão etnográfica tornam-se útil para compreendermos o território e a transformação das territorialidades.

> Incorporar o campo como um espaço que não está dado, que vai tomando sentido, se singularizando a partir do

[17] ZAOUL, H. "O Homo Situs e suas perspectivas paradigmáticas". **Oikus**, vol. 9, 2010.

[18] HONNETH, A. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

> mergulho, das possibilidades criadas pelo conjunto (pesquisador e pesquisados) no decorrer da pesquisa, é elemento central em pesquisas dessa natureza e um desafio para o pesquisador. Esse processo sinuoso e complicado é um exercício que requer tempo, sensibilidade e muita paciência, principalmente para suportar a ansiedade de quem aprendeu a negociar individualmente com o(s) seu(s) sujeito(s) de pesquisa (DALMONLIN, LOPES; VASCONCELLOS, 2002, p. 34[19]).

Nosso desafio é compreender como emergem as coletividades autônomas, capazes de transformar as territorialidades. Fato que implica no desenvolvimento do diálogo, da cooperação solidária, com a construção de projetos participativos locais. Para isso, necessitamos compreender as territorialidades, as temporalidades e os movimentos forjados. A necessidade de um modelo alternativo de ocupação e transformação do território pode ser evidenciado por meio de uma interpretação dialética da relação sociedade/natureza existente. Pretendemos assim compreender outras opções de apropriação territoriais menos centralizadoras e degradantes do meio ambiente. Nos interessa, principalmente, os discursos emancipatórios e de resistência por parte dos movimentos sociais (MACHADO, 2022)[20].

A gestão participativa do território nos parece ser parte da solução para a conservação dos recursos naturais. Alguns dados produzidos pelo nosso grupo de pesquisa indicam ser importante a

---

[19] DALMONLIN, B. M.; LOPES, S. M. B.; VASCONCELLOS, M. P. C. "A Construção metodológica do campo: etnografia, criatividade e sensibilidade na investigação". **Saúde e Sociedade**, vol. 11, 2002.

[20] MACHADO, G. **Somos Natureza**: soluções baseadas na natureza para o desenvolvimento local. Rio de Janeiro: Bambual Editorial, 2022.

participação comunitária na formação das políticas que envolvem o uso e a transformação do espaço geográfico. A partir da práxis (ação-reflexão) os habitantes do território assumem o papel de protagonistas e buscam seus direitos. Assim são forjadas territorialidades socioambientais resultantes de ações contra hegemônicas. Temos, portanto, um conjunto de territorialidades e como resposta as territorialidades socioambientais que estão sendo trabalhadas em várias pesquisas.

ESTRUTURA DO LIVRO: AS DIFERENTES ABORDAGENS DAS TERRITORIALIDADES SOCIOAMBIENTAIS

A seguir apresentamos algumas das pesquisas realizadas dentro do grupo de pesquisa "territorialidades socioambientais", inscrito no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e coordenado pelo professor Rafael A. Fortunato. Atualmente somos pesquisadores oriundos de diversas áreas do saber. Tal fato nos caracteriza como um grupo de pesquisa interdisciplinar.

O trabalho de Paula Thaise Bermudez dos Reis traz o conceito de territorialidades socioambientais para um contexto conflituoso urbano. A pesquisa visa abordar o desafio de ampliar as áreas verdes em regiões urbanas densamente povoadas, com foco na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. Este estudo interdisciplinar busca identificar e disseminar práticas inovadoras que possibilitem a criação de espaços verdes sustentáveis, promovendo a saúde e a qualidade de vida nas cidades.

O capítulo de Maximiano Lins Prates analisa como disputas territoriais e lutas por direitos impactam as políticas ambientais. Comunidades ameaçadas por processos de desterritorialização

mobilizam-se por saneamento básico, infraestrutura e direito à terra, transformando demandas socioambientais em resistência política. Essa articulação reforça territorialidades ao exigir reconhecimento e inclusão em decisões que moldam seus territórios, afirmando a cidadania como eixo de luta contra exclusão e marginalização espacial.

O Recicla Ilha (Débora Chueiri e Paula Reis), na Ilha Grande (RJ, 2017-2024), promoveu TSA via coleta seletiva e engajamento comunitário. Liderado por Clarice Lima (pesquisa-ação) com a ONG BMEIG, incluiu diagnóstico territorial, educação ambiental e parcerias público-privadas. Estratégias criativas, como transporte via "carona" em embarcações, e a integração com demandas locais consolidaram o projeto como ação permanente da Brigada Mirim.

Mônica de Souza Corrêa nos traz a pesquisa das territorialidades socioambientais em Teresópolis-RJ, através da agroecologia e do turismo rural no Distrito de Santa Rita. O conceito de territorialidade socioambientais é amplamente utilizado e o enfoque é a agricultura familiar, a agroecologia e o turismo rural como elementos chave para essa transformação. A pesquisa se propõe a analisar como essas práticas contribuem para a reconfiguração do espaço rural, gerando novas formas de uso, vivências e pertencimento.

A privatização da água em Teresópolis (RJ) pode gerar conflitos nas periferias, onde políticas privadas excluem populações. O racismo ambiental evidencia impactos desproporcionais em negros e indígenas, demandando análise interseccional (raça, renda, gênero). A gestão hídrica em favelas, com suas contradições, exige abordagem sistêmica, podendo fomentar resistência comunitária via novas territorialidades socioambientais (TSA) ou aprofundar desigualdades. Jéssica Alves Coelho analisa essas TSA como eixo de luta e organização territorial.

O trabalho de Monique das Neves Silva que envolve a construção de territorialidades socioambientais dos grupos de agroecologia das universidades públicas do Município do Rio de Janeiro colabora para a consolidação do nosso conceito. Este estudo se insere no amplo campo das territorialidades socioambientais, ao examinar como iniciativas de agroecologia podem reconfigurar espaços urbanos, promover a segurança alimentar e fomentar novas formas de organização social e política.

A pesquisa de Valéria da Conceição Chaves analisa o turismo solidário e as territorialidades socioambientais na Aldeia Maracanã (RJ), aldeamento urbano multiétnico e "Universidade Indígena Pluriétnica". A "hospitalidade solidária" emerge como ferramenta para fortalecer identidade cultural, práticas sagradas e resistência territorial, articulando a promoção da cultura indígena com a defesa de um território ancestral frente a dinâmicas urbanas. O estudo investiga como essas estratégias reconfiguram relações internas e externas, destacando o papel do turismo como vetor de visibilidade política e preservação socioambiental.

O capítulo "A Rocinha Ecoa" de Henrique Lima de Sousa apresenta a experiência da comunidade da Rocinha, a partir da escuta ativa de seus moradores e do uso da cartografia social, como ferramenta de diagnóstico e ação. Por meio do Rocinha-EcoMaps, o autor evidencia como a produção coletiva de mapas pode fortalecer territorialidades socioambientais, articulando saberes locais e técnicos para revelar demandas históricas e potencialidades do território. Essa abordagem, ao integrar participação popular e análise espacial, aponta caminhos para um planejamento urbano mais democrático, sensível e comprometido com a justiça territorial.

E por fim, entre as experiências reunidas na obra, Rafael Ângelo Fortunato, Francisco Pontes de Miranda Ferreira, Débora Chueiri, Denise de Mattos Gaudard, Mônica de Souza Corrêa, Maximiano Lins Prates, Monique das Neves Silva e Paula Thaise

Bermudez dos Reis discutem TSA e turismo no RJ, vinculando desenvolvimento endógeno a práticas comunitárias. Analisam territórios como Santa Rita (Teresópolis), Arraial do Cabo e Aldeia Maracanã, propondo o turismo como ferramenta de valorização local via ensino-pesquisaextensão universitária (UERJ). Relatam cursos de extensão, vivências e projetos que fortalecem TSA, articulando saberes acadêmicos e populares, com divulgação científica em mídia e publicações.

Que este livro seja de relevância para a compreensão e o fortalecimento do conceito de territorialidades socioambientais. Esperamos o seu amplo reconhecimento na academia e sua continuidade em novas pesquisas científicas e, principalmente, a sua apropriação pelos diversos movimentos sociais como instrumento de emancipação dos povos, visando a construção de melhores qualidades de vida e de consolidação dos princípios de solidariedade, com preservação dos recursos naturais.

Uma excelente leitura!

Prof. Dr. Rafael Ângelo Fortunato

Prof. Dr. Francisco Pontes de Miranda Ferreira

Profa. Dra. Débora Mury Alves Chueiri

(organizadores)

CAPÍTULO 1

A(tua) Meriti, Nossa Meriti e as Territorialidades Socioambientais no Formigueiro das Américas

A(TUA) MERITI, NOSSA MERITI E AS TERRITORIALIDADES SOCIOAMBIENTAIS NO FORMIGUEIRO DAS AMÉRICAS

Paula Thaise Bermudez dos Reis Lauria

Amazile López Netto

Rafael Ângelo Fortunato

Certa vez, em um diálogo com um pesquisador renomado na área ambiental, ouvi que não havia movimento social organizado em São João de Meriti (SJM). Ele disse que havia verificado qual partido político estava no poder naquele momento e nos anos anteriores e garantiu que não existia movimento social na cidade. Eu, iniciante em minhas pesquisas e impressionada com sua eloquência e firmeza, optei por calar-me.

Outra vez, em minhas andanças pela cidade, conversando com um motorista de aplicativo sobre a pobre arborização de Meriti, ele me garantiu: “As pessoas não ligam pra isso aqui”, afirmando um desinteresse completo da população sobre a questão socioambiental no município.

São João de Meriti, município localizado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, é conhecido como o “Formigueiro das Américas”. Esse apelido surgiu devido à sua alta densidade demográfica, uma das maiores da América Latina. Embora atualmente não esteja mais no topo dessa lista, ainda possui a terceira maior densidade populacional do Brasil. Vivendo nesse formigueiro há mais de três décadas, posso me considerar uma formiga dessa sociedade. Portanto, te convido a entrar comigo neste formigueiro e refletir sobre territorialidades socioambientais. Será que, nesse formigueiro, todas as formigas são realmente tão apáticas?

Não adiantarei as conclusões, mas é preciso dizer que nas buscas por respostas, conheci dois movimentos sociais: Nossa Meriti e A(tua) Meriti.

Então surgem as perguntas: esses dois movimentos sociais estão relacionados com a construção de territorialidades socioambientais? Se sim, quais estratégias utilizadas? E qual nível de participação social estes movimentos possuem?

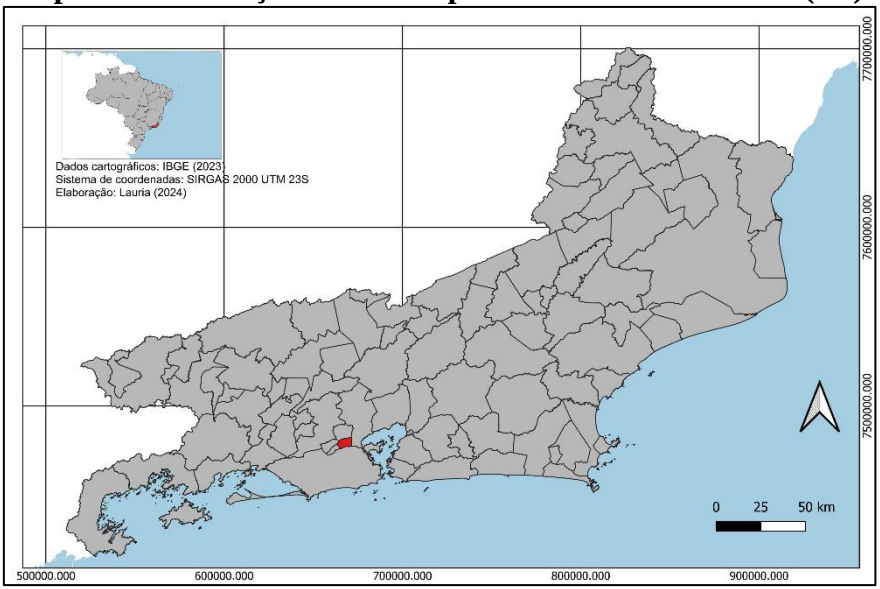
Para responder a essas perguntas, analisei as publicações das redes sociais dessas duas iniciativas dentre os anos de 2021 a 2023. Além disso, realizei observações participantes junto aos agentes sociais em dois momentos distintos: durante as reuniões presenciais e virtuais para a elaboração da Agenda Meriti 2030, e na sua cerimônia de lançamento.

O capítulo se organizará da seguinte forma: iniciamos com uma contextualização, quando o leitor poderá se localizar no Formigueiro das Américas, posteriormente apresentaremos as iniciativas Nossa Meriti e A(tua) Meriti e a Agenda Meriti 2030; e então avaliaremos como contribuem (ou não) para a construção de territorialidades socioambientais.

CONTEXTUALIZANDO: CONHECENDO O FORMIGUEIRO

São João de Meriti é um município da Baixada Fluminense, localizada na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), possuindo limites com os municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias, Mesquita, Nilópolis e Rio de Janeiro (mapa 1).

Mapa 1 - Localização do Município de São João de Meriti (RJ)



Fonte: Lauria (2024).

A Baixada Fluminense é uma sub-região da RMRJ formada atualmente por 13 municípios: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Seropédica. Até 1943, essa área era parte do município de Grande Iguaçu, que foi desmembrado ao longo do tempo, formando os municípios atuais.

As emancipações na Baixada ocorreram devido aos processos de diferenciação de subespaços na região, o que gerou múltiplas identidades territoriais. Apesar das diferenças, esses municípios compartilham um passado comum, relacionado aos caminhos que conectavam o Rio de Janeiro ao interior, incluindo portos fluviais. Além disso, compartilham uma história de periferização, com uma forte servidão à capital.

Por muito tempo, a Baixada Fluminense foi conhecida como um lugar de passagem. Isso porque possuía caminhos ligando o porto do Rio de Janeiro, até Minas Gerais, sendo importante no escoamento do ouro para a coroa portuguesa e, posteriormente tornando-se o caminho do café do Vale do Paraíba. Com a construção da malha ferroviária, esses caminhos se fortalecem como via de mercadorias e de pessoas.

Após ser considerada como mero caminho por muitos anos, a Baixada passou a ser vista por outra ótica: possível lar das populações pobres que habitavam o centro do Rio de Janeiro. As chácaras e fazendas que existiam na região da Baixada foram fracionadas em lotes vendidos a preços convidativos. Havia pouca infraestrutura, mas também pouca regulação; dessa forma, através da autoconstrução, a população pobre que não conseguia um pedaço de "terra carioca" poderia ter uma casa para chamar de sua, com acesso ao transporte de massa, ainda que precário, para poder ir e voltar do trabalho na capital. Assim, a região foi integrada ao Rio como um espaço urbano periférico, fragmentado e subordinado.

São João de Meriti se insere nesse contexto de ocupação periférica. Sua proximidade com a capital, a presença de linhas férreas e de vias de grande circulação, como a Rodovia Presidente Dutra, impulsionaram a venda dos lotes e a ocupação de suas terras. Inclusive, a primeira autora do capítulo habitou por mais de 25 anos em um desses lotes meritienses, adquirido por seu avô, um espanhol com poucos recursos, que deixou sua família aos 18 anos, no Principado de Astúrias, fugindo da fome e da ditadura espanhola que castigavam o país, em busca de seu "sonho brasileiro", com a perspectiva de prosperidade e de fartura de alimentos. Esse espanhol trabalhava como soldador em uma fábrica na capital. Com a ajuda da família que construiu aqui no Brasil e de seus amigos, edificou uma casa para si e para os seus.

Assim como as formigas edificam seus formigueiros, as pessoas da Baixada costumam construir suas próprias casas (autoconstrução) e depois vão ampliando, cômodo a cômodo, conforme a família cresce. Meriti é um formigueiro construído em um pequeno espaço, mas com formigas agitadas, trabalhadoras e numerosas. Para se ter uma noção, a densidade demográfica no município, de acordo com dados do Censo de 2022, era de mais de 12000 habitantes por quilômetro quadrado, enquanto a média para o Brasil é de aproximadamente, 23 habitantes por quilômetro quadrado. A cidade lidera o ranking como a de maior densidade demográfica do estado do Rio de Janeiro e a terceira maior do país.

Como resultado da explosão urbana, sem políticas adequadas de proteção ambiental, a Mata Atlântica foi praticamente devastada na região, restando atualmente menos de 1% de sua cobertura original. Esse cenário reflete o descaso ambiental que também se traduz nos graves problemas de saúde, além dos desafios sociais e ambientais enfrentados por Meriti, um município periférico marcado por uma governança fragilizada, com baixa capacidade técnica e escasso interesse em atender às reais necessidades da população.

A gestão pública de Meriti, até os dias atuais, parece priorizar a manutenção do apoio político por meio do clientelismo. Nesse cenário, políticos locais — incluindo vereadores, prefeitos, vice-prefeitos, secretários, subsecretários de governo e deputados influentes —, bem como aqueles que se aliam ao poder através de cargos comissionados, implementam estratégias de controle territorial. Subdividem a cidade em áreas de influência política, onde exercem uma relação de domínio sobre seus eleitores/clientes. Esse controle se manifesta por meio de trocas de favores, que garantem acesso privilegiado a serviços públicos como vagas para atendimento médico, facilitação na emissão de documentos, inclusão em programas esportivos, limpeza de ruas e retirada de entulhos. Além disso, a distribuição de cargos comissionados reforça o poder

desses grupos nas regiões sob sua influência, gerando uma relação de dependência pessoal. O que deveria ser um direito universal ao acesso a serviços públicos torna-se exclusivo aos asseclas desses líderes políticos.

Paralelamente a essa dinâmica, o poder das armas também exerce grande influência sobre a cidade, com milicianos e narcotraficantes dividindo o território. Esses grupos delimitam as áreas sob seu controle por meio de valas, barricadas e cancelas, criando os vulgos "condomínios fechados" em Meriti. No caso das milícias, além da cobrança de taxas de segurança, em alguns casos impõem até taxas adicionais para o fornecimento de água, controlando serviços essenciais. Além de subdividir o território entre facções, essas lideranças armadas estabelecem uma série de normas de conduta para o acesso e circulação no território, disciplinando os moradores sob o risco de punição, que pode chegar à morte.

A cidade ainda sofre com uma série de problemas de infraestrutura e de saneamento básico, como ausência de tratamento de esgoto, falta de acesso à água encanada, gestão inadequada de resíduos sólidos e arborização escassa. Além disso, enfrenta elevados índices de violência urbana, falta de áreas de lazer e um sistema de saúde precário, incapaz de suprir as demandas da população. Em 2023, havia apenas uma unidade de pronto atendimento para mais de 440.000 habitantes, obrigando muitos cidadãos a buscarem atendimento em municípios vizinhos. Esse conjunto de problemas ilustra o quão desafiador é sobreviver neste "formigueiro perverso".

FORMIGAS OPERÁRIAS

As formigas operárias são a maioria nas sociedades de formigas e desempenham diversas funções, como cuidar das larvas

e pupas, buscar e cultivar alimento, limpar e defender o formigueiro. Há uma identificação entre as formigas operárias e a maioria da população meritiense, pois ambas realizam múltiplas tarefas e precisam se defender para sobreviver.

Diante dos problemas encontrados na cidade, movimentos sociais são formados. Na Baixada Fluminense, esses movimentos sociais surgiram principalmente associados a igrejas católicas e associações de moradores, defendendo melhorias na qualidade de vida em um cenário de omissão do poder público. A presença desses grupos foi notória, com destaque para a atuação das associações de moradores na luta por saneamento básico desde 1984.

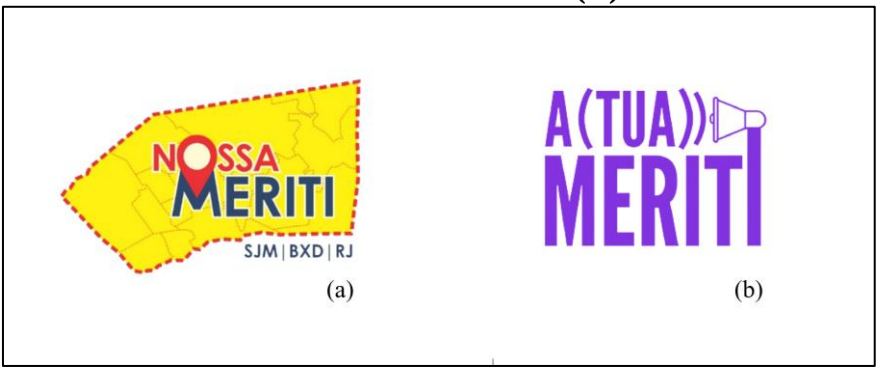
Meriti já foi destaque nacional por seus movimentos sociais, tanto nas lutas pela Nova Constituição quanto nas reivindicações por saneamento básico. A cidade foi uma das mais atuantes na luta pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Constituição Cidadã, apresentando um conjunto de propostas à constituição brasileira (FASE, 1988). Nesse contexto, Silveira (1987) analisou a atuação da Federação de Bairros de São João de Meriti (antiga Amigos de Bairro de Meriti - ABM) entre os anos 70 e 80, apresentando sua organização, desafios, estratégias e conquistas. Silveira ressalta o papel do movimento nas reivindicações por melhorias na qualidade de vida, especialmente sua atuação em prol do saneamento básico, junto aos movimentos sociais atuantes na Baixada Fluminense naquele período.

A ABM, que conectava as associações de moradores do município, buscava a construção de uma nova hegemonia, através de novas subjetividades, pela valorização do local e primazia dos direitos sociais e da democracia. O movimento investia em seminários de formação política para os moradores, jornais de bairro para disseminação da informação e valorizava as vivências coletivas através de festas e gincanas, promovendo a valorização do patrimônio cultural.

Em SJM, entre 2011 e 2021, esteve ativo o Movimento Pró-Saneamento, formado por moradores da região de Parque Araruama. O movimento promovia discussões, palestras, oficinas e buscava o diálogo com todos os setores da sociedade na luta pelo controle social de políticas públicas, especialmente aquelas relacionadas ao saneamento básico e ao meio ambiente.

Em 2021, surgem "Nossa Meriti" e "A(tua) Meriti" (Figura 1), dois movimentos sociais meritienses que se unem para construir a Agenda Meriti 2030.

Figura 1 - Logotipos da Iniciativa Nossa Meriti e Coletivo (A)tua Meriti



Fonte: a) Iniciativa Nossa Meriti; b) Coletivo (A)tua Meriti.

NOSSA MERITI

A iniciativa Nossa Meriti, foi criada para enfrentar o debate político acirrado pouco propositivo na cidade. A iniciativa atua em três frentes principais: conectando movimentos e agentes sociais,

promovendo a formação de lideranças e construindo uma agenda propositiva para estimular debates e desenvolver políticas públicas.

O nome “Nossa Meriti” reflete a ideia de posse coletiva da cidade. O símbolo do movimento apresenta um mapa da cidade com linhas tracejadas, semipermeáveis e não completamente fechadas, representando um espaço poroso e conectado com outros territórios. Os bairros são mostrados da mesma forma, com linhas tracejadas, e há um marcador de localização sobre a cidade. Abaixo, as siglas SJM, BXD e RJ situam Meriti dentro da Baixada Fluminense. As linhas tracejadas representam fluxos dentro da cidade e entre cidades vizinhas, alinhando-se ao objetivo do movimento de fortalecer a integração e a organização reticular dos agentes sociais no território.

Para reunir pessoas, o movimento Nossa Meriti ofereceu um Curso de Formação de Lideranças em 2021, em colaboração com a Casa Fluminense. O curso reuniu 48 participantes de 18 bairros e foi ministrado por ativistas, pesquisadores e profissionais da região, com foco na Baixada Fluminense. Além de capacitar os participantes para atuar no território, o curso facilitou a conexão entre iniciativas e pessoas, contribuindo para a elaboração de uma agenda municipal propositiva.

O Nossa Meriti usa suas redes sociais para destacar questões socioambientais importantes, como a relação entre calor e a falta de espaços verdes na cidade. O movimento também desempenhou um papel crucial na mobilização de doações para as vítimas das inundações que afetaram o município e o estado em 2023.

A(TUA) MERITI

Era 2022, estava em minhas intermináveis caçadas por textos sobre SJM na internet, até que encontrei “A Meriti dos meus

sonhos”. Era um texto tão sensível e bem escrito! Mostrava a esperança de uma jovem meritiense apaixonada por sua cidade. Em meio às dores de morar em um território periférico tão violento, aquele texto foi para mim um bálsamo. O escrito era assinado por uma jovem, Vitorinha do SUS. No site, havia uma foto sua, com um sorriso que transmitia tanta ternura quanto às palavras daquele texto.

Pois bem, tempos depois eu a conheci, na primeira reunião territorial para a construção da Agenda Meriti 2030. Sim, aquela meritiense sonhadora estava na minha frente, com um sorriso cativante e acolhedor. Mas ela não era mais uma menina, era uma mulher, uma integrante do A(tua) Meriti. Foi uma alegria sem igual ver que aquela menina inspiradora havia crescido e se tornado uma mulher forte e atuante, parte de um coletivo.

A(tua) Meriti é um coletivo de jovens que visa trazer questões importantes para o debate público, especialmente por meio do ativismo e da comunicação, influenciando a forma como essas questões são abordadas na cidade. O coletivo surgiu a partir da inquietação de três estudantes de Meriti com os problemas de sua cidade e do desejo de atuar no território.

O movimento A(tua) Meriti traz em seu nome um chamado à ação, estimulando a atuação, ao mesmo tempo que o pronome possessivo “tua” evoca um senso de pertencimento, convidando o cidadão a se apropriar de sua cidade de forma ativa. A marca do movimento possui um megafone, dispositivo que amplifica a voz e a torna audível para um número maior de pessoas. Isso se associa à característica marcante do coletivo: comunicar aos que são raramente ouvidos e considerados, como os moradores da periferia.

A primeira estratégia do coletivo foi a criação e distribuição de um jornal sobre a cidade, que abordava pautas como crise climática, racismo ambiental, resíduos sólidos, a existência de um parque natural pouco conhecido e a história do poluidíssimo Rio

Pavuna, outrora navegável. O jornal surgiu em um contexto de repressão e violência política no país e tornou-se um meio de diálogo, divulgação do conhecimento e construção de novas narrativas para cidade, para além dos seus problemas.

Além dos jornais, A(tua) Meriti utiliza as redes sociais para repensar o município de SJM e sua diversidade. O coletivo elabora diversos conteúdos, incluindo fotos antigas e atuais da cidade, figuras ilustres como o marinheiro João Cândido e o vendedor de plantas do centro, e temas variados como a escola de samba de Meriti chamada Unidos da Ponte, eleições, defesa civil, o aumento da passagem do trem, segurança pública e denúncias e cobranças à municipalidade. Essas postagens são apresentadas em imagens e vídeos produzidos pelo coletivo.

No que diz respeito à questão socioambiental, merecem destaque os conteúdos produzidos sobre a crise climática. Em uma abordagem didática e colaborativa, A(tua) Meriti foi ao centro da cidade para questionar os moradores sobre como o calor impacta o seu dia a dia e quais medidas podem ser tomadas. A partir dessas conversas, o assunto da injustiça climática e da escassez de arborização e de áreas verdes é abordado de forma construtiva, refletindo as vozes das pessoas que passam pelo centro do formigueiro Meriti. Outra postagem, feita durante uma das comuns ondas de calor, convida a refletir sobre a vida na cidade mais quente do Rio e que possui muito menos de um metro quadrado de área verde por habitante.

Saneamento básico também é tema presente nos conteúdos produzidos pelo coletivo. Vídeos mostrando como é viver sem água encanada apesar de pagar pelo serviço estão contidos na rede social do coletivo, sempre acompanhados do contexto histórico e atual, como a privatização do serviço e a ausência de transparência quanto ao que foi feito no município com o dinheiro da venda da empresa.

O coletivo também promove, divulga e participa de eventos culturais, como “Vozes da Baixada”, a “Feira de Artes e Sabores” e o “Samba Literário”, destacando as virtudes da região. Além disso, participou de mobilizações para auxiliar pessoas atingidas por inundações e deslizamentos, que infelizmente afetam a população durante o período das chuvas. O coletivo realiza ainda palestras, rodas de conversa e oficinas de arte com reciclagem, conectando-se com outras iniciativas, instituições de ensino e pesquisa no território.

O Coletivo (A)tua Meriti busca diálogo com autoridades locais em pautas como crise climática, coleta de resíduos sólidos e participação cidadã. Em um episódio emblemático, o perfil do coletivo foi bloqueado pela prefeitura no Instagram após questionamentos sobre a gestão pública nas redes sociais. Contudo, por meio de uma campanha popular, a hashtag #DesbloqueiaAtuaMeriti ganhou força, e o bloqueio foi revertido.

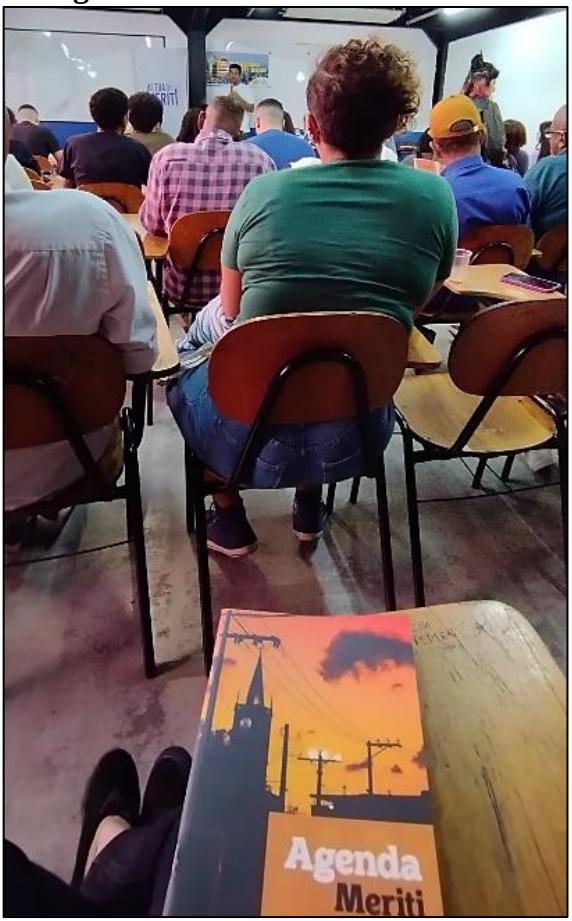
O coletivo segue em frente, buscando a implementação da Agenda Meriti 2030.

AGENDA MERITI 2030

O lançamento da Agenda Meriti 2030 (Figura 2), no ano de 2023, foi marcante para a cidade. “Em julho, no Colégio e Curso Fator, a Agenda foi finalmente lançada para o povo de São João [...] aquele auditório ficou pequeno para o grito de urgência que todo cidadão de São João emite” (OLIVEIRA, 2023). O dia foi celebrado porque tínhamos em mãos um documento construído por nós, a população, um material que reunia as melhorias desejadas para nossa cidade, uma agenda para instrumentalizar nossas reivindicações. Uso o termo “nosso” porque participei ativamente de encontros territoriais, presenciais e virtuais, dedicados ao diagnóstico

participativo e à proposição de soluções para a cidade. Esses encontros foram amplamente divulgados e estavam abertos a todas as pessoas interessadas, e, claro, eu quis participar, e quis muito.

Figura 2 - Lançamento da Agenda 2030 com auditório lotado



Fonte: Lauria (2023).

A Agenda Meriti 2030 tem o objetivo de propor políticas públicas, incentivar o debate e promover o desenvolvimento do município. O documento foi organizado em oito eixos: gestão e transparência; educação; saúde pública; cultura; clima, meio ambiente e saneamento básico; mobilidade urbana; segurança cidadã; e assistência social. A agenda aborda os principais problemas da cidade e apresenta dez medidas para cada eixo, que se traduzem em objetivos a serem alcançados no município.

Esse instrumento se alinha ao esforço pelo desenvolvimento sustentável, buscando a territorialização dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável propostos pela Organização das Nações Unidas na Agenda 2030 global lançada em 2015. A agenda local de Meriti é de vital importância para o alcance desses objetivos, pois dialoga com os principais desafios e anseios da população, refletindo a realidade cotidiana do município. Logo no início da Agenda, SJM é apresentado como um município de maioria negra, povo abandonado, mas um símbolo de resistência.

Um dos eixos mais relevantes da agenda é: “Clima, meio ambiente e saneamento básico”. Nesse eixo, a agenda apresenta problemas socioambientais na cidade, tais como: o índice de mata nativa de SJM, que é o menor de todo o estado do Rio de Janeiro, impactando a biodiversidade, a qualidade de vida e o lazer; a problemática das inundações que afetam diversas áreas do município; a presença constante de resíduos sólidos nas ruas e nos rios; e a ausência de tratamento de esgoto. O leilão da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE), a privatização do serviço e a falta de transparência sobre o uso do dinheiro recebido pelo município nessa transação também são questionados.

A questão da consciência ambiental e a necessidade de lutar por justiça ambiental são destacadas na Agenda Meriti 2030. A cidade é representada como o “exemplo perfeito de racismo

ambiental”, alvo de danos ambientais estruturais direcionados a um povo negro e pobre.

Estes são os objetivos traçados para pauta ambiental meritiense na Agenda: estabelecer uma autoridade climática local para enfrentar a crise do clima; investir nos parques existentes e criar mais áreas verdes; arborizar a cidade; prevenir enchentes; coletar e tratar esgotos; implementar a coleta seletiva e “ecopontos” para resíduos de construção civil e de podas; promover transparência quanto ao uso dos recursos, especialmente os oriundos do leilão da CEDAE; fiscalizar o serviço da empresa responsável pelos serviços de água e esgoto ao município; e promover a educação ambiental.

Ao fim, a agenda busca trazer esperança. Convida os meritienses a se enxergarem como um “povo diverso e resiliente” parte de uma Baixada, “terra de gente que mantém o Rio de pé”. Apesar desse olhar esperançoso, a agenda ressalta o desafio de planejar um futuro, considerando que a cidade ainda enfrenta problemas do século passado, como a falta de distribuição de água encanada para grande parte da população e a ausência de tratamento de esgoto, por exemplo.

No lançamento da Agenda não esteve presente representante da prefeitura ou vereança, apesar dos convites. A cidade parecia estar sob o domínio de autoridades pouco interessadas com os reais problemas da cidade, mas totalmente conectadas com suas agendas eleitoreiras e clientelistas, no período em que a agenda foi elaborada e lançada.

Após o lançamento da agenda, ela foi amplamente divulgada. Foi apresentada em escolas da região, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e repercutiu na mídia. A agenda foi divulgada em jornais e telejornais e apresentada em diversos locais, como escolas da cidade, no Fórum Rio em Queimados, no podcast "É Pra Elas" e na Conferência Municipal de Cultura. Além disso, em

uma audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), sobre mudança climática, racismo ambiental e injustiça climática, a agenda foi entregue às autoridades.

O documento, escrito em linguagem simples e de forma didática, pode contribuir para uma melhor compreensão do território, servindo como um instrumento de identidade social. Ele apresenta o histórico, os desafios, a diversidade, os saberes e as potencialidades da cidade.

CONCLUSÕES: SOBRE "TRABALHO DE FORMIGUINHA"

A(tua) Meriti e Nossa Meriti, através de suas atividades, demonstram a busca por espaço político e por promover transformações no território. O Nossa Meriti se destaca por sua habilidade em reunir, conectar e formar lideranças. A(tua) Meriti, com sua abordagem direta e criativa, comunica diversas pautas, incluindo a socioambiental, de maneira acessível, especialmente para o público jovem da cidade.

Ambas as iniciativas utilizam a comunicação, especialmente nas redes sociais, como uma estratégia de influência. Ferreira (2023) enfatiza a importância da comunicação ativa para identificar as demandas do território e fomentar debates que possibilitem sua leitura crítica, contribuindo para a emancipação através do conhecimento da situação do território vivido, da consciência e do diálogo.

Através da valorização do território, da cultura e das pessoas, esses coletivos dão voz aos excluídos e promovem o fortalecimento de uma identidade periférica de resistência e potência, em contraposição ao poder hegemônico.

A Agenda Meriti 2030 também é um instrumento de busca por influência. Contempla as principais questões da cidade através de um olhar integrador, pautado na sustentabilidade. A participação social e o embasamento científico em sua construção legitimam o instrumento propositivo no que tange a políticas públicas necessárias e possíveis para a cidade.

Ao compartilhar todo o processo de construção da Agenda Meriti 2030 nas redes sociais, incluindo entraves, metodologia e formas de financiamento, os coletivos fornecem pistas sobre como é possível superar desafios e limitações no território, evidenciando caminhos e possibilidades de ação.

A solidariedade emerge como uma força central nas ações dos coletivos, tecendo laços que vão além da lógica de mercado e das relações utilitárias. Ao organizar doações para os afetados por inundações, por exemplo, essas iniciativas criam uma rede de apoio que fortalece os vínculos comunitários, estabelecendo relações baseadas no bem comum e no compromisso coletivo. Ferreira (2023) afirma que a solidariedade é fundamental na construção de territorialidades socioambientais, pois ela desafia as estruturas de poder estabelecidas e cria novas formas de relacionamento que superam a simples troca de favores ou vantagens pessoais.

Os movimentos sociais estudados podem contribuir para a formação de territorialidades socioambientais tanto em aspectos materiais, na proposição de pautas e ações, quanto no aspecto imaterial e subjetivo, através do fortalecimento do senso de pertencimento. No aspecto mais concreto do poder, os movimentos influenciam ao questionar e cobrar ações das autoridades, promovendo uma pressão contínua sobre o poder público. Já na dimensão imaterial e simbólica, promovem a apropriação do território, convidando a população a se reconhecer como parte integrante e a participar ativamente no processo de construção de uma "nossa" Meriti. Isso se dá ao escutar as vozes da comunidade na

elaboração de pautas e agendas, assim como na produção de conteúdos que fortalecem os símbolos locais.

A resistência das autoridades locais em ouvir ou se reunir com as duas iniciativas, bem como o bloqueio ocorrido nas redes sociais, revela as dificuldades e desafios enfrentados para forjar novas territorialidades em um cenário opressor e autoritário. Nesse sentido, o desenvolvimento de territorialidades socioambientais por meio dos dois agentes sociais em estudo encontra-se em um estágio embrionário em relação ao seu capital político. Considerando o gradiente das territorialidades socioambientais de Ferreira (2023), que varia de 1 a 7, da informação (1) à autogestão (7), os coletivos ainda estão no primeiro patamar, havendo uma longa jornada até que possam alcançar maiores níveis de poder e influência. Apesar disso, é possível afirmar que há um movimento social organizado no município, do qual a iniciativa Nossa Meriti e o coletivo (A)tua Meriti fazem parte, assim como também é evidente o interesse dos meritienses pelas questões socioambientais.

Forjar territorialidades socioambientais em SJM é um “trabalho de formiguinha”, feito dia após dia. Esse esforço contínuo pode criar pequenas aberturas para ação em um sistema desigual, substituindo a lógica da ganância por atitudes solidárias. Trata-se de construir subjetividade, identidade e espaços de pertencimento, valorizando o conhecimento popular e desafiando as estruturas de poder estabelecidas. Com trabalho coletivo e perseverança, as transformações podem ser gradualmente conquistadas.

REFERÊNCIAS

A(TUA) MERITI. “A(tua) Meriti”. **Instagran** [2024]. Disponível em: <www.instagram.com>. Acesso em: 23/03/2025.

A(TUA) MERITI.; NOSSA MERITI. “Agenda Meriti 2030”. **Instagran** [2023]. Disponível em: <www.instagram.com>. Acesso em: 23/03/2025.

BRASIL. **Panorama de São João de Meriti**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 19/12/2024.

CASA FLUMINENSE. “Quem somos”. **Casa Fluminense** [2024]. Disponível em: <www.casafluminense.org.br>. Acesso em: 19/01/2025.

FERREIRA, F. P. M. **Territorialidades socioambientais em Teresópolis–RJ**: movimentos sociais e transformações territoriais (Tese de Doutorado em Geografia). Rio de Janeiro: UERJ, 2023.

NOSSA MERITI. “Nossa Meriti”. **Instagran** [2024]. Disponível em: <www.instagram.com>. Acesso em: 23/03/2025.

OLIVEIRA, V. “Agenda Meriti 2030: ousar incidir em São João de Meriti é ousar romper estruturas”. **BXD In Cena** [2023]. Disponível em: <www.bxdincena.com.br>. Acesso em: 12/03/2025.

SILVEIRA, M. L. S. **Reinventando a participação e o poder popular**: o ABM-Federação de Bairros de São João de Meriti: a construção de uma nova hegemonia (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987.

CAPÍTULO 2

Territorialidades Socioambientais no Parque Estadual da Costa do Sol

TERRITORIALIDADES SOCIOAMBIENTAIS NO PARQUE ESTADUAL DA COSTA DO SOL

Maximiano Lins Prates

Rafael Ângelo Fortunato

Alba Valéria Santos Simon

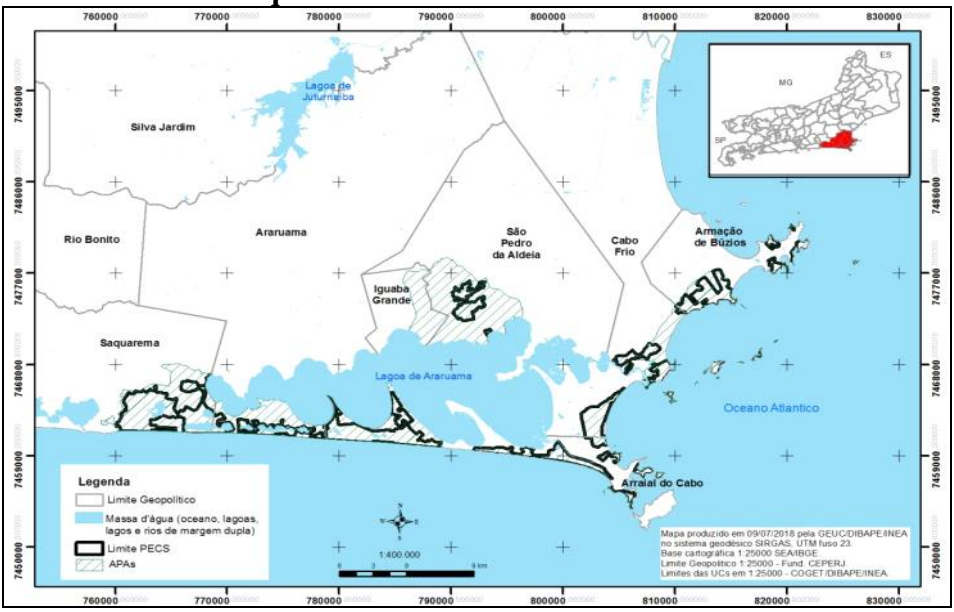
O Parque Estadual da Costa do Sol-PECS (Mapa 1) é uma Unidade de Conservação-UC de proteção integral localizada na Região das Baixadas Litorâneas do estado do Rio de Janeiro e abrange seis municípios: Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, São Pedro da Aldeia e Saquarema, nos quais estão distribuídos 43 fragmentos de remanescentes de Mata Atlântica e ecossistemas associados a esse bioma (CARVALHO *et al*., 2018; RIO DE JANEIRO, 2019). Tal conceito de segmentação e descontinuidade territorial se deu a partir da adoção de um modelo inovador e multissetorial de gestão de áreas protegidas no âmbito da Região Turística da Costa do Sol (NASRI *et al*., 2021).

Criado em 18 de abril de 2011 pelo Decreto Nº 42.929, sua gestão é de responsabilidade do Instituto Estadual do Ambiente (INEA) e possui grande importância no âmbito turístico e socioambiental regional e, sobretudo, de Arraial do Cabo, município no qual o autor do presente trabalho reside desde 2005 e, a partir de 2007, vem atuando profissionalmente exercendo concomitante ou alternadamente suas atividades laborais ora como agente público ora como operador local do turismo na condição de empreendedor ou de guia de (eco) turismo, esta última desde 2015.

Com a sua criação, o PECS se sobrepôs a diversas outras UC das mais distintas categorias de manejo e instâncias de gestão

pública (RIO DE JANEIRO, 2019), o que fez emergirem também conflitos institucionais entre esses entes e o seu órgão gestor, questão, inclusive, que é ponto central na problemática que permeia a tese que o pesquisador vem produzindo desde 2022, como aluno do doutorado interdisciplinar do Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente-PPGMA, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, na linha de pesquisa *Construção Social do Meio Ambiente*. A orientação é do Prof. Dr. Rafael Ângelo Fortunato, atual coordenador do Programa, estando a coorientação a cargo do Profa. Dra. Alba Valéria Santos Simon, da Universidade Federal Fluminense-UFF.

Mapa 1 - Localização do Parque Estadual da Costa do Sol



Fonte: Plano de Manejo do PECS (2019).

Registrado na Diretoria de Biodiversidade, Áreas Protegidas e Ecossistemas do INEA, através da Autorização de Pesquisa Científica em Unidade de Conservação N° 061/2024, o estudo apresenta uma abordagem qualitativa e atualmente está intitulado como "Turismo, territorialidades e conflitos no Parque Estadual da Costa do Sol" e tem como objetivo geral entender as implicações da criação do Parque Estadual da Costa do Sol-PECS para o município de Arraial do Cabo (RJ) no que tange à gestão das Unidades de Conservação anteriormente criadas e administradas por esse município.

A "ÁREA DE RISCO DE MONTE ALTO"

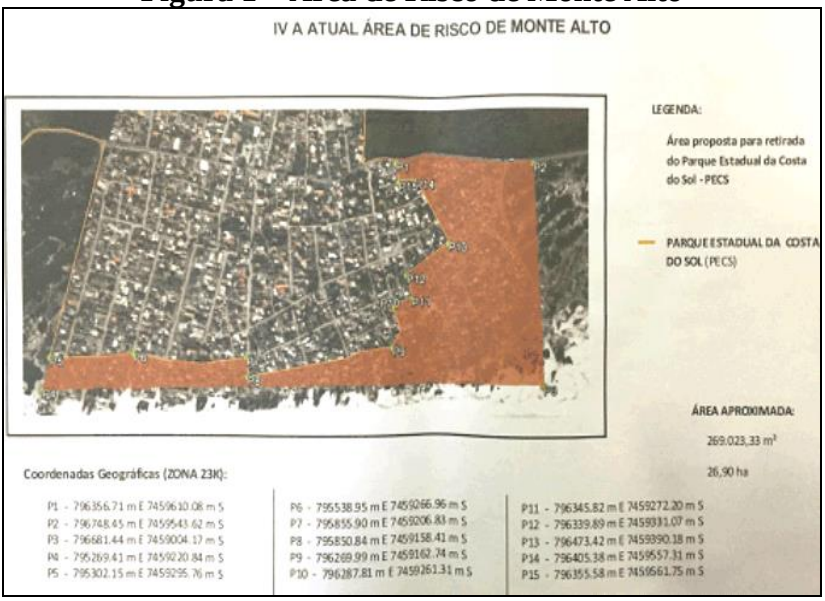
O recorte que constitui o objeto e área de estudo da tese é a chamada "Área de Risco de Monte Alto"- ARIMONTEALTO (Figura 2), um dos distritos administrativos que fazem parte de Arraial do Cabo e no qual está sendo desenvolvido um Estudo de Caso.

A classificação da localidade (também conhecida como "Poças") como "Área de Risco[21]" encontra-se no artigo 21 da Lei Municipal nº 1.512/2007 que dispõe sobre o uso e ocupação do solo no município de Arraial do Cabo já que a mesma está associada à sensibilidade ambiental da região a eventos climáticos de grande intensidade e extremos, o que pode colocar em risco as vidas humanas ali estabelecidas. Destaca-se que a ocupação desordenada e irregular na localidade é anterior à criação do PECS, em 2011 (TERRA, 2012). No entanto, a partir do aprofundamento oriundo da

[21] "Área de Risco (AR) – São áreas impróprias à ocupação humana. São locais de alta declividade, sujeitas à inundação, alagamentos, erosão, ressacas e outros fenômenos da natureza que ponham em risco a vida das populações humanas".

revisão de literatura e do trabalho de campo é possível afirmar que a proteção legal que se tornou vigente a partir de então deu ensejo a novas modalidades de conflitos socioambientais e (ou) uma maior visibilidade àqueles já identificados no território e que estão relacionados às mais diferentes fontes.

Figura 1 – Área de Risco de Monte Alto



Fonte: Projeto de Lei 1.546 (2016).

Podemos identificar entre elas: a falta de políticas habitacionais por parte da prefeitura, crescimento de loteamentos clandestinos, atuação de "narcomilícias", favelização, adensamento populacional e grilagem de terras, entre outros, que, para além dos impactos causados aos moradores e comunidade, concomitante e indissociavelmente causaram danos ao meio biofísico, haja vista que

o adensamento humano avançou para áreas mais sensíveis no que tange à preservação da biodiversidade e da geodiversidade locais onde encontram-se dunas frontais, cordões arenosos além de vegetação remanescente de Mata Atlântica (Mapa 2), de acordo com o Relatório do Grupo de Trabalho sobre Monte Alto do Conselho Consultivo do referido Parque (datado de 28/09/2017), com a Recomendação n° 28/2018 (datada de 14.08.2018) da 1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva | Núcleo Cabo Frio do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e com diversas publicações científicas (TERRA, 2012; LOPES; ABRAHÃO, 2017; RIO DE JANEIRO, 2019; TEIXEIRA, 2017; ALMEIDA; SILVA; ROCHA, 2019; LINS-DE-BARROS; MUEHE, 2010). Esse mesmo relatório comprova que a ARIMONTEALTO é uma entre dez áreas cuja desafetação[22] já havia sido anteriormente solicitada pela Prefeitura de Arraial do Cabo, em 2015, à Secretaria Estadual do Ambiente (SEA) através do ofício GAPRE nº 180/15, de 29/07/2015.

Por ser a ARIMONTEALTO previamente habitada, o estabelecimento de uma UC de proteção integral trouxe a reboque um novo ordenamento territorial e de uso público das áreas agora inseridas dentro dos limites do Parque e de restrição à utilização de seus recursos naturais pelos moradores e famílias que ali já viviam, haja vista que uma área protegida dessa categoria só admite uso indireto desses recursos e impede a habitação humana (BRASIL, 2000). Todo esse complexo contexto socioambiental que envolve fluxos de territorialização e desterritorialização revela também como se dão as disputas materiais e simbólicas entre diversos atores sociais que atuam na região, que se articulam movidos por interesses variados, sejam eles públicos, privados, corporativos ou políticos.

[22] "Ocorre quando, por ato de conveniência e oportunidade, decide-se retirar a proteção ambiental anteriormente instituída, medida" (GADELHA JUNIOR, 2020, p. 328) de uma determinada área protegida.

Figura 2 – Casas construídas sobre dunas frontais na ARIMONTEALTO

Fonte: Conselho Consultivo do PECS (2017).

Ao se verem repentinamente destituídos de benefícios sociais e urbanísticos em termos de equipamentos e serviços públicos de responsabilidade da prefeitura de Arraial do Cabo e das empresas concessionárias, os novos moradores que construíram suas casas e ocuparam a ARIMONTEALTO, agora sob a gestão do INEA, se articularam com os antigos residentes e com a Associação de Radiodifusão Comunitária de Monte Alto.

Informação coletada junto ao presidente da referida associação que, segundo o Relatório do Grupo de Trabalho sobre Monte Alto, representava a comunidade de Monte Alto à época. O mesmo informou ainda que a instituição cumpria o papel de uma associação de moradores.

A mobilização resultou no Projeto de Lei (PL) 1.546/2016, de autoria do então deputado estadual Jânio Mendes, que desde 2016 tramita na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro –

ALERJ e solicita a modificação dos limites do Parque Estadual da Costa do Sol em sua porção situada no município de Arraial do Cabo ao propor em seu artigo 1 a exclusão da "atual 'Área de Risco – AR de Monte Alto'". Tecnicamente esse procedimento é chamado de desafetação, já conceituado anteriormente. Em contrapartida e com a finalidade de se tentar solucionar problemas socioambientais do referido distrito de uma forma de geral, mas, sobretudo, promover a discussão a respeito desse PL, foi criado o *Grupo de Trabalho sobre Monte Alto*, constituído por membros do Conselho Consultivo do Parque, de acordo com o *Relatório do Grupo de Trabalho sobre Monte Alto*, já mencionado.

Esse relatório destaca que o referido GT foi criado durante uma reunião do Conselho Consultivo do PECS realizada no dia 25/11/2016, a fim de discutir questões específicas da ARIMONTEALTO. Posteriormente, foi instaurado um Procedimento Administrativo a partir da intervenção do Ministério Público para acompanhamento de todos os processos de redelimitação em curso no PECS. Em função disso, o GT sobre Monte Alto passou a ser chamado de GT de Redelimitação e suas atribuições e ações acabaram sendo incorporadas por esse último, cuja nomenclatura passou a prevalecer desde então.

TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE E TERRITORIALIDADES SOCIOAMBIENTAIS

Ferreira (2023, p. 74) enfatiza que a maneira como territorialidades e territórios se forma expressa o campo de forças da disputa pela apropriação dos espaços geográficos, arena de atuação de diversos atores sociais através dos quais irão emergir conflitos e desigualdades e na qual se tornam proeminentes "a dominação, a resistência e as interações onde se destacam os agentes do capital, o

estado e os movimentos sociais". Já Haesbaert (2004; 2014) confere importância ao duplo papel relacionado ao conceito de território: espaço geográfico de pertencimento e construção identitária e sobre o qual se exerce também domínio político, econômico e jurídico, sendo ainda imaterialmente objeto de apropriação de subjetividade e simbolismos.

Haesbaert deixa claro que o poder é um ponto central para o entendimento do conceito de territorialidade, pois que ela está intrinsicamente relacionada com as estratégias de controle geográfico e social de um determinado território, seja pelo viés material ou até mesmo cultural, haja a concretude ou não, a existência ou não de um espaço físico a ser dominado (HAESBAERT, 2004). Já Little (2003; 2015) teoriza que o ambiente biofísico se converte em território quando da ocorrência de articulações coletivas de grupos sociais identificados com ele que, assim, operam no sentido de ocupá-lo, usá-lo e controlá-lo sem que para isso precisem lançar mão do subterfúgio de títulos, leis ou decretos, já que de acordo com o autor essa conduta é-lhes ontológica enquanto manifestação de territorialidade.

É exatamente em cenários complexos como o da ARIMONTEALTO - onde se identificam disputas simbólicas ou materiais que envolvem, entre outros aspectos, lutas pelo uso dos recursos naturais e pelo direito ao uso da terra e à moradia, crimes e degradação ambientais, além de sobreposições territoriais - que os multiatores dos diferentes grupos sociais envolvidos exercem influência e pressão sobre o território buscando também exercer a sua dominação (FORTUNATO, 2020), ainda que esta última seja compreendida como um ato de resistência política e contra o poder econômico. Lauria, López e Fortunato (2023) destacam que contextos como esses - incursos nas relações que envolvem a tríade conceitual poder-espaço-questões socioambientais - favorecem o surgimento das territorialidades socioambientais - TSA, um conceito

criado inicialmente pelo Prof. Dr. Rafael Ângelo Fortunato - ex-aluno do PPGMA - e que atualmente vem sendo construído coletivamente por seus orientandos e doutores ex-orientandos que compõem o COLAB, Grupo de pesquisa em Territorialidades Socioambientais.

Ferreira (2023, p. 14-15) sustenta que as TSA podem emergir de "caminhos alternativos tanto para as relações sociais, baseadas na cooperação e solidariedade, quanto para as relações entre sociedade e natureza" em contextos que envolvam a sociedade civil organizada - sobretudo entre os indivíduos e grupos que se encontram em maior condição de vulnerabilidade - através dos movimentos sociais a fim auferir força política e promover formas de resistência e afirmação identitária contra a opressão econômica decorrente da reprodução metabólica do sistema capitalista. Assim, as TSA seriam sempre o resultado, a variação ou ainda uma nova faceta de um processo de territorialidade já em curso em um determinado território.

Destacando a sua vertente multiescalar e as distintas formas com as quais as TSA podem ocorrer no território, Lauria, López e Fortunato (2023) reforçam a importância da organização coletiva e atuante em iniciativas de caráter socioambiental que tenham por finalidade a defesa do patrimônio ambiental. Um desses primordiais espaços de troca, união, articulação coletiva, controle social e atuação sobre o território em busca de ganho de capital político são os conselhos. Importante destacar que a utilização da expressão "capital político" aqui não faz necessariamente referência à instância eleitoral ou partidária, mas à sua conotação de participação comunitária. Ao abordá-los de uma maneira geral, Avritzer (2011) conceitua os conselhos como sendo instituições que têm a finalidade de fomentar a participação política de distintos grupos sociais objetivando também ampliar a difusão da democracia. O SNUC determina a obrigatoriedade de formação dos conselhos gestores no que tange às UC em todo o nosso país, podendo os mesmos ser do

tipo consultivo ou deliberativo dependendo da categoria de manejo da área protegida (TEIXEIRA, 2017), deixando claro também que é mandatória a existência de um conselho consultivo para as UC de proteção integral, caso do PECS.

Considerando os conselhos como o palco onde emergem os distintos interesses públicos, privados, corporativos ou políticos que movem os membros que o compõem, infere-se que ao exercerem seus papeis sociais esses atores sociais carregam consigo também as demandas das entidades, associações, empresas e outras instituições as quais representam, configurando assim o "processo do território", quando são explicitadas as relações de poder dos atores que o produzem (RAFFESTIN, 1993, p. 07-08), sendo esse território ainda a representação espaço-temporal das assimetrias e dessimetrias decorrentes das relações sociais enquanto manifestação da territorialidade (SAQUET, 2009).

GRUPO DE TRABALHO SOBRE MONTE ALTO NO ÂMBITO DAS TSA

Partindo da lógica que permeia as assimetrias e dessimetrias que envolvem as relações de poder no território e trazendo para a perspectiva de nosso objeto de estudo, gostaríamos de doravante fazer um recorte analítico e teorizar acerca de nossas percepções sobre alguns pontos a respeito da atuação do *Grupo de Trabalho sobre Monte Alto* do conselho consultivo do PECS e sua imbricação no âmbito conceitual das TSA. Embora o conselho consultivo faça parte da estrutura responsável pela gestão do Parque por força da legislação ambiental, o entendemos e o tratamos aqui na perspectiva de um ente autônomo e representativo dos movimentos sociais, haja vista que ele atua na intencionalidade de transformar tanto território quanto sociedade enquanto grupo organizado (FERREIRA, 2023) e

deve espelhar e representar a sociedade como um todo no exercício de sua função de controle social. Desde a sua criação, o GT vem objetivando impedir o processo de desafetação da ARIMONTEALTO ou, ao menos, fazer com o mesmo seja feito segundo critérios técnicos mais claros e definidos, o que fez emergir um conflito entre o GT e o próprio INEA e até mesmo entre o GT e outros membros do conselho, haja vista que, além de conservacionistas e ativistas ambientais, em sua composição há funcionários das prefeituras que estão na área de abrangência do Parque, empresários de diferentes ramos e pessoas ligadas a grupos e interesses políticos e econômicos distintos.

Ao atuar nesse sentido, o GT forja TSA sobre o território da ARIMONTEALTO na medida em que suas ações se contrapõem a um cenário de desigualdade, exclusão e injustiça ambiental e manifestam uma intencionalidade em prol de um modo de vida mais sustentável e solidário para os moradores da localidade tanto quanto da proteção do meio biofísico e dos ecossistemas afetados com as invasões, já que de acordo com a página nove do relatório do GT previamente citado aqui algumas vezes o que se objetiva é a formação de consenso a fim de promover "a proteção das áreas de restinga não ocupadas, a melhoria das condições de vida da população de Monte Alto e a segurança das pessoas em relação a fenômenos naturais".

Pelo acompanhamento que temos feito das reuniões do conselho e de nossas atividades de campo, observa-se que essa busca do GT em face dessa problemática socioambiental, no entanto, vem carregada de percalços e conflitos, para os quais a solução ou, ao menos, as tentativas para que isso aconteça passam pelos esforços de aquisição de força e capital político de seus integrantes, também um dos pressupostos das TSA. Um dos entes institucionais entre os quais o GT tem procurado apoio, orientação e embasamento legal para as suas ações é o Ministério Público, que através da 1ª

Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Cabo Frio promoveu a instauração do Procedimento Administrativo n° 10/20, datado de 10/02/2020, a fim de "Acompanhar as ações desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho (GT) criado para redelimitação do Parque Estadual da Costa do Sol, através da Resolução Conjunta SEAS/INEA N° 10, de 19 de junho de 2019" e por intermédio do qual o GT vem reiteradamente solicitando alterações na proposta técnica de redelimitação/desafetação que vem sendo apresentada pelo INEA e sobre a qual há diversas discordâncias.

Por conta do exíguo espaço para um maior aprofundamento, não iremos aqui discorrer acerca dos pormenores técnicos da proposta supramencionada. Importa ressaltar que desde a apresentação do PL 1.546/2016 o GT vem buscando o diálogo com o autor e proponente do projeto e operando com os dispositivos legais disponíveis e acompanhamento do Ministério Público no sentido de evitar que a matéria siga seu trâmite de votação sem que haja o seu devido amadurecimento e discussão com os diferentes setores da sociedade civil. Um desses segmentos é o acadêmico, com o qual o GT tem procurado suporte junto a diversos pesquisadores e universidades a fim de obter respaldo técnico-científico para suas demandas e intervenções.

Todo esse contexto socioambiental que envolve processos de perda de direitos ao uso da terra e à moradia por influência do arcabouço legal, invasão de áreas protegidas, articulação comunitária e ausência do poder público nos leva a uma reflexão. As crescentes pressões oriundas do forte e crescente ambientalismo iniciado em escala planetária a partir de meados da década iniciada em 1960 e o agravamento recente das pautas relacionadas aos eventos climáticos extremos tornaram ainda mais urgentes as ações dos países no que tange à preservação ambiental, resultando num conjunto de acordos e pactuações que reflete também na legislação

ambiental brasileira e influenciam ainda as agendas públicas de estados e municípios em vários aspectos, sobretudo no que tange aos seus respectivos zoneamentos territoriais. Disso resulta que muitas vezes esse arcabouço legal, acrescido de outros fatores como a especulação imobiliária, a turistificação e a gentrificação que ocorrem em algumas cidades e territórios acabam "empurrando" grupos populacionais menos favorecidos economicamente para áreas que o próprio poder público estabeleceu legalmente como protegidas.

Isso denota que, em seu nexo de territorialidade e à luz das leis que ele mesmo criou e lhe cabe cumprir, o próprio Estado, enquanto ente político-administrativo e detentor da soberania sobre um determinado território é o mesmo que promove segregação espacial e processos de desterritorialização de determinados grupos sociais que muitas vezes configuram um quadro de criminalização da pobreza quando analisado em um contexto socioambiental (MARTINEZ-ALIER, 2007). Esse cenário expõe ainda as "contradições presentes na cultura política e nas políticas governamentais brasileiras" ao se analisar os entraves encontrados nas tentativas de implementação de regramento e ordenamentos territorial oriundos do sentido de território que é subjacente a esses processos (NASCIMENTO, 2019, p. 300). Isso fica evidente para nós toda vez que observamos as frequentes intervenções do aparato efetivo do Estado nos processos de retirada de pessoas e famílias da ARIMONTEALTO ou de outras áreas invadidas do PECS, amplamente noticiadas na mídia, ainda que sejam ações legais.

Por fim, partindo do entendimento que a ARIMONTEALTO representa um território complexo do ponto de vista socioespacial e sociocultural, e que enquanto campo de disputas materiais, simbólicas e políticas constitui-se concomitantemente em espaço de diálogo interdisciplinar de saberes distintos, conflito e cooperação (RIBEIRO; LOIOLA, 2009), vislumbramos também a imbricação

das TSA em nosso objeto de estudo ao detectarmos na intervenção do GT de Redelimitação e em sua atuação junto aos diferentes atores sociais envolvidos uma busca por significados, sentidos e solidariedade a partir da formação de redes diversas (Ferreira, 2023) que não se limita aos aspectos técnico-científicos, legais ou práticos da questão, mas que tem relação também com uma postura conciliatória e de apaziguamento que interpretamos como uma tentativa de se estabelecer uma cultura de paz na ARIMONTEALTO e convertê-la, na medida do possível, em um território do Bem Viver, na perspectiva de Acosta (2019), ou seja, um lugar onde haja um ordenamento social que respeite tanto os direitos humanos quanto os do natureza, além de promover mais equilíbrio e sustentabilidade a fim de assegurar maior dignidade, autonomia e autossuficiência para humanos e não humanos.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. **O bem viver**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

ALMEIDA, K. C.; SILVA, J. C.; ROCHA, T. B. D. “O avanço da ocupação de Monte Alto sobre a restinga do Parque Estadual da Costa do Sol (PECSOL) RJ: considerações sobre risco à inundação e à perda de geodiversidade”. *In*: PINHEIRO, L. S.; GORAYEB, A. (orgs.). **Geografia Física e as Mudanças Globais**. Fortaleza: Editora UFC, 2019.

AVRITZER, L. “A qualidade da democracia e a questão da efetividade da participação: mapeando o debate”. *In*: PIRES, R. R. C. (org.). **Efetividade das instituições participativas no Brasil**: estratégias de avaliação. Brasília: Ipea, 2011.

BRASIL. **Lei n. 9.985 de 18 de julho de 2000**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2000. Disponível em: <www.gov.br>. Acesso em: 12/04/2025.

CARVALHO A. S. R. *et al*. (coords.). **Restinga de Massambaba**: vegetação, flora, propagação e usos. Rio de Janeiro: Vertente Edições, 2018.

FERREIRA, F. P. M. **Territorialidades socioambientais em Teresópolis – RJ**: movimentos sociais e transformações territoriais (Tese de Doutorado em Meio Ambiente). Rio de Janeiro: UERJ, 2023.

FORTUNATO, R. A. **Hospitalidade e solidariedade nos territórios do Bem Viver**. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2020.

GADELHA JUNIOR, V. A. "Celebração de termo de compromisso com comunidades tradicionais residentes em unidades de conservação de proteção integral: uma alternativa frente à inconstitucionalidade do art. 42 da lei do SNUC". *In*: LEUZINGER, M. D. *et al*. (orgs.). **Os 20 anos da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. Brasília: Editora da UniCEUB, 2020.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. **Viver no limite**: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção. São Paulo: Editora Bertrand Brasil, 2014.

LAURIA, P. T. B. R.; LÓPEZ N. A.; FORTUNATO, R. A. "Reflexões sobre territorialidades socioambientais em uma cidade da Região Metropolitana do Rio de Janeiro". **Revista Mosaicos**:

Estudos em Governança, Sustentabilidade e Inovação, vol. 5, n. 1, 2023.

LINS-DE-BARROS, F. M.; MUEHE, D. "Avaliação local da vulnerabilidade e riscos de inundação na zona costeira da Região dos Lagos, Rio de Janeiro Local vulnerability to inundation assessment at the coastal zone of Lake Region, Rio de Janeiro". **Quaternary and Environmental Geosciences**, vol. 2, n. 1, 2010.

LITTLE, P. E. "Desenvolvimento territorial sustentável: desafios e potencialidades para o século XXI". **Guaju**, vol. 1, n. 2, 2015.

LITTLE, P. E. "Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade". **Anuário Antropológico**, vol. 28, n. 1, 2003.

LOPES, R. S.; ABRAHÃO, J (orgs.). **Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica de Arraial do Cabo (Planos da Mata Atlântica Região Lagos São João e Rio das Ostras; 3)**. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade, 2017.

MARTINEZ-ALIER, J. M. **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

NASCIMENTO, M. M. "Conflitos socioambientais em áreas de preservação: o caso das comunidades tradicionais do Parque Nacional da Chapada Diamantina". **Tempos Históricos**, vol. 23, n. 1, 2019.

NASRI, Y. X. G. *et al*. "Uso Turístico no Parque Estadual da Costa do Sol (RJ, Brasil): Uma leitura sobre desafios e potencialidades". **Revista Brasileira de Ecoturismo**, vol. 14, 2021.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RIBEIRO, M. T. F.; LOIOLA, E. "Gestão de território e desenvolvimento: um convite à reflexão e ao exercício do diálogo entre saberes". *In*: RIBEIRO, M. T. F.; MILANI, C. R. (orgs.). **Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea**: o território como categoria de diálogo interdisciplinar. Salvador: Editora da UFBA, 2009.

RIO DE JANEIRO. **Plano de Manejo do Parque Estadual da Costa do Sol**. Rio de Janeiro: Instituto Estadual do Ambiente, 2019. Disponível em: <www.inea.rj.gov.br> Acesso em: 18 de set. 2024.

SAQUET, M. A. "Por uma abordagem territorial". *In*: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (orgs.). **Territórios e Territorialidades**: Teorias, processos e conflitos. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

TEIXEIRA, J. G. **Turismo no Parque Estadual da Costa do Sol, RJ**: Relações e conflitos entre atividade turística, unidade de conservação e população local (Dissertação de Mestrado em Turismo). Niterói: UFF, 2017.

TERRA, A. D. G. "O sal da terra: ocupação irregular em área de expansão turística, o caso da localidade de Poças, na Restinga de Massambaba, em Arraial do Cabo – RJ". **Anais do XXI Encontro Nacional do CONPEDI**. Uberlândia: CONPEDI, 2012.

CAPÍTULO 3

Recicla Ilha:
Forjando Territorialidades Socioambientais Através da Coleta Seletiva na Ilha Grande - Rio de Janeiro

RECICLA ILHA: FORJANDO TERRITORIALIDADES SOCIOAMBIENTAIS ATRAVÉS DA COLETA SELETIVA NA ILHA GRANDE - RIO DE JANEIRO

Débora Mury Alves Chueiri

Paula Thaise Bermudez dos Reis Lauria

Nos territórios confluem diversos grupos com interesses e identidades diferentes, buscando influenciar os rumos desses recortes do espaço. As territorialidades socioambientais (TSA) consistem em diferentes estratégias para influenciar as pautas socioambientais nos territórios, visando a promoção de um ambiente saudável e digno a todos. Essas dinâmicas são marcadas por disputas, colaborações e conflitos, que moldam as formas como os recursos e os espaços são utilizados e protegidos.

A Ilha Grande com sua vasta extensão territorial e relevância ecológica, é a maior ilha do estado do Rio de Janeiro e um importante polo turístico. Dentre os inúmeros impactos negativos, proveniente da má gestão pública, encontra-se a gestão de resíduos sólidos. Esse assunto já é um desafio nas cidades e em áreas insulares turísticas, o problema é ainda mais complexo. A população local enfrenta a sobrecarga gerada pelo aumento sazonal de visitantes, cuja presença intensifica a produção de resíduos. Desde a coleta até a destinação final, cada etapa exige uma logística meticulosa, principalmente em um território que depende de transporte marítimo para remover os resíduos. Assim, fica evidente que, no planeta, não há “jogar fora”; tudo precisa ser redirecionado adequadamente.

A coleta seletiva surge como uma estratégia fundamental para reduzir a quantidade de resíduos destinados aos aterros, além de reinserir materiais na cadeia produtiva, transformando-os em

matéria-prima e gerando renda. Entretanto, implementar tal iniciativa em uma região insular turística exige coordenação entre atores sociais, infraestruturas adaptadas e engajamento comunitário.

Dentre as poucas iniciativas existentes na Ilha Grande, destacou-se o *Projeto Recicla Ilha*, que teve como objetivo estruturar um modelo de separação e aproveitamento de resíduos recicláveis em Vila do Abraão, principal núcleo urbano da Ilha. Este foi desenvolvido por meio da pesquisa-ação participante (PAP), o projeto articulou agentes locais, organizações não governamentais e o poder público para promover uma gestão sustentável.

Analisar os territórios à luz das TSA é importante, pois revela como as estratégias de gestão ambiental podem modificar dinâmicas locais, fortalecendo redes de cooperação e gerando resultados práticos para a sustentabilidade. Esse capítulo baseia-se no método de observação participante junto aos agentes sociais entre os anos de 2019 e 2021, bem como por meio de entrevista recente com representante da ONG Brigada Mirim Ecológica da Ilha Grande no ano de 2024. Compreender como um projeto de reciclagem pode contribuir para a construção de TSA, é a questão norteadora deste trabalho, que também busca explorar o potencial transformador de iniciativas locais para a gestão sustentável de resíduos em áreas insulares.

O PROJETO RECICLA ILHA

O *Projeto Recicla Ilha* é fruto de esforços acadêmicos e sociais para implementar ações concretas de proteção ambiental e engajamento comunitário. Concebido pela Dra. Clarice Silva Lima durante seu mestrado e doutorado, em parceria com a ONG Brigada Mirim Ecológica da Ilha Grande (BMEIG). O projeto nasceu da

necessidade urgente de reorganizar a gestão de resíduos sólidos na Ilha Grande. A pesquisa inicial identificou problemas como a falta de educação ambiental, instabilidade no recolhimento dos resíduos, e ausência de coleta seletiva estruturada, agravando os conflitos socioambientais locais.

A Brigada Mirim Ecológica da Ilha Grande é uma ONG fundada em 1981 por moradores preocupados com a questão socioambiental da ilha. A iniciativa desenvolve ações de formação e promoção da cidadania juntamente a jovens de 14 a 17 anos, voltadas à conservação ambiental.

A ONG possui projetos como: Viveiro de Mudas, Capacitação Profissional, Sinalização das Trilhas, Educação e Conscientização Ambiental, Fazenda Marinha (cultivo de algas e moluscos marinhos) e o *Projeto Recicla Ilha* (BRIGADA MIRIM ECOLÓGICA DA ILHA GRANDE, 2024). Esse último, relaciona-se especialmente ao histórico da Brigada, que desde sua gênese tem a preocupação com a problemática dos resíduos sólidos, desenvolvendo há décadas, campanhas de limpeza de praias e ações de coleta seletiva, ganhando impulso em 2015, com o desenvolvimento da tese de doutorado de Lima (2020).

Há mais de 35 anos, a BMEIG imprime TSA na Ilha Grande, influenciando na conservação do ambiente por meio de ações como a limpeza das praias e trilhas, por exemplo. Tais ações são capazes de engajar os agentes sociais, que se unem de forma consciente em prol da melhoria do território, ações coletivas capazes de ampliar a coesão social e senso de pertencimento.

Ao longo deste capítulo, será possível compreender as dimensões sociais, logísticas e ambientais envolvidas no *Projeto Recicla Ilha*, bem como os desafios enfrentados para consolidar práticas sustentáveis em um território insular de alta complexidade.

Iniciado como um laboratório experimental, o projeto Recicla Ilha mobilizou moradores da Vila do Abraão, Organizações não governamentais (ONGs) e gestores públicos em torno de um objetivo comum: reduzir o volume de resíduos encaminhados para o aterro sanitário, promover a separação de recicláveis e fortalecer a consciência ambiental por meio de ações educativas. A implementação contou com campanhas de educação ambiental, mapeamento cognitivo das percepções dos moradores e intervenções práticas, como a construção do *Eco Galpão*, um espaço dedicado ao armazenamento e organização dos recicláveis antes do envio ao continente.

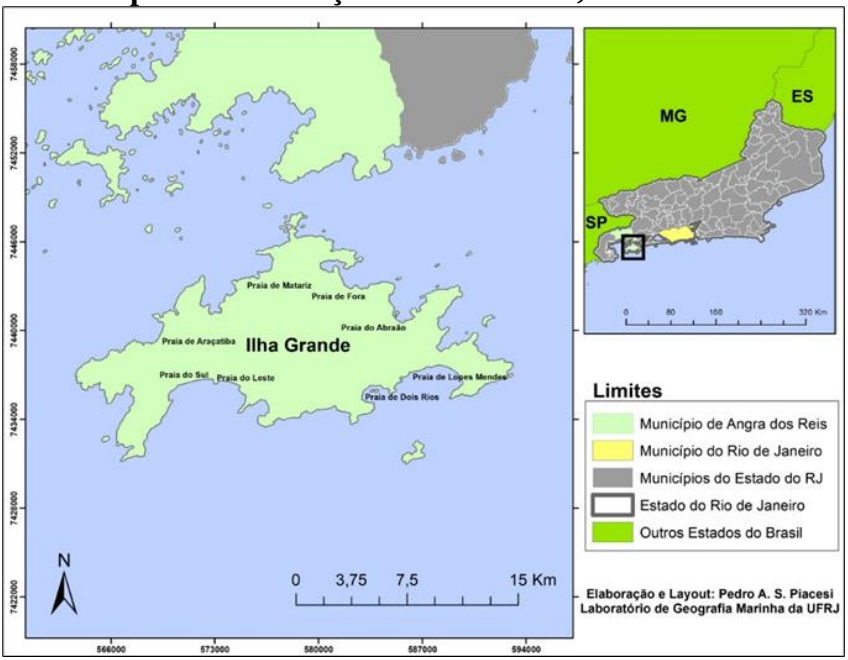
A Ilha Grande (Mapa 1, disposto na página seguinte) possui mais de 113 praias, inseridas nos quatro tipos de Unidades de Conservação (UC) que compreendem o território da Ilha. As UCs são: Área de Proteção Ambiental (APA) de Tamoios, Reserva Biológica Estadual (REBIO) Praia do Sul e Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Aventureiro.

As praias mais populares estão inseridas na Vila de Abraão que fazem parte da APA Tamoios, administrada pela prefeitura de Angra dos Reis e a outra parte, pelo Parque Estadual da Ilha Grande (PEIG), administrado pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA). Segundo o Decreto do município de Angra dos Reis nº 20.172, de 01 de julho de 1994 (ANGRA DOS REIS, 1994), a APA de Tamoios é dividida em quatro zoneamentos, dentre elas a Zona de Ocupação Controlada, que contempla uma porção da Vila do Abraão. Nesta região, é permitido o desenvolvimento do turismo e construções com certas restrições e licenciamento ambiental prévio.

A Vila do Abraão é o espaço da Ilha mais povoado e recebe a maior parte dos turistas, tem a cadeia produtiva do turismo mais estruturada, quando comparada ao restante das praias na Ilha. Essa abriga as sedes da subprefeitura e dos órgãos de Meio Ambiente, por isso, chamada de “Capital Econômica” da Ilha. Segundo dados da

TurisAngra foi estimado um fluxo turístico de 1.000.443 turistas no ano de 2018 (TURISANGRA, 2019).

Mapa 1 - Localização – Ilha Grande, Rio de Janeiro



Fonte: Piacesi (2021).

O setor do turismo vem se destacando entre as mais variadas economias exploradas nas regiões costeiras, incluindo os territórios insulares, e tem avançado economicamente e, por isso, tem drenado significativamente os recursos naturais dos oceanos e costas. Uma parte desta economia está intimamente ligada à boa qualidade ambiental e ao aspecto visual, em que o componente paisagístico se torna um item importante na escolha de roteiros por parte dos turistas, que buscam regiões com aspectos ainda preservados.

Esses tipos de regiões com aspectos preservados, especificamente as regiões insulares que recebem um turismo massivo e desordenado, relacionados com a falta de uma gestão pública voltada para questões de preservação dos ecossistemas e com a falta da consciência da população local em preservar o meio ambiente, contribuíram para a inadequação da gestão ambiental integrada.

Essa inadequação, inclui os serviços básicos de tratamento de efluentes e separação e coleta de resíduos, que impactam negativamente o meio ambiente. No entanto, o meio ambiente desempenha um papel central para o turismo nas ilhas e para o sustento econômico das comunidades locais (CHUEIRI; SAUZEAU; FORTUNATO, 2021).

O acúmulo crescente de diferentes tipos de resíduos sólidos tende a causar sérios danos e socioambientais oriundos dos impactos em decorrência de uma gestão não adequada, tanto por parte dos habitantes e empreendedores das ilhas, mas principalmente, por parte dos gestores públicos municipais.

Mesmo com coleta dos resíduos sólidos diários pela prefeitura de Angra dos Reis, observa-se uma grande concentração de resíduos a céu aberto, sem nenhuma infraestrutura para armazenar os resíduos para a coleta, resultando em um cenário insalubre.

Os resíduos não recicláveis e os recicláveis são questões emergentes na Ilha Grande que têm assumido grandes proporções, muito além da poluição ou modificação da paisagem. Os depósitos, a exposição do lixo e a falta de uma organização da prefeitura em fazer coleta seletiva poderão a longo prazo reduzir o turismo, afetando a economia da população local.

Ações da comunidade civil têm sido realizadas para contribuir com a festão de resíduos sólidos, como o projeto *Recicla Ilha* idealizado pela pesquisadora Clarisse Lima Silva, da

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em parceria com a ONG BMEIG, localizada na Praia de Abraão.

Como primeira etapa do projeto, em abril de 2017, foram realizados trabalhos de educação ambiental com os moradores, ensinando a importância da separação do lixo, por meio de conversas e cartilhas. Após essa etapa, foi criado um posto de coleta de resíduos recicláveis para encaminhá-los para a cidade de Angra dos Reis para serem vendidos sendo devolvido ao cidadão um valor, de acordo com o material reciclável entregue. Esta iniciativa possuiu resultados perceptíveis na Ilha, de forma que o supervisor da ONG Brigada Mirim relatou no ano de 2021 "Estamos vendo um aumento significativo na coleta de materiais reciclados". Na Figura 1 é possível observar grandes sacolas utilizadas na triagem dos resíduos sólidos recicláveis triados, conhecidas como Bags, na sede da ONG BMEIG.

Figura 1- *Bags* com resíduos recicláveis na sede da ONG Brigada Mirim Ecológica da Ilha Grande

Fonte: Acervo próprio (2018).

Algumas iniciativas da população são realizadas para manter o projeto Recicla Ilha. Nas escolas, os professores incentivam os alunos a levarem os resíduos da escola para a Brigada Mirim, para pesar e receber um voucher com o valor monetário, que será entregue após a venda do material no continente. O dinheiro é investido em material, para a realização de atividades extras com os alunos.

Embora a coleta seletiva seja uma responsabilidade do município, é notável a participação voluntária da população no programa Recicla Ilha. É o que acontece na maioria das cidades brasileiras. Segundo Ribeiro e Besen (2007) a organização em prol do movimento pela separação do lixo e posterior reciclagem costuma ser feita por meio de campanhas voluntárias, através de mobilizações e conscientização promovidas nos bairros, condomínios, escolas, comércios, empresas e indústrias.

A ILHA RECICLA E FORJA NOVAS TERRITORIALIDADES

O projeto Recicla Ilha pode fornecer importantes pistas sobre como desenvolver ações que sejam capazes de provocar impactos positivos sobre a realidade socioambiental de uma região, ou seja, forjar novas TSA. Por esse motivo, abordaremos como o projeto foi elaborado, estratégias, principais desafios e como tem contornado essas adversidades. Será que o projeto iniciado em 2017 se encontra em atividade em 2024 ou encerrou suas atividades? Iremos obter essas informações adiante.

O projeto se iniciou a partir do interesse de uma pesquisadora em contribuir para a gestão de resíduos sólidos urbanos (RSU) na Ilha Grande. Nesse sentido, buscou uma aproximação com agentes sociais atuantes no território e realizou visitas técnicas. O diálogo com ONGs, projetos, instituições de governo e iniciativas foi

importante para conhecer outros projetos voltados à gestão RSU na ilha (LIMA, 2021).

Dentre os agentes sociais da Ilha Grande visitados por Lima (2021), estava a ONG BMEIG. A seguir, é apresentado um relato desse encontro:

> Ela tava fazendo o projeto de doutorado dela. Ela viu a viabilidade do projeto aqui. [...] A Brigada Mirim foi fundada com esse intuito de coleta de lixo, limpeza de trilhas e praias, então, foi apresentado esse projeto pra diretoria e a diretoria abraçou a causa (Representante da ONG BMEIG).

É preciso destacar que esse "abraço", ou seja, a criação do vínculo entre a pesquisadora e a ONG não se deu deforma imediata, exigiu tempo, conforme o relato do representante da ONG BMEIG, que comenta que no início do projeto não deram muita atenção. Por ela ser mais uma, entre outras que tentou fazer alguma coisa nesse sentido lá dentro da Ilha Grande.

O tempo é um elemento importante a ser considerado, visto que os agentes sociais novos no território precisam conquistar confiança e legitimidade. Assim, a pesquisadora, após desenvolver uma série de ações em educação ambiental junto a outro agente social da Ilha Grande, o "Jornal O Eco", e por serem divulgados seus positivos resultados, atraiu a atenção da Brigada Mirim, e somente então firmam-se laços definitivos. A pesquisadora conseguiu demonstrar que não possuía somente boas intenções, mas uma real possibilidade de contribuir com a comunidade:

> Na época ela iniciou lá (Jornal O Eco), certo? E foi. Começou dando resultados muitos positivos dentro

> da comunidade. Ali ela realmente fez a área da educação ambiental. Lá foi bem forte, pegou bem forte nessa área da educação ambiental (Representante da ONG BMEIG).

Além do tempo para conquistar confiança, o excerto acima demonstra que a divulgação das ações e a educação ambiental podem se tornar importantes estratégias para influência nos territórios. A parceria com o meio de comunicação Jornal O Eco, permitiu inicialmente, a divulgação do projeto. Essas atividades de educação ambiental e divulgação podem ser capazes de promover o incentivo, conscientização e colaboração da população envolvida, necessários ao planejamento da gestão dos resíduos sólidos, de acordo com Lima (2021).

Para a elaboração do projeto *Recicla Ilha*, a pesquisadora realizou uma imersão na realidade da ilha, para desenvolver ações vinculadas ao contexto e necessidades locais, conhecendo as percepções dos moradores e conflitos socioambientais existentes.

O projeto teve como objetivo realizar o que a pesquisadora chamou de "reestruturação territorial", ou seja, uma mudança no território ou reestruturação da realidade local. Esse processo dá-se através da compreensão aprofundada das modificações do espaço geográfico ao longo dos anos até o tempo presente, da diversidade sociocultural, bem como das atividades desenvolvidas ao longo dos anos em determinado local (LIMA, 2021).

A reestruturação territorial promovida pelo *Recicla Ilha* baseou-se no levantamento de dados sobre a realidade dos RSU na Ilha Grande, na percepção de emergências e nos caminhos possíveis de gestão. De acordo com a pesquisadora, isso só é possível quando se desperta o interesse da população, junto a ações do poder público. Clarisse Lima defende que é necessário entender bem o território para transformá-lo de forma positiva:

> Portanto, a compreensão mais esmiuçada de um território [...] pode colaborar para o entendimento da origem e da permanência de pontos falhos, promovendo a abertura para o seu repensar e renovar (LIMA, 2021, p. 53 - grifo nosso)**.**

As atividades do Recicla Ilha não se dão em território neutro e plácido, mas esbarra em conflitos de interesse. O campo das TSA lida com a ciência de que os territórios são locais onde há uma diversidade de interesses e tensões, em que diferentes grupos lutam por espaço e influência. Lima (2021), em seu trabalho, registra um pouco destas resistências para a implementação do projeto:

> É claro que tais medidas, o repensar e renovar, não se darão de forma simples e pacífica, pois estas tentarão ser conduzidas em ambientes adversos, sendo necessário travar uma luta de resistência às condições impostas no território, para haver a construção de um ambiente mais justo (LIMA, 2021 p. 53).

Compreendendo a existência de uma trama de interesses e poderes que perpassam o território da Ilha Grande, Lima (2021) elaborou mapas cognitivos[23] a partir de entrevistas feitas com moradores da Ilha, referentes aos conflitos sociais pré-existentes, referentes aos resíduos sólidos gerados na Ilha Grande.

O Recicla Ilha foi organizado em três etapas, conforme Lima (2021):

---

[23] Os mapas cognitivos são instrumentos auxiliares na tomada de decisão que envolvem a análise e a codificação de informações sobre uma situação-problema, representando – a visualmente (Rieg e Araújo Filho, 2003; Souza e Cordeiro, 2010).

a) Criação dos mapas cognitivos pré-intervenção;
b) Estruturação do projeto em si;
c) A intervenção;
d) Elaboração do mapa-cognitivo pós-intervenção; e
e) Apontamentos de melhoria para gestão de RSU na área insular.

É importante frisar que durante o projeto, a população foi ouvida através de questionários e de roda de conversa. Isso é importante, não somente para compreender a realidade dos RSU na localidade, mas também para envolver os moradores no projeto. Quando alguém sente que é ouvido e que suas palavras são levadas a sério, isso pode fazer com que se sinta parte e que se aproprie de uma causa. As TSA vêm tratar justamente disso, da apropriação e vínculo com o território, para além do exercício da influência nas suas pautas socioambientais.

Como já mencionado, a comunicação e a divulgação científica são elementos fundamentais no forjar das TSA. Dessa maneira, foram elaboradas cartilhas, foi ensinado sobre o manuseio dos recicláveis e foi elaborada uma página em rede social, abordando o cotidiano do projeto (LIMA, 2021).

As parcerias também são fundamentais para a construção das TSA. O *Recicla Ilha*, além de firmar laços com a ONG BMEIG e com o Jornal O Eco, realizou parceria com: a Prefeitura de Angra dos Reis, com a Empresa Familiar JN Reciclagem, com o Instituto Estadual do Ambiente e com a Organização para a Sustentabilidade da Ilha Grande. Recicla Ilha foi estruturado para depender minimamente do poder público e assim funciona até hoje, mas tem contado há anos com o apoio da prefeitura, que fornecia barcos para levar os materiais recicláveis triados na Ilha até o continente (LIMA, 2021).

Após alguns anos, quando a prefeitura contratou uma empresa para realizar a coleta e transporte de RSU da Ilha Grande por embarcação até o continente, o transporte de recicláveis triados através do *Recicla Ilha* para o continente passou a não ser mais realizado, por recusa da empresa. Isso tornou-se um entrave ao andamento do projeto, que demandou a busca de alternativas. Então a brigada foi até a câmara de vereadores para tentar encontrar uma solução. A saída foi uma espécie de "carona" para os materiais recicláveis em uma escuna contratada pela prefeitura:

> Isso depois de ir à Câmara de vereadores conversar com vereadores. Hoje a prefeitura tem um contrato com um "cara" de uma embarcação, uma escuna. E essa escuna, tem que trazer material de Angra para Ilha. Só que não tem data certa, não tem nada certo. É quando eles querem, é quando a prefeitura precisa. E essa embarcação, quando vem, quando volta, a gente pegaria uma carona com eles. Então é o melhor a ser possível que a gente conseguiu dentro do que a gente tem aqui (Representante da ONG BMEIG).

O excerto supracitado demonstra a capacidade de busca por alternativas para a solução de problemas, ou seja, mecanismo de contornamento adotado, em que atores sociais buscam de forma criativa driblar adversidades tendo em vista a não paralização das suas atividades.

Sobre a prefeitura, é interessante observar que além da parceria de cooperação com relação ao transporte de recicláveis, o projeto chegou a causar influência, de forma que a municipalidade elaborou um projeto semelhante: "Esse mesmo projeto foi apresentado pela prefeitura, logo depois que ela (a pesquisadora) lançou. A prefeitura [...] lançou igualzinho, mesmo projeto". A proposta da prefeitura não vingou e encerraram-se suas atividades.

Recicla Ilha continua operante e, atualmente, como diz um representante do projeto BMEIG, "já não pode nem chamar de projeto mais, já é uma coisa que está agregada ao trabalho da Brigada Mirim. É uma responsabilidade de todos que trabalham na Brigada Mirim".

Para que o projeto pudesse manter sua continuidade ao longo dos anos, a pesquisadora realizou consultoria durante mais de um ano no local, realizando ainda treinamentos, para que possa, como já mencionado, depender minimamente do governo. Isso aponta para um nível de territorialidade socioambiental mais elevado, o da autogestão.

O projeto ainda lida com desafios na Ilha Grande, como problemas estruturais na gestão dos RSU, a apatia por parte de muitos moradores com relação às questões socioambientais e a pressão exercida por um turismo de massa predatório, centrado no lucro, em detrimento da cultura local, da qualidade ambiental e de vida da população (LIMA, 2021).

Apesar disso, o fato de *Recicla Ilha* perdurar até os nossos dias, é fonte de esperança, e não somente isso: a ocorrência da multiplicação do projeto através de iniciativas que o buscam para replicar suas atividades em diversos pontos da Ilha, também propicia motivação. E assim segue o trabalho na Ilha Grande: convidando e aguardando novos cidadãos e coletivos interessados no trilhar juntos este caminho do forjar de novas territorialidades. "E então o que falta é chegar alguém com vontade de trabalhar e ligar os pontos" (Representante da ONG BMEIG).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto Recicla Ilha apresenta interessantes estratégias para a construção de TSA, evidenciando o potencial da universidade no forjar destas territorialidades, junto a agentes territoriais atuantes.

É possível observar o quanto há tensões de poderes no território e como a formação de parcerias é importante para encontrar espaço. A educação ambiental e a divulgação científica destacam-se como ferramentas para a impressão de TSA.

O ambiente insular é muitas vezes trama de complexos conflitos socioambientais que podem dificultar a ação de grupos, indivíduos e coletivos envolvidos do forjar de TSA. *Recicla Ilha* mostra como é possível contornar alguma dessas dificuldades, apresentando benefícios não somente a população envolvida, mas também a setores mais influentes, como o do turismo, promovendo um ambiente mais limpo e aprazível, trilhando caminhos na direção da sustentabilidade, que podem contribuir para que esta atividade ainda possa ser viável na Ilha.

O projeto mostrou como é importante ouvir as vozes do território e envolver pessoas, coletivos e instituições para desenvolver atividades transformadoras do ponto de vista socioambiental.

REFERÊNCIAS

ANGRA DOS REIS. **Decreto-lei n. 20.172, de 01 de julho de 1994**. Angra dos Reis: Câmara Municipal, 1994. Disponível em: <www.angra.rj.gov.br>. Acesso em: 28/03/2025.

CHUEIRI, D. M. A.; SAUZEAU, T.; FORTUNATO, R. “Territorial dynamics and increased tourist flow in two islands”. **Terra Brasilis**, vol. 16, 2021.

LIMA, C. S. *et al*. **Recicla Ilha**: uma proposta de gestão para os resíduos sólidos urbanos em Vila do Abraão, Ilha Grande–RJ (Tese de Doutorado em Geografia). Rio de Janeiro: UERJ, 2021.

RIEG, D. L.; ARAÚJO FILHO, T. "Mapas cognitivos como ferramenta de estruturação e resolução de problemas: o caso da pró-reitoria de extensão da UFSCar". **Gestão e Produção**, vol. 10, n. 2, 2003.

SOUZA, R. G.; CORDEIRO, J. S. "Mapeamento cognitivo e balanced scorecord na gestão estratégica de resíduos sólidos urbanos". **Revista Gestão e Produção**, vol. 17, n.3, 2010.

TARTAGLIA, C. **Brigada mirim ecológica da Ilha Grande**: 30 Anos. São Paulo: Chermont Editora, 2019.

TURISANGRA. "Ordenamento do Turismo Náutico". **Angra dos Reis** [2019]. Disponível em: <www.angra.rj.gov.br>. Acesso em: 20/12/2024.

CAPÍTULO 4

Construção de Territorialidades Socioambientais em Santa Rita (Teresópolis-RJ): Reflexões Sobre os Mutirões Agroecológicos e Trocas de Sementes

CONSTRUÇÃO DE TERRITORIALIDADES SOCIOAMBIENTAIS EM SANTA RITA (TERESÓPOLIS-RJ): REFLEXÕES SOBRE OS MUTIRÕES AGROECOLÓGICOS E TROCAS DE SEMENTES

Mônica de Souza Corrêa

Rafael Ângelo Fortunato

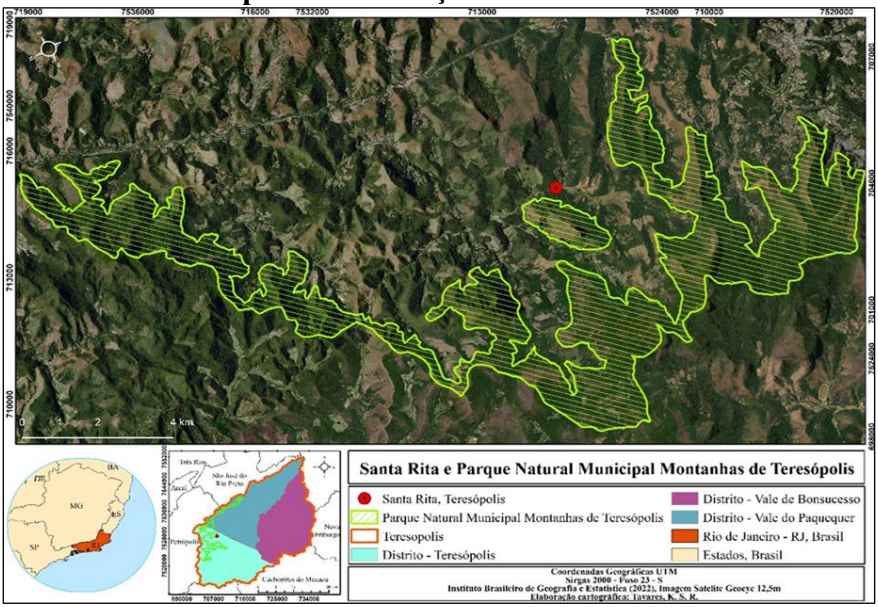
Clara Carvalho Lemos

Teresópolis é um município brasileiro situado no interior do estado do Rio de Janeiro, Região Sudeste do país. Localizado na Serra Fluminense, pertence à região geográfica, intermediária de Petrópolis, e está distante a cerca de 100 km ao norte da capital do estado. Ocupa uma área de pouco mais de 770 km², sendo aproximadamente 64 km² em área urbana, e sua população em 2021 era de 185 820 habitantes (IBGE, 2010). Cercado por montanhas e unidades naturais de conservação, como o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, Parque Estadual dos Três Picos e Parque Natural Municipal Montanhas de Teresópolis.

Santa Rita (Mapa 1) fica localizada na parte baixa da bacia do rio Paquequer e é composta por formações rochosas e planícies estreitas encaixadas nos vales. Local de várias nascentes que abastecem a bacia do Paquequer. A comunidade situa-se no entrono do Parque Natural Municipal Montanhas de Teresópolis (PNM Montanhas de Teresópolis) e é a maior unidade de conservação de proteção integral, criada por um município, do estado do Rio de Janeiro. O parque possui em seu território uma imponente cadeia de montanhas onde se destacam os afloramentos rochosos como as pedras da Tartaruga, do Camelo e de Santana. O PNM Montanhas de Teresópolis conta, atualmente, com duas áreas de uso público para

visitação: o Núcleo Pedra da Tartaruga e o Núcleo Santa Rita, onde está localizada a sede da unidade. A origem da comunidade rural foi uma colonização de imigrantes suíços no século XIX, chamada de Fazenda Alpina, promovida pelo Império. Em 1990, a Fazenda Alpina foi desapropriada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e tornou-se assentamento rural.

Mapa 1- Localização de Santa Rita



Fonte: IBGE (2022).

Nos últimos anos, uma corrente de pensamento, que defende a importância dos atributos sociais, considerando os atores locais como parte integrante de processos de desenvolvimento de uma região ou território, vem crescendo e ganhando força. Os estudos de Saquet (2015), em seu livro “Territórios e Territorialidades: teorias,

processos e conflitos", descrevem que territórios não se definem por limites físicos e sim pela maneira como se produz, em seu interior, a interação social. O livro contém contribuições como as de Raffestin, da Universidade de Genebra, e Quaini, da Universidade de Gênova, cujas obras anteriores, importantes e conhecidas entre os geógrafos brasileiros, animam o debate sobre o território há mais de duas décadas. A partir de perspectivas diferentes, mas não necessariamente opostas, textos de dois autores – Haesbaert, da Universidade Federal Fluminense, e Souza, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – prestam contribuições singulares para que esse diálogo, com alguns consensos e dissensos, tenha continuidade e se aprofunde. Souza (1995) entende o território como um espaço delimitado pelas relações de poder.

Nessa linha Haesbaert (2016) apresenta ao menos três enfoques para o conceito de território: materialista, onde o território é recurso natural, distância física ou no limite um abrigo; idealista, associando território e cultura, campo do simbólico e dos poderes invisíveis; e um enfoque integrador entre as diferentes dimensões sociais: naturalista/biológica, relações de poder (Estado-Nação Moderno) e econômica. O território, portanto, deixa de ser apenas a delimitação do espaço físico ocupado e usado e passa a ser uma referência cultural que se manifesta através da identidade dos indivíduos em relação ao espaço que ocupam e usam. Segundo Haesbaert (2004), a territorialidade assume uma conotação mais abrangente que o próprio território, transcendendo sua dimensão simbólico-cultural para abarcar, além das propriedades essenciais à materialização dos territórios, dinâmicas socioambientais intrínsecas às relações de poder, apropriação e gestão do espaço. Nessa perspectiva, o conceito não se restringe a uma mera expressão identitária ou simbólica, mas se consolida como um processo multidimensional que integra conflitos, práticas e interações entre agentes humanos e não humanos reconfigurando-se em resposta às

tensões entre dominação, resistência e sustentabilidade nos contextos geográficos.

De acordo com o conceito territorialidade e com a intenção em dar uma maior unidade em nossos argumentos precisamos compreender o que estamos entendendo pelo uso do termo socioambiental a partir da visão de Mendonça (2004). O autor argumenta que os termos sociedade e natureza aparecem entrelaçados e enfatiza a importância do envolvimento da sociedade enquanto sujeito fundamental dos processos que envolvem a problemática ambiental atual, uma vez que é insuficiente falarmos de meio ambiente apenas no ponto de vista da natureza. Neste caso, a medida que os termos sociedade e natureza aparecem entrelaçados, enfatiza-se a importância do envolvimento da sociedade enquanto sujeito fundamental dos processos que envolvem a questão ambiental contemporânea.

Para dialogar com essas questões o socioambientalismo ganhou força com o movimento dos povos da floresta (ALMEIDA, 2004; SANTILLI, 2005) e com o entendimento de que manter a floresta e a natureza preservada pode ser um caminho para geração de emprego, renda e inclusão social. Desse modo constatamos a importância dos saberes e das vivências locais para manutenção das áreas de preservação e para construção dos territórios do bem viver, uma vez que estes são espaços onde o bem comum e a vida comunitária são prioritários (FORTUNATO, 2020).

Conforme os autores Alcantara e Sampaio (2017), o bem viver é um estado singular de felicidade que vai além da qualidade de vida, pois forma símbolos, significados e sentidos coletivos, por isso prima pela consolidação de relações comunitárias e solidárias, respeitando a diversidade e a natureza. Considerando essas conceituações o modo como as pessoas usam a terra, como se organizam no espaço e como dão sentido aos lugares está alinhado ao que propõe as territorialidades socioambientais.

No contexto das reflexões sobre questões socioambientais, o mutirão agroecológico configura-se como uma prática recorrente na agricultura familiar, na qual coletivos de agricultores(as) se organizam para realizar o manejo colaborativo de cultivos, articulando saberes tradicionais e princípios agroecológicos. Silva (2008), em suas análises, aponta que essa modalidade de cooperação coletiva transcende a mera atividade produtiva, emergindo como um mecanismo estratégico para a consolidação da agroecologia enquanto paradigma alternativo. Segundo o autor, o mutirão agroecológico não apenas aperfeiçoa o uso de recursos locais, mas também fortalece a preservação da biodiversidade e a resiliência dos agro ecossistemas, ao integrar práticas sustentáveis que harmonizam produção agrícola, equilíbrio ecológico e dinâmicas comunitárias. Nessa perspectiva, a iniciativa se consolida como um vetor de transformação socioambiental, promovendo a autonomia das comunidades rurais e a recomposição de relações simbióticas entre sociedade e natureza.

Caporal (2017) coloca a proposta do mutirão agroecológico como uma intervenção de caráter educativo que reconhece a diversidade de conhecimentos acerca da agricultura e objetiva a construção coletiva e participativa das soluções para o campo, contextualizada ao território pautada na sustentabilidade ambiental na equidade social, a partir do diálogo de saberes adotando os princípios e metodologias da Agroecologia.

Segundo a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), a Agroecologia é definida como:

> Ciência, movimento político e prática social, portadora de um enfoque científico, teórico, prático e metodológico que articula diferentes áreas do conhecimento de forma transdisciplinar e sistêmica, orientada a desenvolver sistemas agroalimentares

> sustentáveis em todas as suas dimensões (ABA, 2023).

Brandão (2008) em seu livro Saracura e Seriema, Saíra e Sabiá; poemas sobre os seres que voam entre os ares da vida, passeia entre a poesia e o conto, a antropologia e a educação. O autor descreve que mutirão agroecológico, especialmente em áreas rurais, representa um fazer coletivo em que a prerrogativa é a solidariedade e a ajuda mútua. Atos práticos e gestos simbólicos se agregam e consolidam em um momento único não representando quebra alguma no cotidiano. Com base no que dispõem Brandão (2008) e Caporal (2017) podemos perceber que o mutirão agroecológico serve como ferramenta de democratização do acesso aos conhecimentos produzidos tanto nas instituições de ensino como nas propriedades rurais, e de divulgação da Agroecologia e suas práticas pela interação entre comunidades acadêmicas e não acadêmicas, através do trabalho no campo.

Continuando esse contraponto socioambiental outra iniciativa sustentável que tem ganhado destaque nos últimos tempos são os esforços para conservar a biodiversidade, e em especial a agrobiodiversidade, que é a biodiversidade das plantas mais relacionadas à agricultura. Há muitos anos diversos países têm se esforçado para coletar sementes e colocá-las em bancos genéticos governamentais, a chamada conservação fora do ambiente natural. Por outro lado, historicamente a conservação de fato sempre aconteceu pelo manejo da agro biodiversidade local feita pelas agricultoras e agricultores familiares e coletores de sementes, a chamada conservação in situ ou local, e assim percebeu-se a importância de se aliar estas duas estratégias de forma a garantir a segurança alimentar.

Este estudo tem por objetivo compreender como agricultoras e agricultores familiares constroem territorialidades socioambientais

em Santa Rita com o enfoque nos princípios do mutirão agroecológico e das trocas de sementes crioulas e tradicionais locais. Acreditamos que essas iniciativas vão influir diretamente no ordenamento territorial e provocarem o que estamos chamando de territorialidades socioambientais.

METODOLOGIA

A pesquisa em uma perspectiva etnográfica somou-se uma pesquisa bibliográfica, em especial sobre territorialidades socioambientais. Para a pesquisa bibliográfica, utilizou-se a metodologia de Gil (2002). Já a pesquisa etnográfica envolveu um percurso no campo. Para o antropólogo Silva (2009), a etnografia tem três fases: situar, observar e descrever. Outras informações foram coletadas com base na observação participante que em termos práticos não é um método, mas sim um estilo adotado por pesquisadores em campo, utilizando diferentes coletas de dados. O estudo empírico juntamente com as referências teóricas pôde direcionar a construção dos instrumentos de análise, que foram: visita aos sítios apontados abaixo, registros fotográficos e diário de campo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em nossa caminhada etnográfica participamos de mutirões agroecológicos em diferentes sítios na localidade de Santa Rita. No primeiro sítio antes de dar início às atividades, realizamos uma roda de conversa e de apresentação explicando as atividades que seriam desenvolvidas, como o preparo de uma nova área para abertura de canteiros e colheita do milho e do amendoim. E na roda de

apresentação cada participante se identificou falando, por exemplo, o que lhe trouxe até ali e o que esperava da atividade.

Nesse contexto, agricultoras e agricultores familiares, visitantes e estudantes do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente / PPGMA - Doutorado Interdisciplinar - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, tiveram a oportunidade de aprender de forma prática, coletiva e agroecológica sobre diferentes tipos de manejos, oportunizando aos participantes a compreensão da diversificação de plantas em uma única área, sobre a relevância do consumo de alimentos orgânicos e alertando sobre os malefícios causados por produtos contaminados por agrotóxicos, fertilizantes químicos sintéticos ou por outros produtos utilizados no modelo de agricultura convencional.

O depoimento de um participante abrange claramente como o agricultor interpreta a atividade:

> [...] para nós, a palavra mutirão é um conjunto de gente, mas gente empenhada gente que se reuni com um objetivo comum, de fazer ações significativas para um bem coletivo, colocar sonhos, aspirações em prática, são dias inteiros de plantio de mudas, trocas de sementes, planejamento coletivo do trabalho, almoço coletivo com produtos da propriedade, no fim dia realizamos uma avaliação coletiva do trabalho realizado e planejamos o mutirão em outro sítio.

Em outra propriedade, a agricultora apresentou a área a ser manejada e a divisão dos trabalhos para agricultoras e agricultores familiares, vizinhos e amigos. Essa divisão em frentes de trabalho é bem relevante quando se trata de um mutirão agroecológico, além de ajudar no rendimento. Garantindo que haverá aprendizado a partir

da troca de saberes e práticas para serem implantadas em outro mutirão.

Participamos de uma oficina agroecológica intitulada: consumo consciente e plantio em pequenos espaços. Na execução da oficina o conceito socioambiental revelou-se pelas relações sociais e ecológicas que caracterizam o território como um lugar de vivências e educação ambiental crítica, onde foram promovidos saberes e práticas que demonstraram a importância de uma agricultura agroecológica e o papel fundamental do ser humano para a conservação da natureza.

Já em outro sítio participamos do mutirão agroecológico para a implantação do Sistema Agroflorestal (SAF) que se caracteriza como uma forma de uso da terra que consiste na combinação de árvores ou arbustos com culturas agrícolas, forragens e/ou animais. Participaram associados da AAT (Associação Agroecológica de Teresópolis), agricultoras e agricultores familiares, estudantes e o Regenera Mata Atlântica da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ. Iniciamos com o preparo da adubação e separação de mudas (nativas, exóticas e frutíferas). Foram plantadas mais de 200 mudas de diversas espécies, além de cúrcuma, aipim e amendoim depois fizemos a adubação verde. Também colhemos inhame e batatas que estavam plantadas e utilizamos estacas do fruto do sabiá - planta muito cultivada para atrair o sabiá e outras espécies de pássaros. O fruto tem um sabor agradável para o consumo in-natura e para fazer sucos e é uma espécie que não deve faltar em projetos de revegetação ou reflorestamento para formar a área e servir de poda para gerar matéria orgânica.

Um associado da AAT destacou:

> [...] em todo mutirão eu aprendo um pouco mais sobre o potencial do trabalho coletivo e da construção

> coletiva dos saberes. Aprendi que além do trabalho prático, o mutirão é um espaço de organização cultural e de fortalecimento popular, a partir disso é que somos capazes de consolidar juntos a agroecologia.

Nos mutirões agroecológicos ocorriam entre agricultoras e agricultores familiares a troca de sementes crioulas e tradicionais locais (Figura 1). O momento das trocas de sementes vem sempre precedido de espaços de diálogo, em especial através de rodas de conversa integrando guardiãs(ões) de sementes e troca de conhecimentos e experiências sobre conservação, segurança alimentar nutricional, certificação de produtos orgânicos, políticas públicas e estratégias de comercialização dos produtos da agricultura familiar.

Figura 1 – Trocas de sementes nos mutirões agroecológicos

Fonte: Acervo próprio (2022).

A agricultora do sítio explicou a necessidade em armazenar sementes por dois motivos: “não só para garantir algumas espécies, motivo essencial; mas, em caso de algum problema climático, é importante realizar trocas de sementes entre outros produtores”.

Estes momentos podem ser considerados “tecnologias sociais” de empoderamento das agricultoras e agricultores de sementes e valorização geral da agricultura familiar de base agroecológica para fortalecer os laços comunitários tendo no intercâmbio de sementes seu grande alicerce.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática central deste texto levou a uma discussão em torno da construção de territorialidades socioambientais por meio do mutirão agroecológico e trocas de sementes crioulas e tradicionais locais. Diante disso, ganham relevância o pensar globalmente e agir localmente que tem sido uma premissa entre agricultoras e agricultores familiares em Santa Rita, pois trabalham na direção da autogestão e da auto-organização. Tratam-se, portanto de processos endógenos potencializando o coletivo e o “bem viver” que se reuniram com um objetivo comum de realizar iniciativas significativas para um bem coletivo, colocar sonhos, aspirações em prática, fortalecendo a produção agroecológica e promoção da aprendizagem ativa interdisciplinar, tendo o campo como principal espaço de trocas saberes e práticas.

Podemos concluir que ao longo deste estudo observamos que a construção de territorialidades socioambientais em Santa Rita está ligada diretamente à capacidade de indivíduos ou atores sociais de pensar em iniciativas solidárias. O território foi visto como palco da interação de atores sociais que se defrontam na defesa de seus

interesses, rumo ao desenvolvimento rural sustentável, pressupondo que as identidades construídas, a socialização e iniciativas coletivas trarão como resultado, entre outras, a produção agrícola.

REFERÊNCIAS

ABA - Associação Brasileira de Agroecologia. “Sobre a ABA”. **Portal ABA** [2023]. Disponível em: <www.aba-agroecologia.org.br>. Acesso em: 06/04/2025.

ALCANTARA, L. C. S.; SAMPAIO, C. A. C. “Bem Viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível?” **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, vol. 40, 2017.

ALMEIDA, O. S. “Agroecologia como forma de resistência ao modelo hegemônico de produção agrícola”. **Revista Geoaraguaia**, vol. 10, n. 2, 2020.

BRANDÃO, C. **Território e desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

CAPORAL, F. R.; DAMBRÓS, O. “Extensão Rural Agroecológica: experiências e limites”. **REDES: Revista do Desenvolvimento Regional**, vol. 22, n. 2, 2017.

FORTUNATO, R. A. **Hospitalidade e solidariedade nos territórios do bem viver**. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2016.

MENDONÇA, F. "Riscos, vulnerabilidade e abordagens socioambiental urbana: uma reflexão a partir da RMC e de Curitiba". **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 10, 2004.

SAQUET, M. A. "Participação social em territórios de identidade e desenvolvimento para a práxis dialógica e cooperativa". *In*: SILVA, O. A. *et al*. (orgs.). **Identidade, território e resistência**. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2014.

SILVA, H. R. S. "A Situação Etnográfica: andar e ver". **Horizontes Antropológicos**, n. 32, 2009.

SOUZA, M. L. "O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento". *In*: CASTRO, I. E. (orgs.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1995.

CAPÍTULO 5

Complexidade e Territorialidades Socioambientais: Reflexões Sobre Gestão da Água nas Favelas de Teresópolis/RJ

COMPLEXIDADE E TERRITORIALIDADES SOCIOAMBIENTAIS: REFLEXÕES SOBRE GESTÃO DA ÁGUA NAS FAVELAS DE TERESÓPOLIS/RJ

Jéssica Alves Coelho

Água é definida como um bem comum, de utilização não capitalista, e recurso essencial à manutenção da vida. E, de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU, 2023), mesmo com sua utilização cotidiana em diversas atividades como indústria ou lazer, o consumo humano é tido como prioritário em comparação às demais utilizações nos casos de escassez. A ONU ainda estabeleceu o asseguramento do direito à água em junho de 2010 e este direito deve ser observado pelos países signatários do documento. O Brasil, além de ser signatário, possui esta questão estabelecida pela Política Nacional de Recursos Hídricos, que também preconiza o consumo humano em casos de escassez.

Contudo, mesmo sendo o direito à água potável estabelecido pelos marcos legais citados acima, o relatório divulgado em 2023 pelo Instituto Trata Brasil, que realizou um ranking de saneamento no Brasil com base nos dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) do ano de 2021, mostrou que mais de 40 milhões de brasileiros não têm garantia de água potável e mais de 100 milhões não têm esgoto adequadamente coletado. O relatório ainda destaca que os locais com alta vulnerabilidade socioeconômica são os que apresentam os piores indicadores sobre o tema (INSTITUTO TRATA BRASIL, 2023).

No caso do município de Teresópolis (Mapa 1), cidade localizada na Região Serrana do estado do Rio de Janeiro, apesar do forte apelo ecológico e de turismo na cidade, a questão da

distribuição de água potável e da coleta e tratamento dos efluentes domésticos requer atenção. A Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE) geriu o abastecimento de água na cidade por cinquenta e seis anos (20 desses com contrato de serviços vencido) (PEREZ, 2023) e, mesmo tendo atingido o índice de 100% de abastecimento de água na zona urbana do município, não procedeu com a coleta e tratamento de efluentes domésticos corretamente. Não há coleta e tratamento desses resíduos, tão pouco há um plano de drenagem para águas pluviais (INSTITUTO ÁGUA E SANEAMENTO, 2022).

Mapa 1 - Município de Teresópolis

Fonte: Prefeitura de Teresópolis (2023).

Como solução, a Prefeitura Municipal, após imbróglios judiciais e à controvérsia da opinião popular (Figura 1), principalmente lideranças comunitárias e coletivos organizados, conseguiu privatizar a concessão do serviço de abastecimento de água e efluentes domésticos. A empresa ganhadora da licitação foi a

"Águas da Imperatriz", do Grupo Águas do Brasil, presente em três estados brasileiros e responsável pela gestão de concessionárias de quase vinte municípios fluminenses. A Águas da Imperatriz vai gerir o abastecimento de água e tratamento de efluentes no município pelos próximos vinte e cinco anos. Considerando a complexidade relacionada a um recurso natural tão emblemático como a água, bem como a construção histórico social do território de favela, a questão a ser debatida é como esta mudança pode impactar a vida dos moradores desses locais?

Figura 1 - Protestos contra a privatização da água em Teresópolis

Fonte: Diário de Teresópolis (2024)

Pretendemos abordar esta problemática a partir da ótica da complexidade. Esta estratégia pode auxiliar na reflexão de conceitos e ações sobre a gestão da água em território de vulnerabilidade socioambiental, onde a dinâmica para acesso ao recuso hídrico pode gerar novas territorialidades socioambientais e dinâmicas territoriais. Com isso, define-se aqui o objetivo deste capítulo, que é discutir, sob a ótica da complexidade, como a dinâmica pelo acesso à água potável dentro das favelas teresopolitanas pode gerar novas territorialidades socioambientais.

COMPLEXIDADE PARA "INÍCIO DE CONVERSA"

Interdisciplinaridade, desordem, subjetividade, conexões, não linearidade, imprevisibilidade e ação são alguns dos conceitos abordados por Edgar Morin para explicar a complexidade. O pesquisador judeu de origem sefardita, nasceu em Paris e completou 101 anos em 2021. Sua formação em diversas áreas de conhecimento, como Filosofia, História, Epistemologia e Sociologia, bem como sua atuação na resistência contra o regime nazista o permitiu construir conhecimentos relevantes para o cenário de crise da atualidade.

Em seus escritos sobre complexidade, Morin advoga e exerce o pensamento interdisciplinar, enfatizando a importância das contradições para a evolução da sociedade. Para o autor, ao mesmo tempo que o indivíduo produz a sociedade, também é produzido por ela. Para além da linearidade do pensamento científico tradicional, que fragmenta as partes para entender o todo, sem que as partes se unam novamente, Morin explica que o pensamento complexo é um emaranhado de conexões e contradições. Desta forma, a complexidade é uma maneira de abordagem teórica e prática (o campo da ação, defendida por Morin, 2015 como uma estratégia),

onde o conhecimento é interdisciplinar e recusa visões de mundo fragmentadas e reducionistas.

Para Morin (2015) o pensamento complexo envolve a conexão entre as partes para a formação do todo. Neste sentido, a fragmentação do conhecimento não oferece a visão do todo, tampouco a compreensão sobre o caráter subjetivo das partes. A relação entre a ordem e a desordem também é abordada no pensamento complexo. Um cenário em completa ordem não dá espaço para a criação do novo, e aqui, a ação entra como uma estratégia para oportunizar o novo a partir da desordem. As contradições são força motriz na complexidade, onde a unidade e a diversidade são elementos que coexistem e se influenciam simultaneamente.

Três pilares são estabelecidos por Morin para tratar sobre a complexidade: o dialógico, o recorrente e o hologramático. O primeiro deles pode ser compreendido com um "abraço" à contradição. Neste sentido, a contradição é inerente ao pensamento e, portanto, insuperável. Ela vai existir e persistir na construção do sujeito que, por sua vez, constrói (ao mesmo tempo que é construído pela) sociedade. O pilar recorrente é antagônico à linearidade do pensamento tradicional e expõe a ideia de ações que desencadeiam causas que, por sua vez, geram mais ações e causas, num ciclo sucessivo. Por fim, o pilar hologramático no qual é apresentado o paradoxo dos sistemas com o todo formado pelas partes e as partes formadas pelo todo. O panorama geral dos fenômenos é formado por pequenas unidades, diferentes entre si, com suas contradições e convergências (MORIN, 2015). Com isso, o universo existe em função de todos os fenômenos que mantêm relações interdependentes num cotidiano de incertezas, imprevisibilidade, contradições e acasos.

No que diz respeito à complexidade dentro da questão ambiental, as ideias de Morin convergem com a forma de pensar (e

agir) de Antônio Bispo dos Santos, O Nego Bispo. Este foi um filósofo, poeta, escritor, professor, líder quilombola e ativista político brasileiro. Considerado um dos maiores intelectuais do Brasil, refletiu sobre problemas contemporâneos partir das experiências quilombolas. Foi formado pelos ensinamentos de mestres e mestras de ofício do Quilombo Saco-Curtume, em São João do Piauí e foi o primeiro de sua família a ser alfabetizado.

Um dos pilares de suas reflexões a respeito da construção dos territórios é o conceito de "confluência". Para ele, a confluência é entendida como o convívio de elementos distintos entre si, mas que mesmo em sua diferença, se aproximam em suas cosmovisões (SANTOS, 2015). A confluência tem embasado o pensamento (e a construção de conhecimento) dos povos tradicionais, que tem origem numa filosofia pluralista de povos politeístas, onde diferentes visões de mundo convergem no entendimento dos fenômenos (as partes como um todo). Bispo utiliza esse exemplo para fazer um contraponto ao posicionamento de transfluência de povos "eurocentrados", onde o monoteísmo e a verdade absoluta não permitem comunhão com outras cosmovisões (aqui, pode-se relacionar crítica ao "positivismo científico" feita por Morin à crítica ao modo de ser e estar do cristianismo feita pelo quilombola Nego Bispo). Neste sentido Nego Bispo destaca o antagonismo entre pensamento sintético e pensamento orgânico (que em muito se assemelha a ideia de pensamento complexo de Morin). No pensamento sintético, o positivismo é pedra angular. É o saber canonizado e dogmatizado construído nas academias e espaços formais e possui alta relação colonialista, pautado do "ter". Ao passo que o pensamento orgânico é o saber construído coletivamente, considerando visões distintas na construção de um saber maior. Ele é pautado no desenvolvimento do "ser" e na organicidade originada na subjetividade e na força empírica do conhecimento dos povos afro-pindorâmicos.

Sendo assim, compreendendo a complexidade de Morin e a confluência de Nego Bispo, algumas pistas podem ser estabelecidas para a compreensão sobre a formação dos territórios de favelas e sua relação com a precariedade, a falta de saúde ambiental, a falta da oferta de serviços públicos de qualidade, com a potência cultural e ancestral, com a força de trabalho e a sabedoria para driblar um cotidiano desafiador. Existe uma complexidade na formação e na dinâmica territorial destes espaços, cercados com contradições e confluências que ao mesmo tempo que ferem, ensinam. Por isso, entender sobre gestão de água nesses espaços sob a ótica do pensamento complexo (aqui também destacando Nego Bispo e não apenas Morin) se faz necessário para compreender toda a grandeza desse território tão rico e contraditório.

A FAVELA NO CENTRO DO DEBATE: COMO A MODIFICAÇÕES NA GESTÃO DA ÁGUA PODEM GERAR NOVAS TERRITORIALIDADES SOCIOAMBIENTAIS NAS PERIFERIAS DE TERESÓPOLIS?

Teresópolis é um município brasileiro situado no interior do estado do Rio de Janeiro, Região Sudeste do país. Localizado na Serra Fluminense, pertence à Região Geográfica Intermediária de Petrópolis, e está distante a cerca de 100 km ao norte da capital do estado (XAVIER, 2022). Segundo o IBGE (2022), o município possui uma população de mais de 160 mil habitantes e é formada por três distritos: Teresópolis (sede), Vale do Paquequer e Vale de Bonsucesso.

A região é contemplada pela bacia do rio Paquequer, importante escoadura do município de Teresópolis. A bacia encontra-se dentro do território da Serra do Mar e abrange uma área de 269 km². A nascente dessa bacia está situada dentro do Parque Nacional da Serra dos Órgãos, principal unidade de Conservação da

Mata Atlântica. O rio Paquequer, que atravessa a cidade, incorpora resíduos domésticos e de aterro sanitário ao longo de seu curso pelo perímetro urbano, mesmo sendo uma das principais fontes de abastecimento de água no município (QUEIRÓZ, 2011).

Neste cenário, a Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE), empresa híbrida com 99% de propriedade estatal e 1% de capital privado, teve uma importante atuação. Operando na cidade desde a década de 1970, a CEDAE expandiu e aprimorou suas operações, investindo em infraestrutura para fornecer água potável para parte da cidade. Ao longo de mais de cinquenta anos de atuação, a companhia enfrentou desafios como a urgência pela modernização dos equipamentos, o acontecimento do evento climático extremo de 2011, a atuação sem contrato formal com a prefeitura municipal há cerca de vinte anos e a denúncias feias pelo Ministério Público por não ter operado o tratamento de efluentes domésticos na cidade (PEREZ, 2023).

Após algumas audiências públicas conturbadas e a publicação de um plano de atuação sem muitos detalhes em seu site institucional, a Prefeitura de Teresópolis concretizou o plano de privatizar a outorga da concessão de serviços de tratamento e distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto. A operação ocorreu em agosto de 2023 por meio da Concorrência Pública nº 002/2023, tendo como vencedora a empresa Águas da Imperatriz, do grupo Águas do Brasil, que irá gerir o serviço pelo prazo de 25 anos. Os serviços da empresa na cidade foram iniciados em 06 de janeiro de 2024 (TERESÓPOLIS, 2024).

A chegada da Águas da Imperatriz em Teresópolis é um evento importante na gestão da água e efluentes domésticos no território. Levando em consideração as promessas colocadas no plano publicado no site oficial da prefeitura, o estabelecimento da empresa no local é cercado por incertezas. Se por um lado a empresa anuncia investimentos robustos em infraestrutura e tecnologia, com

a finalidade de aprimorar a qualidade dos serviços e expandir a ação de abastecimento de água potável e coleta de efluentes domésticos, por outro, sua chegada levantou preocupações de associações, comunidades e coletivos sobre o possível aumento nas tarifas e na democratização do serviço. Existe a possibilidade de que a busca pelo lucro por parte da empresa possa comprometer a qualidade dos serviços prestados, além de questionamentos sobre a transparência e a prestação de contas da Águas da Imperatriz para com a comunidade.

Neste sentido, o tema da privatização da outorga da gestão de água e efluentes domésticos em Teresópolis pode influenciar no possível estabelecimento de novas territorialidades socioambientais. Segundo Lauria, Netto e Fortunato (2023) o conceito de territorialidades socioambientais pode ser compreendido como um conjunto de ferramentas que influenciam pessoas em busca da defesa e da conservação ambiental para as presentes e futuras gerações. Ainda de acordo com os autores, tais ferramentas, para além da abordagem socioambiental nos territórios, tornam possíveis a criação de vínculos, estreitando a ligação entre as pessoas e o território.

Lauria, Netto e Fortunato (2023) ainda ressaltam que as territorialidades socioambientais possuem vínculo direto com a habilidade que os indivíduos ou grupos têm de agir em defesa do cumprimento do Artigo 255 da Constituição Federal, no qual está estabelecido o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, com a necessidade da preservação do mesmo por parte do Poder Público e da coletividade. Tomando esse conceito-chave para a análise da gestão da água e efluentes domésticos em Teresópolis, essa nova territorialidade socioambiental pode ser influenciada pelas políticas, práticas e estratégias adotadas pela empresa privada, que podem ter impactos profundos na comunidade local e no meio ambiente. É possível que a privatização gere novas dinâmicas sociais

nos diferentes territórios da cidade, onde o relacionamento entre a coletividade e a empresa pode ser berço para maneiras de (re) organização, participação e acompanhamento sobre a pauta na cidade. Nesse cenário, a investigação dessas interações configura-se como um campo fértil para compreender como as territorialidades socioambientais emergentes podem reforçar ou tensionar práticas coletivas de resistência, gestão comunitária e justiça ambiental, temas centrais aos eixos analíticos trabalhados pelo grupo de pesquisa.

Em contrapartida, a privatização pode fomentar conflitos e formas de resistências por parte da população que pode não se sentir contemplada pelas políticas de governança de uma empresa privada, principalmente nas periferias. Esse tensionamento pode reorganizar a mobilização sobre a questão da água e esgoto em Teresópolis, criando novas territorialidades socioambientais baseadas na defesa dos direitos humanos, ambientais e sociais.

Neste sentido, o racismo ambiental, conceito cunhado por Benjamin Chaves na década de 1980 e difundido no Brasil pelos estudos de Pacheco e Herculano (2008), estipula que as consequências das emergências climáticas e da degradação ambiental são mais fortemente sentidas por pessoas negras e indígenas, de diferentes etnias. E nos centros urbanos, onde o capital impera nas decisões sobre meio ambiente, a gestão e abastecimento de água potável e tratamento de esgoto é crucial para a criação de ambientes democraticamente saudáveis. Como explica Coelho (2023), o município de Teresópolis possui um espaço historicamente concebido pela elite e para a elite. Isto faz com que seja necessário analisar a gestão da água na cidade com lentes atentas aos marcadores de raça, renda, gênero e etnia.

Segundo a Prefeitura Municipal de Teresópolis, a empresa Águas da Imperatriz vai gerir o serviço pelos próximos 25 anos. O prazo expressivo, bem como o não detalhamento da política de

cobrança por parte da empresa e do Poder Público geram incertezas a respeito da democratização do serviço e da tarifação justa do mesmo. Em muitos muncípios, incluindo Teresópolis, áreas periféricas e comunidades de baixa renda frequentemente enfrentam uma distribuição desigual de serviços ambientais, como abastecimento de água e tratamento de esgoto.

Diante do exposto, percebe-se que a dinâmica da gestão da água dentro das favelas teresopolitanas e cercada de complexidade, uma vez que moradores, associações, coletivos, lideranças comunitárias, ONGs e a parceria Estado x empresa estão implicados. Todos estes sujeitos combinados a fatores como infraestrutura ineficiente, ocupações irregulares e insalubridade são atores num cotidiano onde o conflito é inerente ao fazer diário. Dentro da lógica das territorialidades socioambientais todas estas nuances contribuem para o surgimento de novas formas de ser estar no ambiente de favela, cercado por natureza e produção humana.

No campo da complexidade, é possível observar este fenômeno de forma sistêmica, levando em consideração as interações entre todos os sujeitos e elementos formadores do território de favela. Como dito, a interdependência e as contradições entre a estrutura do espaço e as condições socioambientais revelam um cenário onde a água é fator decisório na qualidade de vida e das relações. A complexidade, neste caso, reside na tentativa de compreensão dos fatores como direito a água, práticas de conservação e desperdício se integram com a territorialidade nesses espaços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os marcos legais atuais, estabelecem que a água precisa ser acessível a todos, sem distinção de classe, raça, cor e etnia. Contudo,

dada a construção historicamente baseada em precariedade e exclusão, as favelas não são território onde este direito básico é garantido em sua plenitude. Falta de saneamento ambiental ainda é um problema de saúde pública dentro destes territórios. Em Teresópolis, como reflexo de uma história nacional, as favelas ainda enfrentam desafios diários com relação à distribuição de água potável e tratamento de efluentes domésticos.

A CEDAE, que geriu o abastecimento da cidade durante décadas cumpriu com o papel de democratizar abastecimento, contudo, deixando a desejar com relação ao tratamento de esgoto na cidade. Prestando serviço de maneira informal para a prefeitura, uma vez que estava sem contrato estabelecido nos últimos vinte e cinco anos, a companhia foi decisiva para que a água chegasse aos lares vulneráveis de Teresópolis. Entretanto, a revelia da opinião e vontade da sociedade, a prefeitura vendeu a outorga da gestão da água para o grupo Águas do Brasil. Com um plano de ação pouco detalhado, a empresa promete tarifas socais em regiões de vulnerabilidade social, sem que de fato explique como será esta tarifa, bem como sem detalhes sobre coleta e tratamento de esgoto nas favelas.

Neste emaranhado de fatores e sujeitos, o conceito de complexidade, estabelecido por Morin e traduzido como confluência por Nego Bispo, contribui para o entendimento da dinâmica de gestão de água dentro das favelas. As favelas são territórios formados por múltiplas camadas que se sobrepõem e se interligam, gerando um sistema interdependente onde as contradições e a integrações coexistem. Comunidade, lideranças, ente público e privado, potencialidades e fragilidades que tornam possível a criação de territorialidades socioambientais distintas para tratar sobre a privatização de um bem tão importante para a manutenção da vida. Essas novas dinâmicas podem engendrar tanto práticas colaborativas e estratégias de resistência comunitária, quanto potencializar

assimetrias socioeconômicas preexistentes, a depender da convergência ou divergência de interesses entre os atores envolvidos, da existência de canais democráticos de diálogo e da transparência na gestão de recursos comuns. Tal dualidade evidencia a complexidade das territorialidades socioambientais, que se reconfiguram em função de arranjos institucionais e relações de poder, moldando a governança territorial e os processos de (re)existência frente a modelos hegemônicos de gestão.

REFERÊNCIAS

COELHO, J. A. **Percepções sobre racismo ambiental e direito à cidade no bairro de São Pedro, Teresópolis, RJ**: injustiça ambiental com recorte racial na favela (Dissertação de Mestrado em Psicologia). Rio de Janeiro: UFRJ, 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. "Cidades e Estados - Teresópolis (RJ)". **IBGE** [2022]. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10/03/2025.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Lisboa: Instituto Piaget, 2015.

ONU – Organização das Nações Unidas. "Consumo vampírico está esgotando a água no mundo, afirma secretário-geral da ONU". **ONU** [2024]. Disponível em: <www.brasil.un.org>. Acesso em: 12/04/2025.

PACHECO, T. "Inequality, environmental injustice, and racism in Brazil: beyond the question of colour". **Development in Practice**, vol. 18, n. 6, 2008.

QUEIRÓZ, L. A. V. **Hidrogeoquímica fluvial da Bacia do Paquequer, Teresópolis, RJ** (Dissertação de Mestrado em Geoquímica Ambiental). Niterói: UFF, 2011.

SANTOS, A. B. **Colonização, quilombos**: modos e significados. São Paulo: Editora da USP, 2015.

TERESÓPOLIS. **O saneamento em Teresópolis**. Teresópolis: Instituto Água e Saneamento, 2024. Disponível em: <www.aguaesaneamento.org.br>. Acesso em: 12/03/2025.

TRATA BRASIL. "Ranking do Saneamento 2023". **Trata Brasil** [2023]. Disponível em: <www.tratabrasil.org.br>. Acesso em: 10/03/2025.

XAVIER, E. R. C. "Teresópolis". **PIXO - Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade**, vol. 6, n. 22, 2022.

CAPÍTULO 6

Territorialidades Socioambientais na Agroecologia: Resistências no Espaço Público

TERRITORIALIDADES SOCIOAMBIENTAIS NA AGROECOLOGIA: RESISTÊNCIAS NO ESPAÇO PÚBLICO

Monique das Neves Silva

A territorialidade, enquanto processo dinâmico de construção e transformação do espaço manifesta-se de forma singular em ambientes institucionais como a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), onde práticas cotidianas, disputas de poder e estratégias de apropriação redefinem continuamente os usos e significados do território. Ancorada nas contribuições teóricas de Saquet (2009), Foucault (2005) e Santos (1999), esta análise explora como a interação entre agentes sociais, políticas institucionais e práticas socioambientais — como a agroecologia urbana e intervenções artísticas colaborativas — moldam novas territorialidades no espaço público universitário.

Ao examinar a ocupação de áreas negligenciadas do campus, transformadas em espaços produtivos e simbólicos, o estudo revela a capacidade da comunidade acadêmica em articular resistências, ressignificar heranças históricas e promover diálogos entre saberes científicos e tradicionais. A partir dessa perspectiva, a UERJ emerge como um microcosmo das tensões e potencialidades inerentes à produção do espaço urbano, onde a coexistência entre concreto e natureza, hierarquias e horizontalidades, reflete processos mais amplos de justiça ambiental, autonomia cultural e sustentabilidade.

TERRITORIALIDADES NO ESPAÇO PÚBLICO DA UNIVERSIDADE

A definição de territorialidade apresentada, com base em Saquet (2009), enfatiza a relevância das relações sociais e das atividades cotidianas na construção e manutenção dos territórios. Segundo essa visão, a territorialidade é o resultado do processo de produção de cada território, abrangendo não apenas aspectos físicos, mas também sociais e culturais.

A territorialidade está profundamente conectada às interações sociais, pois envolve a maneira como as pessoas se relacionam com o espaço geográfico onde vivem, trabalham e se movem, englobando questões de posse, controle, uso e apropriação do espaço. A vida cotidiana das pessoas inclui diversas atividades, desde tarefas domésticas até trabalho, lazer e mobilidade, e a territorialidade tem um papel essencial na organização espacial dessas atividades. Além disso, a territorialidade contribui para a formação da identidade das comunidades e indivíduos, influenciando a autoimagem, a cultura e o senso de pertencimento. Mudanças nos territórios sejam de ordem econômica, social ou política, podem levar à reorganização da vida cotidiana, exigindo adaptação a novas condições, redefinição de práticas e busca de soluções para desafios territoriais. A territorialidade é um processo dinâmico, em constante evolução, acompanhando as mudanças nas sociedades e nas comunidades e adaptando-se às novas relações com o território. Compreendê-la, frequentemente, exige uma abordagem interdisciplinar, que considere aspectos geográficos, sociológicos, culturais e econômicos.

Essa concepção de territorialidade se aplica diretamente às dinâmicas de ocupação e uso do espaço dentro da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). A primeira ocupação do espaço

físico na UERJ foi um marco importante que desencadeou uma série de discussões sobre ocupações em outras áreas do campus. A escolha do local, ao lado da entrada do ateliê de artes e em frente ao ginásio de Educação Física, foi motivada por questões práticas, como problemas de higiene e a presença de pragas urbanas, incluindo ratos, baratas, pombos e caramujos. A resposta a essas adversidades resultou na transformação dos canteiros em espaços de produção de insumos e afetos, evidenciando como a territorialidade é construída a partir das interações sociais e das atividades diárias. Nesse contexto, a territorialidade na UERJ demonstra seu caráter dinâmico e evolutivo, adaptando-se às mudanças nas condições sociais, econômicas e políticas do ambiente universitário. A colaboração entre diferentes unidades da universidade, fomentada por essa ocupação, resultou em uma aliança construtiva que reconfigurou o uso do espaço físico e ampliou o sentido de pertencimento e identidade entre os participantes.

Envolvendo aspectos geográficos, sociológicos, culturais e econômicos, a territorialidade na universidade se configura como um processo dinâmico e em constante transformação, moldado pelas práticas cotidianas e pela busca por soluções aos desafios territoriais. Diante dessa multidimensionalidade, a abordagem artística que se ancora na escuta ativa das demandas territoriais e na coautoria comunitária emerge não apenas como uma ferramenta de mediação, mas como um dispositivo crítico que materializa a interdependência entre os saberes acadêmicos e os repertórios locais, transpondo as fronteiras simbólicas da universidade para fomentar processos de construção territorial, horizontalizados e contextualmente sensíveis. Nesse sentido, a atuação do artista que escuta as demandas do território e propõe a participação ativa de um coletivo no desenvolvimento do projeto constitui uma estratégia metodológica que incorpora os saberes locais e expressos, de forma legítima, os interesses dos sujeitos diretamente implicados no contexto analisado.

Para Ratzel (1983), o território é uma porção da superfície terrestre apropriada por um grupo humano, sendo essa apropriação responsável por conferir identidade ao grupo. Essa concepção implica que a relação entre um grupo e o espaço que ocupa é essencial para a compreensão de sua história, cultura e modos de vida. O autor introduz ainda o conceito de "espaço vital", compreendido como uma necessidade intrínseca das sociedades para seu desenvolvimento e continuidade, destacando que a defesa desse território constitui um imperativo histórico.

Essa perspectiva enfatiza a centralidade do território na formação das identidades culturais e na trajetória histórica das sociedades, sublinhando as interações dinâmicas entre os sujeitos e o espaço geográfico. A apropriação do território, nesse sentido, não se limita a uma ocupação física, mas envolve um processo simbólico e prático de produção do espaço, onde se constroem significados, relações sociais e práticas cotidianas.

Nesse contexto, observa-se que, mesmo em espaços institucionalizados como o ambiente universitário, essas dinâmicas de apropriação e ressignificação do território se fazem presentes. A reformulação dos espaços destinados a uma obra de arquitetura tombada, por meio do engajamento da comunidade acadêmica, revela um movimento coletivo de reapropriação que transforma áreas antes negligenciadas em locais produtivos, simbólicos e integrados às necessidades contemporâneas.

Tal transformação não apenas evidencia a capacidade de articulação e mobilização da comunidade universitária, como também representa, de forma concreta, o potencial de coexistência entre o ambiente urbano — marcado pela rigidez do concreto e a natureza, expressa nos espaços verdes recriados. O contraste visual entre esses elementos torna-se, assim, metáfora da própria disputa e reinvenção dos territórios, onde se entrelaçam história, identidade, resistência e criação coletiva. Os jardins projetados por Fernando

Chacel e sua equipe contribuem para a estética e o bem-estar no campus, incorporando elementos da tradição do paisagismo moderno brasileiro iniciada por Burle Marx. Mais do que composições visuais, esses espaços verdes representam formas específicas de apropriação do território, nas quais natureza e cultura se articulam de maneira sensível e intencional.

Essa abordagem paisagística, ao integrar vegetação nativa e práticas sustentáveis, dialoga diretamente com a noção de territorialidade, compreendida como um conceito central para a análise das interações entre sociedade e espaço. Nesse sentido, as práticas agroecológicas que emergem nesses territórios — incluindo a manutenção e ressignificação de jardins universitários — contribuem ativamente para a construção de identidades, modos de vida e dinâmicas culturais.

A territorialidade, portanto, ultrapassa o aspecto físico da ocupação do espaço e revela implicações profundas no campo simbólico, político e social. Sua compreensão é fundamental para disciplinas como a geografia, a sociologia, a antropologia e o planejamento urbano, uma vez que permite analisar como os sujeitos se relacionam com o espaço, produzem sentidos e constroem formas alternativas de viver e habitar o mundo.

É interessante notar que nos últimos anos houve um aumento significativo no interesse e na pesquisa sobre os conceitos de território e territorialidade em diversas disciplinas. Esse aumento no interesse levou a debates, pesquisas e publicações substanciais sobre o tema, não apenas no Brasil, mas também em outros países (Saquet, 2009). Esse tipo de pesquisa é essencial para a construção do conhecimento acadêmico e para o aprofundamento da compreensão de conceitos-chave que desempenham um papel crucial em várias disciplinas. O conceito de territórios, frequentemente associado ao geógrafo Milton Santos e outros pensadores da Geografia, é central

para a compreensão de como diferentes espaços são apropriados, organizados e significados.

Saquet (2009) tem um interesse particular na agricultura e nas questões agrárias, buscando compreender como os territórios rurais são moldados pelas práticas agrícolas, apropriação de recursos naturais e transformações socioeconômicas. Sua pesquisa examina frequentemente a interação entre agricultura, espaço e sociedade. Ele aborda a dinâmica dos territórios rurais e urbanos e como as relações sociais, econômicas e políticas influenciam na produção do espaço. A abordagem de Foucault (2005) em a "microfísica do poder", por sua vez, sugere que o poder não é apenas exercido por instituições governamentais, mas também se manifesta nas interações cotidianas e nos espaços urbanos.

Na agroecologia urbana, o poder pode ser exercido mediante regulamentações, políticas urbanas e práticas de controle do uso da terra, afetando diretamente a capacidade das comunidades de se envolverem em práticas agroecológicas. Embora Foucault (2005) não tenha se envolvido diretamente com o campo da agroecologia urbana, suas teorias sobre o poder e o espaço podem ser aplicadas para entender as relações entre território e poder nesse contexto específico. Ao considerar a agroecologia urbana, que envolve práticas agrícolas sustentáveis nas cidades. Nesse sentido, é possível articular as contribuições de Saquet (2009) e Foucault (2005) a partir de uma compreensão ampliada do território como produto das relações sociais, econômicas e políticas. Enquanto Saquet enfatiza os processos de apropriação e transformação territorial no contexto rural, sua abordagem também se abre para a análise dos territórios urbanos, onde as dinâmicas do espaço são igualmente moldadas por práticas cotidianas e disputas por recursos. Essa perspectiva se complementa com a noção foucaultiana de que o poder se exerce em múltiplas escalas e atravessa os corpos, os saberes e os espaços. No caso da agroecologia urbana, essa intersecção se torna evidente:

práticas sustentáveis de cultivo nas cidades são atravessadas por regulações estatais, disputas simbólicas e pela resistência de grupos sociais que buscam reconfigurar o uso da terra e promover formas alternativas de produção e vida no espaço urbano.

A agroecologia urbana envolve a produção de alimentos em áreas urbanas, afetando a disponibilidade de alimentos frescos e saudáveis nas cidades. Foucault explorou o conceito de “biopoder”, que se relaciona com o controle dos corpos e da saúde das populações. As políticas urbanas relacionadas à agroecologia podem afetar o acesso a alimentos saudáveis nas cidades, tornando o tema um campo de interesse para a análise do poder no contexto urbano. As práticas de agroecologia urbana muitas vezes envolvem a criação de espaços alternativos, como hortas comunitárias, jardins urbanos e mercados de agricultores. Esses espaços podem ser considerados "heterotopias" de resistência, onde as comunidades desafiam as normas e os poderes estabelecidos, criando alternativas para a produção e distribuição de alimentos. A implementação de projetos de agroecologia urbana pode desencadear conflitos territoriais entre comunidades locais e atores políticos ou econômicos interessados nos espaços urbanos. Foucault (2005) explorou a dinâmica do poder em contextos de conflito, o que pode ser relevante para a análise de disputas territoriais na agroecologia urbana. A análise das políticas urbanas, das práticas de controle do uso da terra e das dinâmicas de resistência pode ser enriquecida por meio de uma lente foucaultiana, permitindo uma compreensão mais profunda das complexas interações entre poder, espaço e agroecologia urbana.

Na agroecologia urbana, o território pode ser percebido como uma materialidade visível e experimentável. Os espaços onde ocorrem práticas de cultivo, como hortas comunitárias, jardins urbanos e espaços agrícolas, compõem a paisagem urbana. A apreensão sensorial desses espaços, com suas plantas, cultivos e interações humanas, caracteriza o território como paisagem. A visão

de Santos (1999) sobre o território é profundamente influente no campo da geografia e nos estudos do espaço. Ele aborda o território de várias maneiras, destacando sua riqueza e complexidade e destaca a ideia de que o território pode ser apreendido pelos sentidos, tornando-o uma materialidade perceptível. Em outras palavras, o território não é apenas uma abstração, mas algo observável e sentido por meio das características geográficas e visuais que o compõem. Reconhece que o território não é apenas uma extensão geográfica, mas também uma forma política e econômica que molda o espaço. O território é uma categoria que abrange aspectos sociais, políticos e econômicos, e sua compreensão vai além de sua configuração física.

O território da agroecologia urbana é, ao mesmo tempo, uma forma política e econômica. Envolve políticas públicas que promovem práticas agrícolas sustentáveis nas cidades e também a economia local baseada na produção de alimentos. A agroecologia urbana aborda questões sociais, políticas e econômicas, como acesso a alimentos saudáveis, segurança alimentar e uso do espaço urbano. O território contém subespaços que ele define como regiões. Cada região pode ter suas próprias características, dinâmicas e relações com o território mais amplo. Essas regiões não são homogêneas, e essa heterogeneidade é parte integrante da compreensão do território. Santos (1999) vê o território como parte de uma totalidade social, onde os elementos geográficos, políticos, econômicos e sociais estão interligados. Essa abordagem holística permite uma compreensão mais abrangente das complexas interações que ocorrem em diferentes territórios.

Dentro do contexto da agroecologia urbana, os subespaços podem ser identificados em bairros, comunidades e espaços específicos onde ocorrem práticas de cultivo. Cada área pode ter suas próprias características, necessidades e desafios, tornando-as regiões específicas de atuação da agroecologia urbana. A aplicação das

concepções de Santos (1999) sobre território à agroecologia urbana ajuda a destacar a interseção entre o espaço urbano, a produção de alimentos sustentáveis e as dimensões sociais e políticas envolvidas. Isso possibilita uma análise mais holística das complexas relações entre território, poder e práticas agroecológicas em ambientes urbanos.

Essa perspectiva territorial proposta por Santos (1999), ao enfatizar o papel das práticas sociais na construção do espaço, contribui para uma leitura crítica da agroecologia urbana como expressão de resistências e alternativas dentro da lógica urbana contemporânea. Nesse sentido, a compreensão dos subespaços da cidade — onde se desenvolvem práticas agroecológicas — também se beneficia da abordagem de Sack (1986), que analisa as transformações espaciais à luz das mudanças sociais e culturais da modernidade. As práticas agroecológicas urbanas, ao se estabelecerem em meio a infraestruturas modernas, processos de urbanização acelerada e dinâmicas globais, revelam tensões e possibilidades de reapropriação do espaço urbano. Assim, ao articular as contribuições de Santos e Sack, torna-se possível compreender a agroecologia urbana não apenas como prática ambiental, mas como fenômeno social e cultural que configura o território frente às lógicas dominantes de produção do espaço.

Nas obras de Sack (1986), ele se aprofunda na relação entre a geografia e o modernismo, explorando como as mudanças no espaço geográfico estão intrinsecamente ligadas às mudanças sociais e culturais na era moderna. Isso envolve uma análise crítica das transformações espaciais que ocorreram durante o período modernista, que abrangeu o século XX. Nesse contexto, Sack (1986) examina como as inovações geográficas, como o desenvolvimento de infraestruturas, a urbanização, a globalização e as mudanças nas formas de apropriação do espaço, estão relacionadas a mudanças profundas nas estruturas sociais e culturais. Relacionado aos espaços

urbanos e a urbanização pode-se investigar como as mudanças na organização espacial das cidades modernas refletem e influenciam a vida urbana, o crescimento da população e as dinâmicas socioeconômicas. Pode-se analisar como as mudanças nas representações culturais do espaço geográfico se relacionam com a evolução das ideias culturais, artísticas e filosóficas na era moderna. Também pode-se considerar como as mudanças nas políticas territoriais, a definição de fronteiras e a gestão do espaço geográfico foram influenciadas por fatores modernistas. Durante o período moderno, houve mudanças significativas na organização do espaço geográfico, incluindo urbanização, industrialização e globalização. Essas transformações impactam as áreas rurais, onde a agroecologia é frequentemente praticada. A expansão urbana, o desenvolvimento de infraestruturas e a fragmentação do campo são questões que afetam as práticas agroecológicas. A agroecologia também incorpora conceitos espaciais, como a diversificação de cultivos, o uso eficiente do espaço, a conectividade e a valorização da biodiversidade.

Essa abordagem multidisciplinar e de planejamento pensado nos detalhes é fundamental para criar um ambiente universitário que inspire não apenas o aprendizado acadêmico, mas também uma apreciação mais ampla da estética, da natureza e da convivência em harmonia com o ambiente construído. É uma abordagem que valoriza a integração de aspectos culturais e ecológicos no espaço urbano. A integração de arte, arquitetura e paisagismo é uma abordagem rica que transforma o espaço da universidade em algo mais do que um mero local de estudo. Isso também reflete uma mudança na percepção dos espaços públicos, que deixaram de ser exclusivos das elites para se tornarem mais acessíveis e acolhedores para a comunidade em geral.

A abordagem da “Partilha do Sensível” de Rancière (2009) é uma lente interessante para analisar a transformação dos espaços na

universidade, especificamente no contexto do canteiro que se tornou um campo de experiências. Essa ideia enfatiza a distribuição das maneiras de ser e ocupar um espaço, destacando as questões relacionadas ao trabalho cotidiano e à excepcionalidade artística. A decisão de resgatar práticas tradicionais em aliança com conhecimentos acadêmicos e abrir o espaço para o trabalho colaborativo é uma manifestação concreta dessa ideia. Isso destaca a importância de incorporar aspectos culturais e sociais no processo de pesquisa, mostrando como o desuso de práticas culturais e sociais pode ser um problema a ser investigado.

A conexão com práticas ancestrais e esquecidas de manejo da terra é um aspecto importante, que combina aspectos biológicos, geográficos, nutricionais e artísticos. A terra se torna um meio de expressão, as plantas desempenham papéis em performances e a troca de saberes é uma parte integrante desse processo. Essa abordagem ampla, que incorpora arte, ciência e cultura, demonstra como a pesquisa e a ação podem se entrelaçar para criar uma abordagem interdisciplinar com um impacto transformador nos espaços e nas pessoas envolvidas.

A transformação dos espaços universitários em campos de experimentação para uma agricultura natural é notável, demonstrando como a agroecologia evoluiu de uma prática ambientalmente consciente para algo mais profundamente político. Essa mudança está em consonância com os movimentos descolonizadores que têm ocorrido nas universidades, levando a uma maior valorização de saberes diversos e à necessidade de construir novas territorialidades socioambientais.

A citação “Se é o Espaço quem detém o valor, o objetivo do artista será, antes de tudo, sua ocupação” (MAMMI, 2012) ressalta a importância da ocupação e da intervenção artística nos espaços da universidade. Essas intervenções podem não apenas despertar a consciência sobre esses espaços muitas vezes negligenciados, mas

também abordar questões de espacialidade, efemeridade e, em última instância, questionar a própria relação das pessoas com o ambiente e a natureza. Isso demonstra como a agroecologia transcende os limites da produção de alimentos e se torna um veículo para questionar e transformar como percebemos e interagimos com o mundo ao nosso redor.

O estudo de abordagens conceituais ao longo do tempo permite rastrear as mudanças nas perspectivas e teorias e avaliar como essas mudanças impactaram a compreensão e a análise de questões relacionadas ao território e à territorialidade. Além disso, a participação em eventos científicos e intercâmbios ajudam a promover a colaboração e o diálogo entre acadêmicos e pesquisadores, enriquecendo ainda mais o campo de estudo. Essa abordagem interdisciplinar é fundamental para avançar na compreensão de questões complexas relacionadas ao território e à territorialidade. Essa pesquisa pode fornecer percepções valiosas sobre como a compreensão do território e da territorialidade evoluiu ao longo do tempo e como esses conceitos são fundamentais para a análise das questões contemporâneas relacionadas ao espaço, à sociedade e à economia. Ela contribui para o avanço das ciências sociais e humanas e para o enriquecimento do debate acadêmico.

A ocupação de novos espaços, reivindicaram melhoria de qualidade do ambiente e melhoria de vida, como também espaço de autonomia cultural e autogestão produtiva, ressignificando o discurso da sustentabilidade dentro dos valores e interesses que orientam um processo de reapropriação social da natureza (LEFF; VIEIRA, 2001).

Como uma forma de se apropriar dos espaços onde a agroecologia pode ter um poder transformador, o espaço de troca e convívio são valores de uso e de troca. (SILVA, 2021). Essa forma de expressar, utilizando a terra, remete a uma ancestralidade muito arraigada e deveras esquecida pela urbanização / industrialização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência analisada na UERJ evidencia que a territorialidade socioambiental no espaço universitário transcende a mera ocupação física, configurando-se como um campo de disputas e reinvenções simbólicas, onde práticas agroecológicas, intervenções artísticas e colaborações interdisciplinares desafiam modelos hegemônicos de gestão territorial. A transformação de canteiros abandonados em espaços de produção afetiva e material não apenas mitigou problemas urbanos, como pragas e degradação, mas também fortaleceu redes de pertencimento e autogestão, alinhando-se às premissas de Santos (1999) sobre a territorialidade como totalidade sensível e política. A abordagem foucaultiana permitiu desvendar como o poder se entrelaça às regulamentações espaciais e às resistências comunitárias, enquanto a perspectiva de Saquet (2009) destacou a agroecologia como vetor de reapropriação crítica do urbano.

Essas dinâmicas reforçam a necessidade de políticas institucionais que reconheçam a pluralidade de saberes e incentivem a participação ativa na construção do território. Por fim, o caso da UERJ aponta para o potencial transformador de iniciativas que articulam arte, ecologia e educação, não apenas como respostas locais a desafios ambientais, mas como modelos inspiradores para a reimaginação de cidades mais justas e resilientes, onde o espaço universitário se consolida como laboratório de inovações socioambientais e diálogos decoloniais.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2005.

LEFF, E.; VIEIRA, P. F. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

MAMMI, L. **O que resta – arte e crítica de arte**. São Paulo: Editora Cia das Letras, 2012.

RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível**: estética e política. São Paulo: Editora 34, 2009.

RATZEL, F. "O solo, a sociedade e o Estado". **Revista do Departamento de Geografia**, vol. 2, 1983.

SACK, R. D. **Human territoriality**: its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, M. "O território e o saber local: algumas categorias de análise". **Cadernos Ippur**, vol. 2, 1999.

SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (eds.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

SILVA, M. N. **Técnicas de sobrevivência**: práticas de arte colaborativa em agroecologia (Dissertação de Mestrado em Artes). Rio de Janeiro: UERJ, 2021.

CAPÍTULO 7

Aldeia Maracanã Rexiste:
Novas Territorialidades na Cidade Maravilhosa

ALDEIA MARACANÃ REXISTE: NOVAS TERRITORIALIDADES NA CIDADE MARAVILHOSA

Valéria da Conceição Chaves

Este estudo é um recorte da tese de doutorado, em andamento, no Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente (PPGMA), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Trata-se de uma pesquisa qualitativa com perspectiva etnográfica na área das Ciências Sociais Aplicadas, envolvendo a Aldeia Maracanã. Um dos principais objetivos da pesquisa foi identificar a construção de novas territorialidades socioambientais na Aldeia Maracanã/RJ, localizado na cidade do Rio de Janeiro (Figura 1), razão pela qual fazemos parte do grupo de pesquisa COLAB (Territorialidades Socioambientais), coordenado pelo professor Rafael Ângelo Fortunato, que se debruça sobre as percepções das múltiplas territorialidades socioambientais.

Pesquisar a Aldeia Maracanã exige esforços múltiplos, uma vez que se trata de uma aldeia urbana com características ímpares, desde a sua constituição pluriétnica aos enfrentamentos legais. Afinal, trata-se de um aldeamento alocado em espaço de retomada (ocupação), localizado no antigo Museu do Índio, no bairro do Maracanã, na região central do Rio de Janeiro/RJ, cujo território ainda não foi reconhecido oficialmente. Tais fatores justificam seu "grito de guerra" e sua autodenominação como um movimento de REXISTÊNCIA, escrita com X, no sentido de agregar, ao mesmo tempo as palavras resistir e existir, sendo este resistir um movimento de resistência social/ contracolonial.

Figura 1 - Mapa e localização da Aldeia Maracanã (antigo Museu do Índio)

Fonte: Folha UOL.

Para compreender essas e outras questões, vários autores têm sido essenciais na condução desta pesquisa conduzida além da pesquisa de campo, da pesquisa bibliográfica, da consulta as fontes primárias e secundárias, constituídas por documentos capazes de fornecer informações complementares às lacunas existentes na história da Aldeia de 2006 até o momento presente.

Neste esforço de compreensão das diferentes frentes que compõem a Aldeia Maracanã, é imprescindível oferecer o destaque necessário às novas territorialidades que ela representa. A pesquisa etnográfica é um constante exercício de "olhar, ouvir e escrever". Um exercício minuciosamente descrito por Malinowski (1986), Matta (1978), Prado (1997) e Velho (1978), como aquele capaz de conduzir questionamentos e percepções sobre a necessidade do trabalho de campo e suas formas de realização.

Nesse sentido, o trabalho etnográfico aproxima-se em muito das vivências das pesquisas dos antropólogos(as) que envolvidos na rotina de indivíduos ou grupos observados, passam a experimentar as tensões e alegrias presentes no ambiente pesquisado. Desta forma, os trabalhos de campo realizados na Aldeia Maracanã, foram um desafio desde o primeiro momento da pesquisa de campo, quando ainda não havia sequer banheiros na Aldeia. Quando, nos dias de maior calor era, praticamente, impossível disfarçar a sensação de mal-estar experimentada dentro e fora da Aldeia. Do lado de dentro devido ao cansaço provocado pelo calor escaldante, ou pelo mau cheiro e o excesso de mosquitos. Do lado de fora, devido ao mal-estar experimentado durante alguma manifestação cercada por policiais armados, apontando para os participantes. Situações estas, que muitas vezes fizeram-me pensar: "o que é que eu estou fazendo aqui?". Era nestes momentos, em que eu como pesquisadora (embora não seja antropóloga) ia no encontro das leituras realizadas para ir aprendendo, assim como Da Matta sobre "como ter anthropological blues" (1978). Isso, para não dizer das trocas, tão bem descritas pelos estudiosos da Hospitalidade, tais como: Fortunato (2020), Montandon (2011), bem como Lashley e Morrison (2004), entre outros, já que a Aldeia Maracanã é um lugar de encontros. Encontros estabelecidos através de ações de "bem receber", que formou uma rede de apoiadores: indígenas, não-indígenas, pesquisadores, professores, estudantes e/ou simpatizantes das atividades ali desenvolvidas. Pois todas as sensações ruins eram sempre superadas pela hospitalidade recebida de forma genuína, através do grupo, que compartilha alimento, conversas e atividades, sem exigir nada em troca. Ressalte-se que as atividades promovidas pela Aldeia são variadas, podendo ser motivadas por uma manifestação, um mutirão, uma oficina, ou uma festa aberta ao público em geral, ou ainda, atendendo interesses específicos de gênero, como é o caso do "Círculo do Sagrado Feminino", direcionado apenas às mulheres (indígenas ou não).

Para Lashley e Morrison (2004), apesar do medo gerado pela presença de um forasteiro, “a hospitalidade envolve, originalmente, mutualidade e troca e, por meio desses sentimentos de altruísmo e beneficência (LASHLEY; MORRISON, 2004, p. 05).

Haja vista que “toda hospitalidade ocorre nos encontros e todo encontro é uma oportunidade de nos relacionarmos melhor” (FORTUNATO, 2020, p. 15). Ao fazer uso destes encontros hospitaleiros, a Aldeia Maracanã tem divulgado seus propósitos e fortalecido sua resistência, junto aos grupos de apoiadores. Por isso, provavelmente, a hospitalidade seja o melhor viés do turismo, em que caiba analisar as relações ali estabelecidas.

Por tratar-se de uma pesquisa qualitativa, cujas análises dependem do nível de subjetividade do pesquisador é imprescindível priorizar as descrições, a fim de evitar interpretações que podem estar carregadas de estereótipos e pré-conceitos. Isto porque, apesar de apresentar-se em um contexto urbano, a Aldeia Maracanã, ou qualquer outra aldeia indígena em espaço urbano, jamais poderão ser analisadas, a partir da perspectiva de um agrupamento urbano comum. Nesse sentido é preciso criar noções de distância em relação ao que se observa, pois, apesar dos esforços de relativização empreendidos até o momento, na tessitura desta pesquisa, é preciso reconhecer, assim como Velho (1978, p. 08), que “minha subjetividade está presente em todo trabalho”, desde a escolha do tema da pesquisa, passando à prioridade dada às fontes, ou mesmo a escolha de determinados momentos para a realização do trabalho de campo, o que não retira a validade do trabalho se ele for pautado no exercício de estranhar o familiar (VELHO, 1978, p. 10).

O fato de a Aldeia Maracanã encontrar-se em uma ocupação, não reconhecida oficialmente, no espaço da zona urbana, de uma grande metrópole, envolvendo um grupamento indígena pluriétnico, cujos propósitos avançam para a questão da educação, através da proposta de ser também uma Universidade Indígena, produz um

amplo espectro de situações complexas. Isto se dá, em relação a várias questões, a começar pelo cotidiano indígena, a necessidade da terra e de espaços para plantar, que é uma situação que o espaço da Aldeia não sana completamente. No entanto, para conduzir este capítulo, priorizamos destacar o aspecto relativo às novas territorialidades socioambientais empreendidas pela Aldeia Maracanã.

"A questão indígena, desde o início tem pauta única: - a questão da terra", as palavras do Cacique Urutau, proferidas na abertura da I Conferência de Saúde Mental, ocorrida em 2022 (CADERNOS DE CAMPO). Portanto, se a terra está ligada a condição existencial dos indígenas (sejam eles aldeados ou não), então, a fala do Cacique Urutau está em consonância com a noção de que as relações entre o indivíduo e seu locus existencial estão ligados às suas formas de existir e articular-se dentro do território e suas territorialidades.

Para Santos (2005) no mundo globalizado o espaço geográfico tornou-se sinônimo de território. Isto porque, é necessário admitir que ao longo dos séculos e das relações estabelecidas entre grupamentos humanos, a ocupação geográfica foi e ainda é, diretamente, afetada pela implementação dos valores capitalistas que estipula e determina como os espaços da Terra deveriam/devem ser ocupados por países, empresas e indivíduos, motivados pela geração de riquezas advindas da expropriação de determinadas porções do território, seja por suas riquezas minerais, pela mão de obra que oferecem. Ou ainda pela especulação imobiliária (definida por outros valores capitalistas como, por exemplo o *status* provocado pela ocupação de um determinado espaço, em detrimento de outrem). Tais circunstâncias, permitem-nos perceber como a ocupação geográfica é afetada pelo(s) sistema(s) econômico(s) e a(s) cosmologia(s) de um povo.

Nesse sentido, é importante destacar que desde os primeiros relatos dos colonizadores até os dias atuais, os valores indígenas não coadunam com os valores capitalistas, uma vez que "o território indígena é sempre a referência à ancestralidade e a toda a formação cósmica do universo e da humanidade. É nele que se encontram presentes e atuantes os heróis indígenas, vivos ou mortos" (LUCIANO, 2006, p. 101).

No entanto, o território indígena não é apenas o recinto dos "heróis da resistência", mas o lugar de onde advém a justificativa existencial destes povos. Por isso, durante a realização desta pesquisa, o contato com indígenas de diferentes etnias, que vivem e convivem na Aldeia Maracanã, permitiu que pudéssemos compreender que mesmo tendo nascido em locais distintos, e mesmo que seu lugar de origem seja uma aldeia distante, não urbanizada e com poucos recursos materiais, para a quase totalidade deles, o fato de sair de seu território para estudar, trabalhar, assumir algum cargo que ofereça posses e recursos financeiros, ou conquistar algum título que ofereça status (inimagináveis aos seus pares), sua aldeia, seu local de origem e a manutenção de suas relações de origem é o que normalmente lhe oferece maior orgulho. Isto porque:

> Os povos indígenas têm conservado a visão comunitária e sagrada da natureza. Por isso, as montanhas, os lagos, os rios, as pedras, as florestas, os animais e as árvores têm um alto significado. Os acidentes geográficos e os fenômenos naturais são personificados e foram criadas em torno deles narrativas orais e escritas. Território é condição para a vida dos povos indígenas, não somente no sentido de um bem material ou fator de produção, mas como o ambiente em que se desenvolvem todas as formas de vida. Território, portanto, é o conjunto de seres, espíritos, bens, valores, conhecimentos, tradições que garantem a possibilidade e o sentido da vida

> individual e coletiva. A terra é também um fator fundamental de resistência dos povos indígenas. É o tema que unifica, articula e mobiliza todos, as aldeias, os povos e as organizações indígenas, em torno de uma bandeira de luta comum que é a defesa de seus territórios. É interessante perceber como na luta pelo direito à terra, as lideranças locais e tradicionais, mesmo sendo muitas vezes analfabetas, adquirem prestígio tanto no nível interno da comunidade, quanto na relação com a sociedade nacional e internacional (LUCIANO, 2006, p. 101).

Portanto, essas relações são determinantes para a manifestação de sua saúde mental e seu bem-estar físico sendo diretamente relacionados com a questão da pauta emancipatória indígena. Nesse sentido, é interessante observar que, originalmente, não existia na língua tupi, a diferenciação entre as palavras: terra, território e nação. Em seus estudos, Ivani Faria (2003) observou que os povos indígenas do alto Rio Negro possuem palavras dentro da própria língua para descrever aquilo que se denomina terra.

> […] “terra”, por exemplo: em Baniwa é “Hipai”, em Tukano é “Diita”, mas como não tem em seus vocábulos termos para descrever conceitos como: território, nação e autodeterminação, tais pronúncias ocorrem em português, pois estas palavras foram absorvidas por essas comunidades (FARIA, 2003, p. 105).

A esse respeito, Milton Santos (2005), complementa, observando a relação das pessoas com a dinâmica dos lugares. Para ele:

> [...] O uso do território se dá pela dinâmica dos lugares. O lugar é proposto por ele como sendo o espaço do acontecer solidário. Estas solidariedades definem usos e geram valores de múltiplas naturezas: culturais, antropológicos, econômicos, sociais, financeiros, para citar alguns. Mas as solidariedades pressupõem coexistências, logo pressupõem o espaço geográfico (SOUZA *apud* SANTOS, 2005, p. 253).

Santos analisou o território usado como uma categoria integradora, propondo que ele seja percebido como "uma mediação entre o mundo e a sociedade nacional e local [...] que, especialmente no planejamento, vem definitivamente terminar com as falsas premissas da possibilidade da gestão intersetorial, a partir da justaposição do setorial na elaboração dos planos" (SANTOS, 2005, p. 253).

Assim, território e espaço geográfico são termos similares, na medida em que são produtos da dinâmica socioespacial "ou seja, das relações sociais que os homens mantêm entre si, com a natureza nata (meio natural, sua natureza exterior) e consigo mesmo, com sua natureza interior" (SAQUET, 2002, p. 14). Há que se destacar, a influência do sistema econômico na dinâmica de tais relações.

A diferença no entendimento do que seja terra / lugar e território, provoca vários problemas em projetos elaborados e implementados em aldeias indígenas, já que muitos projetos consideram, apenas o lugar e muitas vezes não conseguem abranger a dimensão complexa do território. Pois:

> O lugar é o papável, que recebe os impactos do mundo. O lugar é controlado remotamente pelo mundo. No lugar, portanto, reside a única possibilidade de resistência aos processos perversos do mundo, dada a possibilidade real e efetiva da

> comunicação, logo da troca de informação, logo da construção política (SANTOS, 2005, p. 253).

Enquanto o território, é muito mais complexo e reúne todas as dinâmicas sobrepostas ao lugar e que foram amalgamadas pelas relações existentes entre a cultura, o tempo, o lugar e as diferentes formas de interação entre humanos e não-humanos. Quando, por exemplo, um projeto estabelece um "parque", ou localidade como espaço de fixação de um determinado grupo indígena, muitas vezes, seus limites desconsideram parte das lógicas dessas vivências. Tais vivências incluem indígenas e não indígenas, e pode acontecer de um rio considerado sagrado, ou elemento indispensável pela cosmologia do grupo, ser descartado do mapa de criação de um parque, por exemplo. Isso, sem contar nos rituais de caça, pesca e outros que envolvem os não-humanos, porque um animal de caça não compreende os limites de um mapa e não pode tomar a decisão de ficar recluso na área do parque para ajudar a manter os rituais da população indígena que vive ali, situações como esta ilustram uma infinidade de elementos que este conceito envolve.

Ao refletir sobre estes aspectos Faria (2003, p. 106) demonstrou o significado e a importância da demarcação da terra contínua, ao passo que muitos projetos, ainda hoje reforçam o ideal de demarcação e/ou destinação fragmentada de um lugar para grupamentos indígenas.

Ainda a este respeito, Ivani Ferreira de Faria (2003), constatou que quase cinco séculos depois da colonização essa relação entre indivíduos, comunidades e território continua sendo muito mais ampla que as delimitações preestabelecidas, pelos não indígenas. Durante a entrevista concedida por Bonifácio José (representante da Organização Brasileira dos Índios - OBI, em Manaus no dia 06 maio 1996) o entrevistado explicou como ocorre o fluxo entre os indígenas de sua região, no alto Rio Negro:

> [...] várias nações juntas num único território, isto facilita para que a gente tenha área grande. Por exemplo, nós vivemos no rio lçana mas tem outros que vivem no afluente Cuiari, Aiari; do outro lado tem o Xié, o Cubaté e o rio Uaupés. Nós dependemos dessa terra toda. A gente ainda tem alguns parentes que são casados no rio Uaupés, do Uaupés que são casados no Içana. Você anda e não tem problema nenhum (FARIA, 2003, p. 96).

Em razão disso, concordamos quando Sack (2013, p. 62) afirma que "territorialidade é a tentativa, por indivíduo ou grupo, de afetar; influenciar, ou controlar pessoas, fenômenos e relações, ao delimitar e assegurar seu controle sobre certa área geográfica".

Provavelmente, a cosmovisão indígena se difere, especialmente, pela inserção de humanos e não-humanos, dentro da mesma horizontalidade de saber e de importância e, também por isso, seu modo de viver seja, socioambientalmente, mais responsável, o que pode ser comprovado em vários textos, ou diálogos proferidos por Krenak (2022). A obra "Futuro Ancestral" aproxima-se disto desde o sumário, cujo primeiro capítulo foi intitulado: "Saudações aos rios", nele o autor declara:

> Por onde pude andar, no Brasil ou em outros cantos do mundo, prestei mais atenção nas águas do que nas edificações urbanas que se debruçam sobre elas – pois todos os nossos assentamentos humanos, na Europa, na Ásia, na África, por todos os lados, sempre foram atraídos pelos rios. O rio é um caminho dentro da cidade, que permite deslocar, embora faça tempo que as pessoas tenham decidido ficar plantadas nas cidades (KRENAK, 2022, p. 12).

Para os povos indígenas o ambiente inclui humanos e não-humanos, por isso, há uma forma de pensar e viver que se estende entre os corpos humanos e os demais, já que a vida seria a instância na qual todos coexistem. Já, as sociedades industriais (capitalistas e socialistas), tem produzido e propiciado uma sociedade em que os valores materiais/ econômicos sucumbem todas as demais formas de vida, com níveis de exploração variáveis, já que existem patamares de valoração diferentes para formas não humanas e, em alguma medida, diferentes níveis de exploração até mesmo para grupamentos humanos, a depender de suas características socioeconômicas, territoriais, étnicas, etc.

Considerando o montante de recursos políticos e econômicos que envolvem as questões ambientais, a luta travada entre os movimentos ambientais e os interesses estatais é desigual, pois se de um lado estão pequenos grupos, associações e comunidades, do outro são aglutinados *lobbies* de empresas nacionais e multinacionais dos setores da tecnologia, agronegócio, mineração e outros, que são doadores de recursos financeiros para campanhas eleitorais, atuando, intermediando e influenciado os tomadores de decisão (governos, prefeituras e casas legislativas) em favor de seus interesses. Por isso, é tão pertinente a denúncia de Antônio Bispo dos Santos (Nêgo Bispo), segundo o qual:

> O que podemos perceber é que essas comunidades continuam sendo atacadas pelos colonizadores que se utilizam de armas com poder de destruição ainda mais sofisticado, numa correlação de forças perversamente desigual. Só que hoje, os colonizadores, ao invés de se denominarem Império Ultramarino, denominam a sua organização de Estado Democrático de Direito e não apenas queimam, mas também inundam,

> implodem, trituram, soterram, reviram com suas máquinas de terraplanagem tudo aquilo que é fundamental para a existência de nossas comunidades, ou seja, os nossos territórios e todos os símbolos e significações dos nossos modos de vida (SANTOS, 2015, p. 76).

A denúncia de Nêgo Bispo está diretamente relacionada com a pauta dos movimentos ambientais, tendo em vista que a questão climática, amplamente discutida a mais de quatro décadas, tornou-se parte dos noticiários através dos informes de tragédias ambientais anunciando enchentes, queimadas, ondas de calor insuportáveis e a multiplicação de epidemias de vírus mortais, no Brasil e no mundo. Resta acrescentar à magnífica análise de Santos (2006), que assim como "as riquezas não foram globalizadas", as tragédias também não, pois apesar de a natureza não escolher suas vítimas, a grande maioria é composta pelas massas populacionais desfavorecidas economicamente, que se abrigam em áreas desprotegidas, devido a falta de políticas públicas adequadas seu bem-estar e segurança, denunciando aquilo que se denomina "injustiça ambiental" (SANTOS, 2006).

"Desse encontro entre o poder, o espaço e as questões socioambientais, emerge o conceito de 'territorialidades socioambientais'" (LAURIA; LÓPEZ NETTO; FORTUNATO, 2023, p. 110). O termo "territorialidades socioambientais", foi cunhado pelo professor/pesquisador Rafael A. Fortunato e tem sido objeto de estudo do grupo de pesquisa COLAB, desde 2021. Para tanto, o principal foco do grupo está em aglutinar análises voltadas para a compreensão de questões ambientais e dinâmicas de poder entrelaçadas na construção de territorialidades cujos contextos relacionam sociedade e ambiente, através de uma perspectiva

interdisciplinar, complexa e abrangente (LAURIA; LÓPEZ NETTO; FORTUNATO, 2023, p. 110).

> As territorialidades sociambientais podem ser compreendidas como estratégias articuladas através do envolvimento de pessoas ou grupos, em prol da defesa, ou conservação de um determinado território, tendo em vista o uso ambientalmente consciente dos recursos naturais no momento presente e o seu legado para as futuras gerações (LAURIA; LÓPEZ NETTO; FORTUNATO, 2023, p. 110).

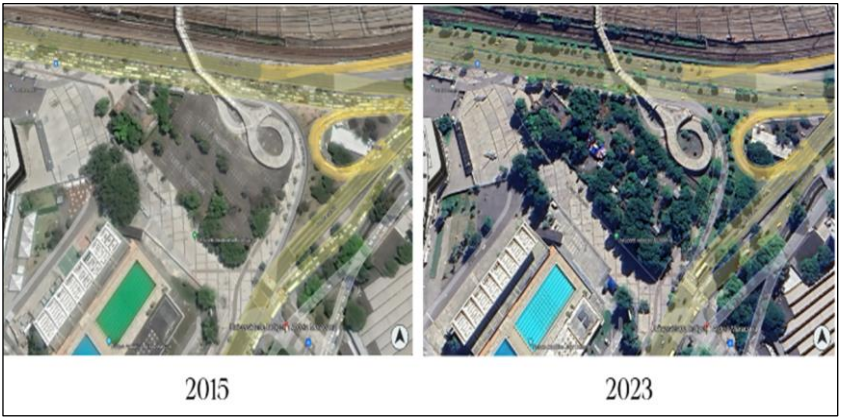
"Essas estratégias, além de buscar influência nos rumos dos territórios no ponto de vista socioambiental, possibilitariam ainda criar vínculos, fortalecendo a ligação das pessoas com seus territórios, incluindo humanos e não-humanos" (LAURIA; LÓPEZ NETTO; FORTUNATO, 2023, p. 110). A indissociabilidade das questões sociais, ambientais e de território nas pautas desenvolvidas por estes grupos justificam a promoção do termo "territorialidades socioambientais". Do ponto de vista legal, estas territorialidades estão relacionadas ao cumprimento do Artigo nº 255, da Constituição Federal de 1988, que estabelece o direito de todos ao "meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações" (BRASIL, 1988).

> As territorialidades socioambientais podem estar presentes nos territórios de diferentes maneiras e em diferentes escalas, através, por exemplo, da presença de grupos ativos na promoção de ações socioambientais para a defesa do ambiente, em associações, coletivos ou organizações não

> governamentais voltadas às causas socioambientais e até mesmo em ações em menor escala que de alguma forma contribuam para a proteção ambiental (LAURIA; LÓPEZ NETTO; FORTUNATO, 2023, p. 111).

Independente do número de pessoas envolvidas, ou da abrangência territorial, observa-se que as estratégias desenvolvidas por estes grupos contam sempre com pautas relacionadas ao tripé: questões sociais, ambientais e territoriais. Se inicialmente, tais dinâmicas puderam ser observadas na defesa dos territórios indígenas e quilombolas, por exemplo, atualmente o que se observa é a expansão destas estratégias, estabelecendo novas territorialidades socioambientais.

Figura 2 – Antes e depois Aldeia Maracanã (2015 e 2023)



Fonte: Google Earth. Sobreposição de imagens: Jéssica Souza e Valéria Chaves.

A Aldeia Maracanã, apresentada nesta pesquisa é um exemplo singular destas estratégias, visto que surgiu do interesse de

defesa de um território, por diferentes etnias, agrupadas no Movimento Tamoio dos Povos Originários. Se inicialmente (2006-2013), o pleito do movimento assentava-se no direito dos povos indígenas, herdeiros da terra apresentada no espaço do antigo Museu do Índio, na Rua Mata Machado, nº 127, no bairro do Maracanã, na "Cidade Maravilhosa", onde atualmente observa-se a ampliação da gama de indivíduos que se identifica e é favorecida pelo território da citada Aldeia. Um exemplo disso é que o manejo e plantio de árvores, dentro do território da Aldeia Maracanã, criou em um curto espaço de tempo um "bolsão verde", capaz de beneficiar não só os indígenas, mas todo o entorno da aldeia, que é densamente asfaltado e urbanizado.

A sobreposição de imagens demonstra com nitidez a transformação da paisagem, no território da Aldeia Maracanã, através do plantio de árvores e a recuperação da biodiversidade local.

A Aldeia Maracanã, é fruto de um movimento reivindicatório, que realizou a retomada do território em 2006, sofreu com a cisão decorrente do acordo firmado entre alguns de seus membros e o governo do estado do Rio de Janeiro, em 2013, retornando ao território em 2016, ainda mais fortalecidos enquanto movimento de rexistência, como eles mesmos se denominam. No entanto, existir e resistir exigem estratégias adequadas e pauta reivindicatória coerente. Por isso, a pauta da retomada do território foi intensificada pelo propósito de alocar ali a Primeira Universidade Indígena Pluriétnica do Brasil.

Em 2014, essa proposta avançou através da realização do 1º COIREN - Congresso Intercultural dos Povos Indígenas e Tradicionais do Maraká'nà, ocorrido entre os dias 4 e 9 de junho de 2014, no Campus de Seropédica da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e, concomitantemente, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Nos anos de 2018 e 2019, o espaço do antigo Museu do Índio foi palco das aulas presenciais da língua

Tupi e de Cantos Indígenas Guarani, ministrados pelo Cacique e professor Urutau. Durante a pandemia da Covid-19 (2020-2022), estas aulas passaram a ser ministradas em ambiente remoto, passando a ter alcance internacional. Ainda em 2022 (no final do primeiro semestre) foram retomadas as atividades de visitações em escolas, os eventos culturais e a recepção de visitantes e colaboradores.

Atualmente, a participação dos indígenas da Aldeia, nos diferentes eventos mencionados está assentada sobre o desejo de fazer jus a Lei nº 11.645 de 2008 que determina: "Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena" (BRASIL, 1988).

Na maioria das vezes, o objetivo destas ações é promover entre os não indígenas, a reflexão necessária ao reconhecimento em relação a cultura dos povos originários.

Durante o trabalho de campo realizado na Aldeia pude ouvir Potira Guajajara, repetidas vezes, dizer aos visitantes, ou participantes de suas oficinas: "a gente não respeita aquilo que não conhece, por isso, estou aqui, para falar da cultura do meu povo, para que vocês possam nos conhecer e respeitar" (CADERNOS DE CAMPO; POTIRA, 2022; 2023; 2024).

Assim, as estratégias estabelecidas pela Aldeia Maracanã, coadunam com as estratégias socioambientais, pois possibilitam aos indivíduos que participam destas dinâmicas saírem de suas lógicas, adentrarem em outro contexto, reconhecê-lo e admirá-lo, que são condições necessárias para que se instale o desejo de transformá-lo e, "transformando-o, saber-se transformado pela sua própria criação; um ser que é e está sendo no tempo que é o seu, um ser histórico, somente este é capaz, por tudo isto, se comprometer-se" (FREIRE, 1979, p. 17).

Assim, observa-se que o propósito da Aldeia Maracanã, de construção da primeira Universidade Indígena Pluriétnica do Brasil, já foi iniciado (extraoficialmente), a partir do momento em que este território se tornou palco dos saberes indígenas (Figura 3), que ali tem apresentado seus ritos, suas vivências, formas de plantar e de se relacionar, compartilhando sua cultura e oferecendo cursos de: Língua Tupi-guarani, Artes Indígenas, entre outros, e tem recebido o apoio e conseguido a adesão de indivíduos de muitos lugares, de dentro ou fora da cidade do Rio de Janeiro.

Figura 3 – Roda de Conversa na Aldeia Maracanã (2024)

Fonte: Valéria Chaves (2024).

No entanto, há ainda resistência da aceitação da aldeia, neste território, por parte do Estado do Rio de Janeiro (que reivindica o

prédio e o terreno), e de grupos direitistas que não reconhecem os indígenas e sua cultura, dentro do espaço urbano. Tais embates, demonstram a necessidade de um debate consciente e reflexivo, capaz de romper ciclos repetitivos de promoção de condutas hegemônicas instaladas, tanto no Rio de Janeiro, quanto em em outros lugares do país, desde a chegada dos colonizadores.

Somente uma educação pautada, nestas perspectivas, fundamentada na ação-reflexão, pode se concretizar numa leitura crítica do mundo, onde as ações dos indivíduos serão imbuídas de posicionamento crítico, onde omitir-se significa escolher e escutar não significa concordar, mas parte do processo de tomada de decisão consciente e comprometida socialmente (FREIRE, 1979).

Afinal, a promoção de ações educativas, formais e não-formais, em ambientes físicos ou remotos, firmadas na participação e no respeito dos saberes dos participantes, tal qual as que observei ao longo destes três anos de pesquisa na Aldeia Maracanã, fornece aos participantes (independente da idade e da formação escolar), a possibilidade de constituírem um posicionamento crítico e reflexivo sobre a construção desta territorialidade socioambiental.

Neste processo formativo, os participantes (moradores, voluntários, apoiadores, visitantes, ou cursistas) passam a pensar suas ações, dentro e fora da Aldeia, a partir de lógicas nas quais omitir-se significa escolher e escutar não significa concordar, mas constituem-se como partes da dimensão desta nova territorialidade socioambiental.

Faz parte destes modos de pensar e agir contra hegemônico a inclusão do outro, a revisão do pensamento etnocêntrico, a abertura para novas formas de ensinar e aprender. O grande desafio de instituições formais, ou não formais de ensino, como a Aldeia Maracanã está em fundamentar-se na ação-reflexão para superar suas barreiras territoriais e burocráticas, propiciando o processo

formativo de indivíduos comprometidos socialmente, capazes de compreender e agir reflexivamente sobre sua realidade, comprometidos com a natureza e engajados com suas causas, que neste caso incluem a pauta da terra, a agroecologia, os saberes ancestrais, enfim a cultura e os saberes dos povos originários.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Editora Elefante, 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Planalto, 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 12/04/2025.

CHAVES, V. C. **Cadernos de campo**: anotações do trabalho de campo de Valéria Chaves. Rio de Janeiro: Arquivo Pessoal, 2021.

CHAVES, V. C. **Cadernos de campo**: anotações do trabalho de campo de Valéria Chaves. Rio de Janeiro: Arquivo Pessoal, 2022.

CHAVES, V. C. **Cadernos de campo**: anotações do trabalho de campo de Valéria Chaves. Rio de Janeiro: Arquivo Pessoal, 2023.

CHAVES, V. C. **Cadernos de campo**: anotações do trabalho de campo de Valéria Chaves. Rio de Janeiro: Arquivo Pessoal, 2024.

FARIA, l. F. **Território e Territorialidades Indígenas do Alto Rio Negro**. Manaus: Editora da UFAM, 2003.

FORTUNATO, R. A. **Hospitalidade nos territórios do bem viver**. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2020.

FREIRE, P. **A Importância do Ato de Ler**: Em três artigos que se completam. São Paulo: Editora Autores Associados, 1985.

GUAJAJARA, J. U. "Indígenas em Contexto Urbano: uma Entrevista com José Urutau Guajajara". **RioOnWatch** [2017]. Disponível em: <www.rioonwatch.org.br>. Acesso em: 12/03/2025.

HAESBAERT, R. "Território e multiterritorialidade: um debate". **GEOgraphia**, n. 17, 2007.

KRENAK, A. **Futuro ancestral**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2022.

LASHLEY, C.; MORRISON, A. (orgs.). **Em busca da hospitalidade**: perspectivas para um mundo globalizado. Barueri: Editora Manole, 2004.

LAURIA, P. T. B; LÓPEZ NETTO, A.; FORTUNATO, R. A. "Reflexões sobre Territorialidades socioambientais em uma cidade da Região Metropolitana do Rio de Janeiro". **Revista Mosaicos Estudos em Governança, Sustentabilidade e Inovação**, vol. 5, n. 1, 2023.

LUCIANO, G. S. **O Índio Brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

MALINOWSKI, B. "Introdução: o assunto, o método e o objetivo desta investigação". *In*: DURHAM, E. (org.). **Malinowski**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

MATTA, R. "O ofício de etnólogo ou como ter anthropological blues". *In*: NUNES, E. O. **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1978.

MONTANDON, A. **O livro da Hospitalidade**: acolhida do estrangeiro na história e nas culturas. São Paulo: Editora Senac, 2011.

PRADO, R. M. "Cidade pequena: paraíso e inferno da pessoalidade". **Cadernos de Antropologia e Imagem**, n. 4, 1997.

SACK, R. D. "O significado de territorialidade". *In*: DIAS, L. C.; FERRARI, M. (orgs.). **Territorialidades Humanas e Redes Sociais**. Florianópolis: Editora Insular, 2013.

SANTOS, A. B. **A terra dá, a terra quer**. Brasília: Ubu Editora, 2023.

SANTOS, A. B. **Colonização, Quilombo**: modos e significados. Brasília: Editora da UnB, 2015.

SANTOS, M. "O retorno do território". **OSAL: Observatorio Social de América Latina**, n. 16, 2005.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Editora da USP, 2006.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.

SAQUET, M. A. **Os tempos e os territórios da colonização italiana** (Tese de Doutorado em Geografia). São Paulo: Unesp, 2002.

CAPÍTULO 8

A Rocinha Ecoa: Territorialidades Socioambientais e Participação Popular

A ROCINHA ECOA: TERRITORIALIDADES SOCIOAMBIENTAIS E PARTICIPAÇÃO POPULAR

Henrique Lima de Sousa

A Rocinha, situada entre os bairros da Gávea e de São Conrado, na zona sul do Rio de Janeiro, é mais do que um aglomerado urbano informal: é um território pulsante, repleto de histórias, resistências e contradições. Com cerca de 30.955 domicílios, segundo dados do Censo de 2022 (REIS; DOYLE, 2023), a comunidade representa um dos maiores e mais complexos assentamentos urbanos do Brasil. Apesar de sua relevância geográfica, cultural e econômica, a Rocinha ainda enfrenta desafios estruturais profundos, como a precariedade do saneamento básico, a insegurança habitacional, a violência e a exclusão social.

Este capítulo propõe uma reflexão crítica sobre as territorialidades socioambientais da Rocinha e os limites e possibilidades da participação popular em processos de planejamento urbano.

O conceito de territorialidades socioambientais, segundo Ferreira (2023), refere-se aos processos pelos quais grupos sociais, especialmente movimentos sociais organizados, constroem e transformam o território a partir de suas práticas, resistências e disputas por justiça ambiental.

Conforme o mesmo autor, territorialidades emergem em contextos de conflito, onde os sujeitos coletivos, mesmo com pouco capital político, conseguem influenciar a configuração do espaço geográfico, enfrentando desigualdades e promovendo alternativas ao modelo hegemônico de ocupação e gestão territorial. Como afirma o mesmo, “apesar de todo o poder de grupos econômicos poderosos, a

sociedade civil, organizada em movimentos sociais, consegue lentamente conquistar capital político e forjar territorialidades socioambientais" (FERREIRA, 2023, p. 86), corroborando com a importância da participação social no planejamento urbano.

Esses temas partem de uma proposta inicial de pesquisa autoral de doutorado desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGMA/UERJ), que parte de resultados da pesquisa anterior de mestrado, na qual foi feita uma análise da implementação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na comunidade, onde buscou-se compreender como as vozes dos moradores — seus "ecos" — foram (ou não) considerados nas decisões que moldaram o território. Essa investigação revelou não apenas os limites estruturais do programa, mas também a fragilidade dos mecanismos de escuta e de participação efetiva no planejamento urbano.

A ausência de uma escuta ativa e de mecanismos efetivos de participação popular comprometeu a legitimidade e a efetividade das intervenções. A participação, quando ocorre, muitas vezes se limita a momentos pontuais e simbólicos, sem garantir o poder de decisão real à comunidade.

Este capítulo parte da experiência vivida pelo pesquisador que também é "cria" (nasceu e cresceu na) da Rocinha e da escuta dos moradores para propor uma abordagem mais sensível e integrada ao planejamento urbano em territórios populares.

Através da análise crítica das ações do PAC na Rocinha e da apresentação de ferramentas cartográficas colaborativas, busca-se evidenciar os caminhos possíveis para uma urbanização que reconheça a favela como território legítimo, habitado por sujeitos políticos e portadores de saberes. Sobretudo uma favela como a Rocinha, cujo nome nem mesmo representa mais a sua grandiosidade e complexidade, tal como canta Paulo César Pinheiro

em sua música Nomes de Favela: “Agora que cidade grande é a Rocinha!”.

A proposta deste capítulo é, portanto, ecoar as vozes da Rocinha — não apenas como metáfora poética, mas como método de escuta ativa e crítica. A partir da análise das intervenções feitas no território, bem como da Cartografia Social, buscou-se compreender como os moradores percebem, vivem e transformam seu território. Trata-se de reconhecer que a favela não é um “problema urbano” a ser resolvido de fora para dentro, mas um espaço de produção de saberes, práticas e alternativas que desafiam a lógica hegemônica do planejamento urbano tradicional.

A Cartografia Social pode ser entendida como uma ferramenta que valoriza a produção coletiva de conhecimentos territoriais, permitindo que diferentes grupos sociais expressem suas experiências, identidades e aspirações por meio de representações simbólicas e culturais do território, conforme Gorayeb, Meireles e Silva (2015). Essa prática rompe com o monopólio técnico da cartografia tradicional ao permitir que os próprios sujeitos sociais sejam os autores dos mapas, construindo representações que expressam suas territorialidades, memórias e lutas. Trata-se de uma metodologia que articula saberes locais e científicos, promovendo a participação ativa na produção do conhecimento e no planejamento territorial.

A metodologia adotada na pesquisa anterior foi qualitativa, com base em revisão bibliográfica, análise documental e coleta de dados por meio de formulário anônimo aplicado a moradores, ex-moradores e trabalhadores da Rocinha. As respostas foram georreferenciadas e organizadas em um mapa interativo, permitindo visualizar espacialmente os “ecos” da comunidade — suas críticas, sugestões e desejos. Para a amostragem foi utilizada a metodologia Bola de neve, que conforme Vinuto (2014) é especialmente eficaz em contextos de difícil acesso, como o de grandes favelas.

A partir das contribuições dos moradores, foi possível identificar padrões de demandas que se repetem em diferentes áreas da Rocinha, como a necessidade de melhorias no saneamento básico, na infraestrutura elétrica, na mobilidade urbana e na gestão de resíduos. Esses "ecos" foram organizados em um mapa colaborativo — o Rocinha-EcoMaps — que permite visualizar espacialmente os pontos críticos e as sugestões da comunidade. Essa ferramenta, ainda em fase inicial de desenvolvimento, já consegue demonstrar o potencial da cartografia social como instrumento de planejamento urbano democrático.

Mais do que um diagnóstico técnico, o EcoMaps revela afetos, memórias e desejos. Ele mostra que a Rocinha não é apenas um espaço de carência, mas também de potência. Conforme Comelli (2023) a Rocinha é marcada por uma paisagem política e cultural rica, onde coletivos e organizações locais atuam na produção de contranarrativas e na reivindicação de direitos.

Nesse sentido, o planejamento urbano participativo e sustentável precisa reconhecer e incorporar essas vozes, rompendo com a lógica verticalizada das políticas públicas e promovendo uma escuta horizontal e contínua.

A escuta dos moradores da Rocinha, sistematizada por meio do Rocinha - EcoMaps, revela que as principais demandas da comunidade estão diretamente relacionadas à ausência de políticas públicas estruturantes e à negligência histórica do poder público. Entre os temas mais recorrentes nas respostas estão: a precariedade do saneamento básico, a insegurança elétrica, o acúmulo de lixo em áreas críticas, a falta de espaços de lazer e cultura, e a mobilidade urbana deficiente. Essas questões, embora amplamente conhecidas, continuam a ser tratadas de forma fragmentada e desarticulada pelas instâncias governamentais.

A partir dessas vozes, torna-se evidente que o planejamento urbano precisa ser mais do que técnico: ele deve ser sensível, situado e comprometido com a justiça territorial. Como destaca Moreira (2014), a participação ativa da população no processo de planejamento permite identificar com mais precisão as necessidades e demandas da comunidade e desenvolver soluções adequadas às características físicas da geografia e à morfologia da ocupação do território. Na Rocinha, isso significa reconhecer a complexidade do tecido urbano e social, e construir soluções que dialoguem com a realidade vivida pelos moradores.

Nesse contexto, o conceito de planejamento urbano participativo e sustentável ganha centralidade (SOUSA, 2024). Trata-se de uma abordagem que articula a escuta ativa da população com a construção coletiva de soluções urbanas, respeitando as especificidades territoriais, culturais e ambientais de cada local. Na Rocinha, isso significa, por exemplo, pensar políticas públicas que dialoguem com a complexidade geográfica da favela; sua densidade populacional; e com as formas de organização comunitária já existentes.

A experiência da Rocinha evidencia que a participação popular não pode ser tratada como um adereço protocolar, mas como elemento estruturante de qualquer política urbana que se pretenda democrática. Nesse sentido, é fundamental repensar os formatos de escuta e de construção coletiva. A participação precisa ser contínua, vinculante e territorializada.

Isso significa criar espaços e soluções tecnológicas permanentes de diálogo entre poder público e comunidade, onde as decisões sejam tomadas com base em diagnósticos construídos a partir da realidade local. Isso permite também reconhecer os saberes populares como legítimos e fundamentais para o planejamento urbano.

A Rocinha, como tantas outras favelas brasileiras, é marcada por uma intensa produção de vida, cultura e resistência. A arte, a música, os coletivos culturais e as redes de solidariedade são expressões dessa potência comunitária que desafia a lógica da invisibilidade. Como destaca Araújo (2022), ao analisar a Roda Cultural da Rocinha, existe um engajamento coletivo entre os jovens na realização de eventos que não apenas expressam suas vivências, mas também reivindicam espaço e reconhecimento. Essa dimensão simbólica e política do território precisa ser considerada no planejamento urbano, sob pena de se reproduzir intervenções que ignoram o tecido social que sustenta a favela.

Portanto, planejar com participação significa mais do que consultar: é construir juntos; é reconhecer que os moradores não são apenas beneficiários das políticas públicas, mas sujeitos ativos na formulação e implementação das soluções. É transformar os "ecos" em diretrizes, a cartografia em ferramenta de gestão democrática, e os saberes locais em fundamentos para uma cidade mais justa.

Conforme Sousa (2024) as ações, ao se encontrarem os ecos da comunidade, "regem sincopados uma harmonia que pode ser transcrita em partitura não hegemônica". Isto é, gera uma ferramenta eficaz e empoderada, "no qual a comunidade pode de fato estar presente, não mais como uma figura passiva" bem como transformando cada membro da comunidade em líder que também tem poder de decisão e ação, tal como inspira a figura do personagem da vida real, o líder comunitário Zé do Caroço, eternizado na canção de Leci Brandão:

> No serviço de auto-falante / Do morro do Pau da Bandeira / Quem avisa é o Zé do Caroço / Que amanhã vai fazer alvoroço / Alertando a favela inteira / [...] / É que o Zé do Caroço trabalha / O Zé do Caroço batalha / E que malha o preço da feira / E na hora em

> que a televisão brasileira / Distrai toda gente com a sua novela / É que o Zé põe a boca no mundo / Que faz um discurso profundo / Ele quer ver o bem da favela / Está nascendo um novo líder / No morro do Pau da Bandeira.

A partir dessa perspectiva, o Rocinha-EcoMaps surge como uma proposta concreta de ferramenta de escuta e planejamento colaborativo. O mapa (Figura 1) reúne sugestões e críticas sobre diferentes aspectos da vida cotidiana na favela. A pesquisa alcançou 40 participantes, cujas respostas foram georreferenciadas e organizadas em um mapa digital acessível e interativo:

Figura 1 - Rocinha-EcoMaps, Visão geral

Fonte: Adaptada de Sousa (2024).

As contribuições revelam uma diversidade de olhares e experiências, mas também uma convergência em torno de temas

estruturais: saneamento, mobilidade, segurança, lazer e educação. Ao transformar essas vozes em camadas visuais sobre o território, o EcoMaps permite não apenas identificar os pontos críticos da comunidade, mas também visualizar as potências e os desejos que emergem do cotidiano.

O Rocinha-EcoMaps não é apenas uma ferramenta técnica, mas um dispositivo político. Com isso fica evidente como a cartografia social é também um instrumento de resistência, pois confronta a lógica centralizadora e tecnocrática do planejamento urbano tradicional.

Além disso, o processo de construção do EcoMaps fortalece os laços comunitários e estimula o protagonismo local. Ao compartilhar suas percepções e propostas, os moradores se reconhecem como sujeitos políticos e produtores de conhecimento. Essa dimensão pedagógica da participação é fundamental para a consolidação de uma cultura democrática nas favelas.

A análise dos dados coletados também evidencia a importância de se pensar políticas públicas que articulem sustentabilidade ambiental com justiça social. A precariedade do saneamento básico, por exemplo, não é apenas uma questão de infraestrutura, mas de saúde pública, dignidade e equidade. Como apontam os moradores no EcoMaps, o esgoto a céu aberto, o acúmulo de lixo e a ausência de coleta regular impactam diretamente na qualidade de vida e na saúde da população, especialmente das crianças e idosos.

Outro ponto recorrente nas contribuições dos moradores é a mobilidade urbana. A Rocinha, com sua geografia acidentada e ruas estreitas, enfrenta sérios desafios de circulação, especialmente para veículos de grande porte e transporte público. A proposta de instalação de planos inclinados, prevista no PAC 2, foi abandonada, e a tentativa de substituí-los por um teleférico gerou forte resistência

da comunidade. Como apontado por Magalhães (2022), os moradores viam o teleférico como um “elefante branco” (ou “telefante”, como foi apelidado pela comunidade); uma solução voltada ao turismo, e não às suas reais necessidades de deslocamento cotidiano.

Nesse cenário, pensar alternativas viáveis e sustentáveis para a mobilidade na Rocinha exige escuta ativa e planejamento integrado. A ampliação da frota de microônibus, a regulamentação do transporte escolar e a criação de rotas acessíveis para pedestres são algumas das sugestões que emergem do EcoMaps. Mais do que soluções técnicas, essas propostas revelam o desejo de uma cidade que respeite os corpos que nela circulam — com segurança, dignidade e autonomia.

Essas propostas, no entanto, só se tornam viáveis quando há vontade política e compromisso com a equidade territorial. A Rocinha não precisa de soluções importadas ou de projetos midiáticos que ignoram sua complexidade. Precisa de políticas construídas com e para seus moradores, que reconheçam suas especificidades e fortaleçam suas potências. O planejamento urbano participativo e sustentável, nesse sentido, não é apenas uma metodologia: é uma escolha ética e política por uma cidade mais justa, onde todas as vozes possam ecoar.

Outro aspecto fundamental apontado pelos moradores é a valorização dos espaços públicos e das áreas de lazer. A ausência de praças, quadras esportivas bem cuidadas e centros culturais compromete não apenas o bem-estar físico e mental da população, mas também o fortalecimento dos vínculos comunitários. Como destacam Araújo (2022) e Coutinho (2013), a cultura e a arte desempenham papel central na construção da identidade da Rocinha, sendo também formas de resistência frente à marginalização histórica das favelas.

Nesse sentido, políticas públicas que incentivem a cultura local, apoiem coletivos artísticos e garantam infraestrutura adequada para atividades culturais e esportivas são essenciais. A Escola de Música da Rocinha, por exemplo, é uma iniciativa que demonstra o impacto positivo de projetos que articulam educação, arte e cidadania. Fundada em 1994, a escola atende jovens da Rocinha e de comunidades vizinhas, sendo reconhecida pela UNESCO e registrada no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA). Projetos como esse mostram que investir em cultura é também investir em segurança, saúde e desenvolvimento humano.

Além da cultura, os moradores também apontam a necessidade urgente de melhorias nos serviços públicos essenciais, como saúde e educação. A precariedade das unidades de saúde, a escassez de profissionais e a dificuldade de acesso a atendimentos especializados são problemas recorrentes. Da mesma forma, escolas com infraestrutura deficiente e falta de vagas comprometem o direito à educação de qualidade. Essas carências, somadas à ausência de políticas públicas integradas, reforçam o ciclo de vulnerabilidade social que atinge grande parte da população da Rocinha.

Por fim, o turismo na favela, embora possa representar uma oportunidade econômica, também foi alvo de críticas por parte dos moradores. Muitos relataram desconforto com os chamados “safáris urbanos”, em que turistas percorrem a comunidade em jipes abertos, como se estivessem observando uma realidade exótica. Essa prática, além de desrespeitosa, reforça estigmas e não contribui para o desenvolvimento local. O que os moradores reivindicam é um turismo mais ético, construído com a comunidade, que valorize sua cultura, gere renda e respeite sua dignidade.

Essas críticas ao turismo predatório revelam uma dimensão importante da luta simbólica travada pelos moradores da Rocinha: o direito de narrar sua própria história. A favela não é um cenário

exótico para consumo externo, mas um território vivo, habitado por sujeitos que constroem cotidianamente sua cidade.

A construção de um planejamento urbano verdadeiramente participativo passa, portanto, por reconhecer essas múltiplas dimensões do território: a material, a simbólica, a política e a afetiva. Não se trata apenas de abrir canais de consulta, mas de garantir que as decisões sejam tomadas com base nas vozes da comunidade. O Rocinha-EcoMaps, nesse contexto, é mais do que um mapa: é um manifesto visual e coletivo por uma cidade mais justa, onde os moradores da favela não sejam apenas ouvidos, mas protagonistas.

Essa mudança de paradigma exige também uma revisão crítica das práticas institucionais, a participação popular não pode ser reduzida a audiências públicas esvaziadas ou a consultas simbólicas. É preciso criar mecanismos permanentes de escuta, como conselhos comunitários com poder deliberativo, fóruns territoriais e plataformas digitais acessíveis. A tecnologia, nesse sentido, pode ser uma aliada poderosa — como demonstram experiências de mapeamento colaborativo em outras favelas do Brasil e do mundo, como o Map Kibera, no Quênia (BELKIN, 2022; HAGEN, 2021), e o Modelo Medellín, na Colômbia (SÁNCHEZ MAZO, 2017).

A Rocinha, com sua densidade populacional, diversidade cultural e histórico de mobilização comunitária, tem todas as condições para se tornar referência em planejamento urbano participativo. Mas, para isso, é necessário romper com a lógica da imposição e adotar uma abordagem verdadeiramente dialógica.

Diante dos limites observados nas políticas públicas anteriores, como o PAC, e da potência demonstrada por ferramentas como o Rocinha-EcoMaps, a continuidade da pesquisa no doutorado propõe um aprofundamento metodológico e político do planejamento urbano participativo. A nova etapa da investigação,

tem como foco central o uso da cartografia social como instrumento de escuta, mobilização e transformação territorial.

A proposta parte da premissa de que a cartografia social, pode não apenas identificar demandas, mas também fortalecer a cidadania ativa e a governança participativa. Essa abordagem busca superar a lógica tecnocrática e verticalizada, promovendo um modelo de planejamento mais democrático, replicável e sensível às especificidades locais.

A pesquisa de doutorado propõe, portanto, uma metodologia em três etapas: (i) análise documental e bibliográfica, (ii) desenvolvimento de plataforma interativa (aplicativo) de cartografia social e (iii) realização de entrevistas e grupos focais com moradores e lideranças comunitárias. Essa abordagem visa não apenas levantar dados, mas construir um processo de escuta ativa e devolutiva, em que os moradores possam acompanhar, validar e influenciar os rumos da pesquisa.

Ao articular cartografia social, tecnologias geoespaciais e participação cidadã, o projeto busca desenvolver um modelo de governança participativa reaplicável em outras favelas e territórios vulneráveis. A Rocinha, nesse contexto, torna-se não apenas objeto de estudo, mas referência para a construção de políticas públicas mais justas, eficazes e enraizadas na realidade local. Trata-se de transformar o planejamento urbano em um processo vivo, coletivo e contínuo — onde o território é narrado, mapeado e transformado por quem o habita.

A proposta também se destaca por sua viabilidade prática, ancorada em parcerias com lideranças comunitárias, organizações locais e o uso de tecnologias acessíveis. Oficinas de capacitação, estratégias de inclusão digital e metodologias participativas serão fundamentais para garantir que o processo de mapeamento seja, de fato, coletivo e representativo. Ao unir ciência, tecnologia e escuta

comunitária, a pesquisa pretende não apenas produzir conhecimento, mas também gerar impacto social concreto, contribuindo para a construção de uma Rocinha mais justa, sustentável e democrática.

A integração entre cartografia social, sustentabilidade e planejamento urbano participativo representa uma inovação metodológica com grande potencial de impacto. Ao permitir que os moradores da Rocinha identifiquem, localizem e compartilhem suas demandas diretamente em plataformas digitais, como o Rocinha-EcoMaps, a pesquisa propõe uma nova forma de governança urbana — mais horizontal, transparente e sensível às realidades locais.

Essa abordagem também contribui para a construção de políticas públicas mais eficazes, pois os dados gerados pela própria comunidade são mais precisos, atualizados e contextualizados. Além disso, o envolvimento direto dos moradores fortalece o sentimento de pertencimento e a confiança nas instituições, criando um ciclo virtuoso de corresponsabilidade.

A proposta de doutorado, ao aprofundar essa metodologia, busca consolidar um modelo reaplicável de planejamento urbano participativo. Com isso, espera-se que a pesquisa contribua não apenas para o avanço teórico sobre planejamento urbano participativo, mas também para a formulação de políticas públicas mais eficazes e sensíveis às especificidades das favelas. A Rocinha, como território de estudo e de ação, torna-se um laboratório vivo para a construção de um modelo de urbanismo social, onde a escuta, a colaboração e a sustentabilidade são os pilares de uma cidade mais justa.

Com base nos resultados esperados da pesquisa de doutorado, deseja-se consolidar um modelo de planejamento urbano participativo que seja tecnicamente robusto, socialmente justo e ambientalmente sustentável. A proposta é que esse modelo possa ser incorporado por gestores públicos, organizações da sociedade civil e

movimentos comunitários como uma ferramenta prática de transformação territorial. A Rocinha, nesse processo, deixa de ser apenas objeto de estudo e se torna sujeito ativo na construção de soluções urbanas inovadoras.

Além disso, a pesquisa pretende contribuir para o fortalecimento da identidade comunitária e da cidadania ativa. Ao reconhecer os moradores como produtores de conhecimento e protagonistas do planejamento urbano, rompe-se com a lógica da favela como espaço de carência e se afirma sua potência como território de criação, resistência, reexistência e futuro.

Em síntese, este capítulo procurou ecoar as vozes da Rocinha, articulando passado, presente e futuro a partir da análise crítica das intervenções do PAC, da escuta ativa dos moradores por meio do Rocinha-EcoMaps e da proposta de aprofundamento metodológico no doutorado. Com isso fica evidente a reafirmação da urgência de planejamentos urbanos que sejam construídos com base na participação, na justiça territorial e na sustentabilidade.

O planejamento urbano, para ser efetivo, precisa reconhecer a potência da favela e seus habitantes, e se colocar como ferramenta de transformação coletiva — não como imposição técnica, mas como escuta ativa e construção compartilhada.

Que a Rocinha continue ecoando — não como ruído ignorado, mas como voz que transforma. Que seus becos, vielas e lajes sejam reconhecidos como espaços legítimos de cidadania. Que os saberes locais deixem de ser marginalizados e passem a orientar as decisões que moldam o território. E que o planejamento urbano, em vez de impor silêncios, aprenda a escutar, a dialogar e a construir junto.

Este capítulo é, portanto, um convite à escuta. Um chamado à ação. Um manifesto por uma cidade onde todas as vozes importam — especialmente aquelas que, por muito tempo, foram silenciadas.

Porque planejar com participação é mais do que incluir: é reconhecer, valorizar e transformar. E a Rocinha, com sua força, sua história e seus ecos, tem muito a ensinar sobre como fazer isso. Como expressam os Funkeiros Cidinho e Doca e o grupo BaianaSytem:

> [...] Quem vai pro exterior da favela sente saudade / O gringo vem aqui e não conhece a realidade / Vai pra zona sul pra conhecer água de coco / E o pobre na favela vive passando sufoco! / Trocaram a presidência, uma nova esperança / Sofri na tempestade, agora eu quero a bonança / O povo tem a força, precisa descobrir / Se eles lá não fazem nada, faremos tudo daqui / eu só quero é ser feliz / Andar tranquilamente na favela onde eu nasci! (Rap da Felicidade, 1995).

> [...] Renascerá, renascerá / Quem vai fazer pela favela? / Eu vejo a cena, você vê a cela / Carta selada ninguém cancela // será, será que vai poder te ajudar? / Tem que ter fé na favela! / Será, sei lá quem vai poder me ajudar / Tem que ter fé! Tem que ter fé! (Vida é curta pra viver depois, 2021).

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. G. **Futuro?**: Projetos e estratégias de jovens da Roda Cultural da Rocinha (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Pedagogia). Rio de Janeiro: UFRJ, 2022.

BELKIN, M. **How can blank spots on the map be filled from the bottom up? Examining the success factors in community-based**

participatory mapping: the case of Kenyan Map Kibera project. Enschede: University of Twente, 2022.

COMELLI, T. "The favela of Rocinha: decades of struggle have led to a rich political – and cultural – landscape". **International Institute for Environment and Development** [2023]. Disponível em: <www.iied.org>. Acesso em: 12/04/2025.

COUTINHO, S. D. **Um olhar sobre a produção cultural na Rocinha**. Rio de Janeiro: Editora Minister, 2013.

FERREIRA, F. P. M. **Territorialidades socioambientais em Teresópolis – RJ**: movimentos sociais e transformações territoriais (Tese de Doutorado em Meio Ambiente). Rio de Janeiro: UERJ, 2023.

GORAYEB, A.; MEIRELES, A. J. A; SILVA, E. V. **Cartografia social e cidadania**: experiências do mapeamento participativo dos territórios de comunidades urbanas e tradicionais. Rio de Janeiro: Editora: Expressão Gráfica, 2015.

HAGEN, E. "Map Kibera: methods for citizen engagement in mapping and reporting". **Slide Share** [2012]. Disponível em: <www.slideshare.net>. Acesso em: 12/04/2025.

MOREIRA, P. F. **Relação de escala**: a interação entre diferentes formas de planejamento na rocinha (Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Política e Planejamento Urbano). Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.

SÁNCHEZ MAZO, L. M. **Medellín**: uma cidade construída a "várias mãos"? Participação e política urbana na transformação da cidade popular contemporânea (Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). São Paulo: USP, 2017.

SOUSA, H. L. **PAC na Rocinha**: planejamento urbano participativo e sustentável (Dissertação de Mestrado em Práticas em Desenvolvimento Sustentável). Seropédica: UFRRJ, 2024.

VINUTO, J. “A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto”. **Temáticas**, vol. 22, n. 44, 2014.

CAPÍTULO 9

Territorialidades Socioambientais e Turismo no Estado do Rio de Janeiro

TERRITORIALIDADES SOCIOAMBIENTAIS E TURISMO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Rafael Ângelo Fortunato

Francisco Pontes de Miranda Ferreira

Débora Chueiri

Denise de Mattos Gaudard

Mônica de Souza Corrêa

Maximiano Lins Prattes

Monique das Neves Silva

Paula Thaise Bermudez dos Reis Lauria

O Rio de Janeiro é um dos grandes propulsores do turismo brasileiro, tanto no âmbito nacional quanto internacional, recentemente, por exemplo, foi inaugurado o escritório de turismo da Organização das Nações Unidas (ONU) no Brasil no município. Na matéria que apresenta o escritório no sítio eletrônico do Ministério do Turismo, são usados termos como “desenvolvimento social”, “turismo responsável” e “turismo sustentável” (BRASIL, 2025).

Tais termos são frequentemente utilizados quando o assunto é o turismo. No entanto, do ponto de vista prático, não vemos ações contundentes para pensarmos no turismo como um propulsor do desenvolvimento territorial no estado do Rio de Janeiro. O turismo frequentemente está associado a grandes empresas do setor hoteleiro, de eventos, entretenimento, bares e restaurantes. Fato que centraliza os maiores benefícios da atividade.

Tendo em vista esse cenário, neste capítulo, pretendemos apresentar como o turismo, pode contribuir com a sustentabilidade, com o desenvolvimento social e territorial de forma mais abrangente.

Partimos da premissa de que precisamos conhecer as diferentes territorialidades socioambientais existentes no estado e, a partir da mobilização comunitária existente nos diferentes territórios, sugerir que suas ações sejam fortalecidas por meio do turismo.

É preciso conhecer profundamente as territorialidades para que possam ser valorizadas, para que o planejamento do turismo no estado seja coerente com as propostas recorrentes de desenvolvimento social e sustentável, por exemplo.

A partir deste estudo, pretendemos demonstrar como isso é possível. Para isso, trabalhamos com as pesquisas de doutorado realizadas no grupo de pesquisa "Territorialidades socioambientais", registrado e homologado no CNPq. O grupo de pesquisa conta com oito doutorandos e cada um deles retratam uma territorialidade socioambiental distinta no estado do Rio de Janeiro e que podem ser potencializadas por meio da visitação, das vivências e do turismo.

Trabalhamos nos seguintes territórios: Distrito de Santa Rita e bairro de Santa Cecília (Teresópolis), Arraial do Cabo, São João do Meriti, Mangaratiba (Quilombo Santa Izabel e Santa Justina), grupos de agroecologia nas universidades públicas e "Aldeia Maracanã" no município do Rio de Janeiro.

Por meio dessas teses, passamos a conhecer profundamente as territorialidades socioambientais e propomos, primeiramente, a visitação com foco nos estudantes universitários, tal fato, contribui com a visibilidade dos territórios, fortalecem e incentivam os grupos locais a continuarem construindo suas territorialidades.

Vale destacar que as visitações e vivências contribuem com a missão universitária, na medida em que estimulam o ensino, a

pesquisa, a extensão universitária e o desenvolvimento territorial endógeno. Além disso, tendo em vista que estamos utilizando estudos de doutorado para pensarmos nas visitações, contribuímos também com a divulgação científica.

DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO E TERRITORIALIDADES SOCIOAMBIENTAIS

Segundo o sociólogo Paula (2004) todo desenho territorial é uma construção subjetiva, ou seja, depende da ação de um "sujeito" que institui o território. Essa construção pode ser exógena (feita a partir de agentes externos) ou endógena (feita a partir dos agentes locais). Um território é instituído por ação exógena quando seu desenho é definido por elementos de identidade escolhidos por agentes externos ao território, em uma relação heterônoma (quando as normas vêm de fora) e, na maior parte dos casos, autoritária. É o caso das divisões territoriais impostas "de cima para baixo" pelos planos estatais de desenvolvimento. Paula (2004) segue relatando que, nesses casos, a população local nem sempre se reconhece como integrada em um mesmo território, posto que não participou do processo de instituição territorial.

Um território é instituído por ação endógena quando seu desenho é definido por elementos de identidade escolhidos por agentes locais, ou seja, do próprio território, em uma relação autônoma (quando as normas vêm de dentro) e, na maior parte dos casos, democrática. É o caso das divisões territoriais construídas "de baixo para cima", de forma participativa. Nesses casos, podemos falar em um processo de auto instituição territorial, em que é a população local, o sujeito ativo, que desenha o território a partir do reconhecimento de suas identidades.

O processo endógeno envolve o empoderamento popular local. Estamos, portanto, tratando de processos participativos que visam à conquista de melhorais socias e territoriais. Estamos vivendo o paradigma da globalização da sociedade e da economia, fato que conta com o apoio das ferramentas contemporâneas de comunicação e da informação, cada vez mais avançadas e sofisticadas. Processo que provoca um aumento da competitividade do mercado e a demanda por inovações tecnológicas e de gestão que invadem todos os territórios (PAULA, 2004). O desenvolvimento endógeno emerge como uma nova força paralela às questões globais e, tanto a globalização quanto o desenvolvimento endógeno, englobam conceitos de territorialidades.

Neste contexto desenvolvimento endógeno parte de alguns princípios-chave como a base territorial, o uso de recursos locais e a participação política do público. Formas que promovem a descentralização e fortalecem o potencial de poder local (BRANDÃO, 2012). O desenvolvimento endógeno surge, portanto, como uma forma de resistência, para minimizar as forças globais e competitivas e como mais uma forma de enfrentamento à exclusão social e às injustiças ambientais. No entanto, qualquer comunidade é também composta por interesses diversos e indivíduos com diferentes níveis de capacidades (FEREIRA, 2023). O desafio é a construção de ações coletivas partindo, principalmente, dos mais vulneráveis da comunidade.

Segundo Martins (2016), a proposta de desenvolvimento endógeno pressupõe que se aplique diversas estratégias de planejamento e de ação regional/local em médio e longo prazo. Esse contexto de desenvolvimento se manifesta como uma alternativa mais inclusiva e viável, na medida em que se esgotam as concepções de desenvolvimento local associadas a uma abordagem de progresso material que vem sendo continuamente monopolizado por grupos e pessoas que utilizam seu poder dominante visando mero acúmulo de

riquezas individuais e que não se sujeitam a limites com base em partilhamentos.

Para Braga (2001), atualmente, o desenvolvimento local e a base da participação popular em processos de construção territorial têm se constituído cada vez mais os conceitos centrais nos debates entre a gestão pública e a sociedade civil acerca do quadro de exclusão social que ainda persiste, mesmo após décadas de políticas locais. Portanto delimitar os limites e possibilidades que pontuam a construção de políticas públicas de desenvolvimento nos territórios deve partir de processos que não podem se dissociar da inclusão e da integração através da solidariedade. Little (2002), converge com Braga (2001) quando afirma que o olhar através da dimensão endógena do desenvolvimento se constitui em um importante instrumento para construção de um ambiente capaz de promover processos de transformação nos espaços geográficos. Para Dolabela (2001), os atores locais se constituem em forças vivas capazes de criar situações propícias ao surgimento de iniciativas de empreendedorismo que podem promover o surgimento de Arranjos Produtivos Locais (APL) que podem dar bases a um crescimento microeconômico.

TERRITORIALIDADES SOCIOAMBIENTAIS E DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO

Desenvolvimento endógeno relaciona-se com a capacidade da população local, de ultrapassar interesses apenas individuais e partirem para a organização coletiva. Acreditamos, portanto, que a construção de ações coletivas, com base territorial, é capaz de redistribuir poder a favor dos menos poderosos, em que a própria exclusão e marginalização, impostas pelo sistema homogêneo, provocam um processo de reflexão que pode levar à criação de novas

formas de produção e poder. Entretanto, dentro das próprias comunidades algumas diferenças marcantes existem, podem atrapalhar o processo de organização e são pouco percebidas, como as questões de gênero e a falta de interesse de grupos jovens em participarem das discussões e ações (SHUCKSMITH, 2002).

A criação de uma identidade local pode ser um elemento relevante para o desenvolvimento endógeno e utilizar das ferramentas contemporâneas como as redes sociais digitais na internet. O desenvolvimento endógeno envolve uma relação estreita entre cultura e território. No entanto, essa relação, na era global, passa por vários riscos, como a exclusão social dos que não conseguem acompanhar as transformações aceleradas e constantes na tecnologia da informação. O desenvolvimento endógeno depende, principalmente, do empoderamento coletivo de forma simbólica e com ações concretas, como a formação de "coletivos" e cooperativos. Mas, como chama a atenção Shucksmith (2002), o desenvolvimento endógeno é representativo quando os mais excluídos ganham capital social e político.

A conquista de capital social inclui a construção de identidades (BOURDIEU, 1989). Acontece que os conceitos de prestígio e de respeito social são impostos de forma violenta pela classe dominante. Shucksmith (2002) chama a atenção que temos que ter consciência de que o processo de desenvolvimento endógeno é uma ameaça aos interesses econômicos e políticos da classe dominante. As comunidades devem, portanto, se esforçarem muito para ultrapassarem as barreiras simbólicas e econômicas impostas pelo "sistema dominante".

A construção das territorialidades socioambientais é intrinsecamente ligada à acumulação de capital político e social (BOURDIEU, 1989). Por parte dos movimentos sociais, como argumentado por esse capital, materializado na forma de redes de solidariedade, economia solidária, cooperativas, coletivos, conquista

de legitimidade social e influência política, permite que esses grupos criem uma “rede de amortecimento” reduzindo, assim, os impactos de atuação territorial por parte das estruturas construídas por grupos de poder dominante. As territorialidades socioambientais e o poder endógeno forjam alternativas para a gestão dos recursos naturais e a ocupação do território, construindo novas territorialidades (FERREIRA, 2023). Assim a construção do desenvolvimento endógeno, por parte de um movimento social, em um determinado território é uma das diversas manifestações e ações que colaboram para que as territorialidades socioambientais sejam forjadas.

Pode-se afirmar que as TSA são, portanto, construções de poder locais, onde grupos sociais organizados buscam, através da mobilização e participação ativa, conquistar a gestão de seus espaços territoriais, de forma sustentável e justa, frente às pressões externas, sejam essas de grandes projetos econômicos ou de outras forças hegemônicas. Elas se configuram como respostas das comunidades, que, ao defenderem seus territórios, preservam suas identidades culturais, sociais e ambientais. Estes movimentos de resistência fazem parte de uma estratégia mais ampla de disputa e transformação social, voltada para a valorização das práticas e saberes locais, bem como para a manutenção da sustentabilidade ambiental e da justiça social.

O desenvolvimento endógeno representa uma alternativa viável e inclusiva para enfrentar os desafios impostos pela globalização, ao promover a participação ativa das comunidades locais na gestão de seus territórios. Ao contrário dos modelos exógenos, onde decisões são impostas de cima para baixo, o enfoque endógeno valoriza as identidades locais e a autonomia dos agentes comunitários, permitindo que as soluções sejam adaptadas às necessidades reais da população.

Entretanto, o sucesso do desenvolvimento endógeno depende da capacidade das comunidades de superar barreiras internas, como

desigualdades de gênero e a desmotivação de grupos jovens, além de enfrentar resistências externas dos interesses estabelecidos da classe dominante. A construção de capital social e político, por meio de redes de solidariedade e cooperação, são fundamentais para cimentar novas territorialidades socioambientais. Assim, o desenvolvimento endógeno não é apenas uma estratégia de resistência, mas também uma plataforma para a transformação das práticas sociais e econômicas. Ao fomentar a criação de coletivos e cooperativas, este modelo permite que comunidades marginalizadas ganhem voz e poder, contribuindo para uma sociedade mais equitativa e ambientalmente resilientes.

TERRITORIALIDADE, PESQUISA - ENSINO - EXTENSÃO E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

A territorialidade é um conceito multifacetado que transcende as delimitações geográficas e reflete as dinâmicas de apropriação e significação dos espaços por indivíduos e grupos sociais. No contexto da educação superior, a territorialidade não é apenas um tema de estudo, mas um eixo estruturante para a articulação entre pesquisa, ensino e extensão. Essas funções são centrais para a identidade das universidades brasileiras, conforme destaca Morosoni (2001), e são elementos-chave na promoção do desenvolvimento social e territorial.

No âmbito da pesquisa, a territorialidade emerge como uma categoria analítica essencial para compreender as especificidades locais e regionais. Ao investigar questões relacionadas aos territórios, a pesquisa universitária torna-se um instrumento de empoderamento das comunidades, contribuindo para a elaboração de diagnósticos e soluções para problemas socioeconômicos, culturais e ambientais. Segundo Haesbaert (2004), o conceito de

territorialidade está intrinsecamente ligado às relações de poder e ao pertencimento, o que reforça a necessidade de estudos que integrem perspectivas críticas e interdisciplinares. Nesse contexto, pesquisas que abordam a dinâmica fundiária, o acesso a recursos naturais ou as práticas culturais locais podem subsidiar políticas públicas e fortalecer o diálogo entre saberes acadêmicos e populares.

O ensino, por sua vez, desempenha um papel crucial na formação de profissionais e cidadãos aptos a compreender e intervir nas dinâmicas territoriais. A incorporação de temas como desigualdades espaciais, sustentabilidade e direitos territoriais nos currículos acadêmicos possibilita a formação de sujeitos críticos e engajados. Como aponta Santos (2000), o ensino superior deve ser um espaço de reflexão e ação transformadora, capaz de conectar teoria e prática para enfrentar desafios complexos. Assim, disciplinas e projetos pedagógicos que exploram a relação entre território e sociedade ampliam as possibilidades de intervenções eficazes e sustentáveis, contribuindo para o fortalecimento das identidades territoriais.

No campo da extensão universitária, a territorialidade se manifesta de maneira concreta por meio da interação direta entre a universidade e as comunidades. A extensão possibilita um diálogo horizontal entre o saber acadêmico e os saberes locais, promovendo soluções inovadoras para problemas territoriais. Freire (1987) enfatiza a importância da prática dialógica na construção do conhecimento, ressaltando que o aprendizado ocorre de forma colaborativa e contextualizada. Exemplos exitosos de extensão incluem projetos de agroecologia, planejamento urbano participativo e educação ambiental, que aliam a produção de conhecimento à promoção da cidadania e da sustentabilidade.

A articulação entre pesquisa, ensino e extensão no contexto da territorialidade também destaca o papel da universidade como agente de transformação social. Para tanto, é fundamental que as

instituições de ensino superior adotem uma abordagem integrada, capaz de conectar diferentes áreas do conhecimento e promover a interdisciplinaridade. Como sugerem Leff (2015) e outros estudiosos da educação ambiental, a superação das crises sociais e ecológicas requer uma perspectiva holística e participativa, que valorize a diversidade cultural e natural dos territórios.

Nesse processo, surgem desafios significativos, como a necessidade de superar as desigualdades históricas que permeiam muitos territórios e garantir que o conhecimento gerado pela universidade seja acessível e relevante para todos os segmentos da sociedade. Isso demanda não apenas recursos materiais, mas também uma postura epistemológica que reconheça e valorize os saberes locais e tradicionais. É fundamental construir pontes entre diferentes formas de conhecimento, promovendo um diálogo que enriqueça tanto a academia quanto as comunidades.

Perpassando a tríade ensino-pesquisa-extensão, a divulgação científica (DC), ou popularização da ciência, constitui um elemento essencial para que a universidade estabeleça um diálogo efetivo com diferentes públicos, ampliando o alcance e a relevância de sua contribuição social. A DC envolve o uso de processos e recursos técnicos para comunicar informações científicas e tecnológicas de forma acessível, traduzindo a linguagem especializada com o objetivo de alcançar um público mais amplo além do ambiente acadêmico (BUENO, 1984; ALBAGLI, 1996). Nesse contexto, a divulgação científica tem sido cada vez mais reconhecida como necessária para fortalecer o papel social da universidade, permitindo que os saberes científicos cheguem ao público geral e promovam maior interação com a sociedade, à medida que está também apresenta suas demandas e contribui para construção do conhecimento.

No campo das territorialidades socioambientais, a DC desempenha um papel importante ao dar visibilidade a diferentes

ações e formas de apropriação e intervenção nos territórios, pautadas pela sustentabilidade. Por meio da DC, podem ser divulgadas iniciativas capazes de transformar o meio social, influenciar a tomada de decisões e reconfigurar a percepção do ambiente, com base em lógicas contra-hegemônicas e críticas à realidade social. Isso porque a DC, além de comunicar ciência, deve fomentar a reflexão da sociedade, sustentando um determinado modelo de imaginário social (PORTO, 2009; PECHULA, 2007). A DC pode estar orientada para objetivos educacionais, cívicos e de mobilização popular (ALBAGLI, 1996; ANADAKRISHNAN, 1985). Ao tornar as questões ambientais acessíveis e compreensíveis, a DC exerce um papel importante ao atingir um público amplo. Nesse sentido, ela pode instrumentalizar os sujeitos para intervir em processos decisórios, transmitindo informações científicas que auxiliem na escolha de melhores alternativas tecnológicas e que promovam uma visão crítica da conjuntura socioambiental na qual estão inseridos (ALBAGLI, 1996).

Em síntese, a territorialidade, quando integrada aos pilares da pesquisa, ensino e extensão, torna-se uma ferramenta poderosa para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável, potencializada pela DC. Ela reafirma o compromisso social da universidade, aproximando-a das realidades e demandas territoriais e fortalecendo seu papel como agente de transformação. Cabe, portanto, às instituições de ensino superior investir em iniciativas que promovam a integração desses pilares, contribuindo para o desenvolvimento de territórios mais equitativos e solidários.

TERRITORIALIDADES SOCIOAMBIENTAIS E TURISMO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

O turismo pode contribuir com o desenvolvimento endógeno, principalmente quando pensamos no turismo

comunitário, e pode ser um grande aliado das universidades para praticar, de forma efetiva, o ensino, a pesquisa, a extensão e a divulgação científica.

Nosso grupo de pesquisa atua em diversos territórios fluminense, como vimos na introdução. Nossa proposta é de que possamos, de alguma forma, em diferentes níveis de aprofundamento acompanhar cada um desses trabalhos e seus desdobramentos de forma empírica. Inicialmente, por meio da disciplina territorialidades socioambientais e, eventualmente, oferecendo cursos e/ou oficinas para pensarmos o turismo comunitário nos territórios visitados.

Esse processo deve acontecer a médio e longo prazo, trata-se, portanto, de um projeto de longa duração. No entanto, já começamos a atuar. Nosso primeiro caso ocorreu no distrito de Santa Rita, no município de Teresópolis.

Em Santa Rita, ministramos um curso de extensão intitulado "Turismo e redes de colaboração". Formamos pessoas que possuem sítios no entorno do Parque Natural Municipal Montanhas de Teresópolis-RJ e trabalham com a agroecologia. Por meio da organização do grupo para pensar no turismo rural, ficou evidente a construção do que estamos chamando de territorialidades socioambientais.

Em seguida, começamos a visitação e as vivências por meio da disciplina "Territorialidades socioambientais". Já levamos três grupos para conhecerem as propriedades agroecológicas, contribuindo com o desenvolvimento endógeno. Todos os estudantes fizeram relatórios no qual refletiram sobre as vivências, contribuindo para o processo de pesquisa de suas teses de doutorado e um estudante da Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial da UERJ, inspirado pelas visitações, iniciou um projeto de aquicultura com dois proprietários rurais e publicou seu texto em

uma importante revista científica (ESTEVES, FORTUNATO, 2025).

A divulgação científica foi constatada quando a mídia local (Jornal Diário de Teresópolis) produziu uma matéria sobre o trabalho realizado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e quando os gestores do Parque destacaram as territorialidades socioambientais em uma exposição permanente no centro de visitantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo de livro, escrito em parceria com todos os pesquisadores do grupo de pesquisa em "territorialidades socioambientais", demostra como podemos trabalhar em cooperação na escrita de um texto e como, por meio desse mesmo texto, podemos entender e aprofundar um dos propósitos do nosso grupo, que é uma contribuição real para melhoria dos problemas socioambientais no estado do Rio de Janeiro.

A pesquisa que intitula o capítulo "territorialidades socioambientais e turismo no estado do Rio de Janeiro", apesar de ser pensada em médio e longo prazo, de alguma forma, ganha um pouco mais de agilidade no processo de criação de território-rede dentro do nosso próprio grupo. Somos, portanto, além de pesquisadores, produtores de uma territorialidade socioambiental.

Encontramos no turismo, nas visitações e nas vivências um caminhar que nos aproxima, tanto dos territórios e territorialidades estudadas por cada um de nós, quanto de nós mesmos enquanto grupo composto de subjetividades heterogêneas. Celebramos o aprendizado, o ensino, a pesquisa, a extensão e a divulgação científica na hospitalidade e nos nossos encontros solidários.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, S. “Divulgação científica: informação científica para cidadania”. **Ciência da Informação**, vol. 25, n. 3, 1996.

ANADAKRISHNAN, M. **Planning and popularizing science and technology for development**. Oxford: United Nations. Tycooly Publishing, 1985.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Editora Difel, 1989.

BRAGA, T. M. “Desenvolvimento local endógeno: entre a competitividade e a cidadania”. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, vol. 23, n. 5, 2001.

BRANDÃO, C. A. **Território e Desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

BRASIL. **Lei n. 12.305, de 2 de agosto de 2010**. Brasília: Planalto, Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 05/01/2025.

BUENO, W. C. **Jornalismo científico no Brasil**: compromissos de uma prática dependente (Tese de Doutorado em Jornalismo). São Paulo: USP, 1984.

FERREIRA, F. P. M. **Territorialidades socioambientais em Teresópolis – RJ**: movimentos sociais e transformações territoriais (Tese de Doutorado em Meio Ambiente). Rio de Janeiro: UERJ, 2023.

FREIRE, P. **A alfabetização como elemento de formação da cidadania**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1987.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2004.

LEFF, E. *et al*. "Political ecology: a Latin American perspective". **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, vol. 35, n. 35, 2015.

LITTLE, P. E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Brasília: Editora UnB, 2002.

MOROSONI, M. C. "Qualidade da educação universitária: isomorfismo, diversidade e equidade". **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, vol. 5, 2001.

PAULA, J. **Territórios em movimento**: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. Brasília: Editora Relume Dumara, 2004.

PECHULA, M. R. "A ciência nos meios de comunicação de massa: divulgação de conhecimento ou reforço do imaginário social?" **Ciência e Educação**, vol. 13, n. 2, 2007.

PORTO, C. M.; MORAES, D. A. "Divulgação científica independente na internet como fomentadora de uma cultura científica no Brasil: estudo inicial em alguns blogs que tratam de ciência". *In*: PORTO, C. (org.). **Difusão e cultura científica**: alguns recortes. Salvador: Editora da UFBA, 2009.

RIO DE JANEIRO. **Lei n. 50.868, de 31 de maio de 2022**. Rio de Janeiro: TCMRIO, 2022. Disponível em: <www.etcm.tcmrio.tc.br>. Acesso em: 12/03/2025.

SANTOS, M. **Território e sociedade**: entrevista com Milton Santos. São Paulo: Editora da USP, 2000.

SHUCKSMITH, M. "Endogenous development, social capital and social inclusion: perspetives from LEADER in the UK". **Sociologia Rurallis**, vol. 40, n. 2, 2002.

SOBRE OS AUTORES

SOBRE OS AUTORES

Alba Simon é graduada em Ciências Biológicas. Mestre em Ciências Ambientais. Doutora em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail para contato: albasimon7@gmail.com

Amazile López Netto é consultora em Desenvolvimento Local e Educação. Graduada em Engenharia Florestal. Doutora em Políticas Públicas Comparadas pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail para contato: amazile.lopez.n@gmail.com

Clara Carvalho Lemos é professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutora em Ciências da Engenharia Ambiental pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail para contato: claralemos@yahoo.com

Débora Mury Alves Chueiri é professora da Universidade Católica de Petrópolis (UCP). Mestre em Engenharia de Biossistemas. Doutora em Ciências Ambientais Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail para contato: deboramury10@gmail.com

Denise de Mattos Gaudard é graduada em Administração de Empresas. Mestre em Desenvolvimento Local. Doutoranda em Meio Ambiente pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail para contato: denisedemattos@gmail.com

SOBRE OS AUTORES

Francisco Pontes de Miranda Ferreira é geógrafo e jornalista. Mestre em Sociologia e Antropologia. Doutor em Ciências Ambientais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail para contato: arcalama@gmail.com

Henrique Lima de Sousa é engenheiro cartógrafo. Mestre em Desenvolvimento Sustentável. Doutorando em Meio Ambiente pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail para contato: hls.henrique@gmail.com

Jéssica Alves Coelho é professora da Rede Municipal de Ensino de Teresópolis (RJ). Doutoranda em Meio Ambiente pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail para contato: jessica_alves.silva@hotmail.com

Maximiano Lins Prates é guia de turismo e jornalista. Mestre em Ecoturismo e Conservação. Doutorando em Meio Ambiente pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail para contato: prates.maximiano@posgraduacao.uerj.br

Mônica de Souza Corrêa é graduada em Geografia. Mestre em Educação. Doutoranda em Meio Ambiente pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail para contato: monicacorreajr@yahoo.com.br

SOBRE OS AUTORES

Monique das Neves Silva é graduada em Educação Física. Mestre em Arte e Cultura Contemporânea. Doutoranda em Meio Ambiente pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail para contato: monique.uerj.ufrj@gmail.com

Paula Thaise Bermudez dos Reis Lauria é graduada em Ciências Biológicas. Mestre em Engenharia Ambiental. Doutoranda em Meio Ambiente pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail para contato: paulatbdr@hotmail.com

Rafael Ângelo Fortunato é professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutor em Meio Ambiente pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail para contato: fortrafa@hotmail.com

Valéria da Conceição Chaves é professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Mestre em Educação. Doutoranda em Meio Ambiente pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail para contato: vacomchaves@gmail.com

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A editora IOLE recebe propostas de livros autorais ou de coletânea a serem publicados em fluxo contínuo em qualquer período do ano. O prazo de avaliação por pares dos manuscritos é de 7 dias. O prazo de publicação é de 60 dias após o envio do manuscrito.

O texto que for submetido para avaliação deverá ter uma extensão de no mínimo de 50 laudas. O texto deverá estar obrigatoriamente em espaçamento simples, letra Times New Roman e tamanho de fonte 12. Todo o texto deve seguir as normas da ABNT.

Os elementos pré-textuais como dedicatória e agradecimento não devem constar no livro. Os elementos pós-textuais como biografia do autor de até 10 linhas e referências bibliográficas são obrigatórios. As imagens e figuras deverão ser apresentadas dentro do corpo do texto.

A submissão do texto deverá ser realizada em um único arquivo por meio do envio online de arquivo documento em Word. O autor / organizador / autores /organizadores devem encaminhar o manuscrito diretamente pelo sistema da editora IOLE: http://ioles.com.br/editora

Copyright © Editora IOLE
2025

CONTATO

EDITORA IOLE

Caixa Postal 253. Praça do Centro Cívico

Boa Vista, RR - Brasil

CEP: 69.301-970

@ http://ioles.com.br/editora

+ 55 (95) 981235533

eloisenhoras@gmail.com

Copyright © Editora IOLE
2025